



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Câmpus Anápolis de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanidades  
“Territórios e Expressões Culturais no Cerrado”

ROMENIA DE SOUSA

**O JOVEM, AS DROGAS E A ESCOLA:** Da condição de adictos à  
evasão escolar no município de Aparecida de Goiânia

ANÁPOLIS

2018

ROMENIA DE SOUSA

**O JOVEM, AS DROGAS E A ESCOLA:** Da condição de adictos à  
evasão escolar no município de Aparecida de Goiânia

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades na área interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, na linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

Orientador: Profº. Drº. Marcelo de Mello.

ANÁPOLIS

2018

Ficha catalográfica

S725j

Sousa, Romênia de.

O jovem, as drogas e a escola  
[manuscrito] : da condição de adictos à  
evasão escolar no município de Aparecida de  
Goiânia / Romênia de Sousa - 2018.  
128f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Mello.  
Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em  
Territórios e Expressões Culturais no Cerrado).  
Universidade Estadual de Goiás, Campus de  
Ciências Socioeconômicas e Humanas,  
Anápolis, 2018.

Inclui bibliografia.

1.Educação. 2.Urbanização e violência  
Aparecida de Goiânia(GO) - História.  
3.Evasão escolar - Drogadição juvenil -  
Aparecida de Goiânia(GO) . 4.Dissertações -  
TECCER - CCSEH/UEG. I.Mello, Marcelo de.  
II.Título.  
CDU 37:613.83(817.3AparecidadeGoiânia)  
(043.3)

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus Fernandes  
Bibliotecária/UEG/CCSEH  
CRB1/2385

ROMENIA DE SOUSA

**O JOVEM, AS DROGAS E A ESCOLA: Da condição de adictos à evasão escolar no município de Aparecida de Goiânia**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação TECCER, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades na área interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado, na linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais no Cerrado.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Marcelo de Mello.

**Banca Examinadora**

---

Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Marcelo de Mello  
Orientador – PPG TECCER/UEG

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Veralúcia Pinheiro  
Examinadora externa- PPG IELT/UEG

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Mary Anne Vieira Silva.  
Examinadora interna-PPG TECCER/UEG

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Janes Socorro da Luz  
Suplente- PPG TECCER/UEG

Anápolis, 25 de abril de 2018.

Este trabalho é dedicado a todos os homens, na pessoa de meu filho Heitor Avelar; e mulheres, aqui representadas pela minha Ana Beatriz Avelar; que apesar de tantas dificuldades trazidas pelas demandas cotidianas, teimam em acreditar que um outro mundo é possível, e acreditando nesta possibilidade seguem agindo, na contramão da realidade que está posta.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer tantas gentes que foram importantes para que eu chegasse aqui, que eu realizasse este estudo não é tarefa fácil.

Pai e mãe, que me ensinaram a importância de estudar, ler e aprender, não só o que está nos livros, mas tudo que nos rodeia.

Aos meus irmãos e irmãs que me incentivam e apoiam: Elza, Ima, Lideran, Zeca, Date, Dene, Vanda, Noro, Marora e minha sobrinha Fabiana Macena, sempre achando um tempinho na tripla jornada feminina para ler o que eu escrevia e fazer apontamentos.

À Pastoral da Juventude (e todxs que nela convivi), que me mostrou como ver, julgar e agir no e para a construção de um mundo melhor.

À secretária do TECCER, Débora Salermo, pessoa ímpar e funcionária competente, sempre solícita em nos atender.

Aos professores do TECCER, em especial, Marcelo de Mello, que com cuidado e dedicação me conduziu até aqui.

Aos professores da Faculdade de Educação-UFG Gina Glaydes e Tadeu Baptista, que me acolheram como aluna especial em suas disciplinas e deram contribuições de extrema relevância para este estudo.

Aos colegas do TECCER turma 2016 (teria palavras para falar sobre a importância e valor de cada um e cada uma, mas o texto ficaria enorme), então sintetizando: vocês são incríveis, e por mais que alguns possam nos questionar, fiquem tranquilos, nós sabemos, sempre: “há quem goste”.

## RESUMO

Este estudo traz reflexões e análises sobre o processo de urbanização e metropolização de Aparecida de Goiânia, bem como dos resultados dessa urbanização sobre os habitantes dos espaços constituídos neste contexto. Partimos de uma análise materialista geográfica para o entendimento das situações sociais por ela (re)produzidas, com destaque para a educação pública e a drogadição juvenil. Buscamos assim relacionar urbanização, vulnerabilidade social, consumo de drogas por parte da população infanto-juvenil e evasão escolar no município de Aparecida de Goiânia. Para isto, realizamos um estudo bibliográfico sobre urbanização e segregação; educação e drogadição juvenil. Complementando este estudo, investigamos a realidade dos jovens aparecidenses em situação de drogadição, ação realizada através da análise de prontuários de atendimento dos Centros de Atenção Psicossocial desse município; sua realidade educacional se tornou conhecida através de dados colhidos juntos à Subsecretaria Estadual de Educação. Assim foi possível identificar os bairros mais vulneráveis e suas escolas, onde nos deparamos com um quadro expressivo de evasão. Para corroborar nossas análises, realizamos visitas *in loco*. Dessa forma, verificamos a realidade educacional e sócio-espacial da população investigada.

**Palavras-chaves:** Urbanização, educação, drogadição, juventude.

## **ABSTRACT**

This paper analyses the processes of urbanization and metropolification of Aparecida de Goiânia, and their influences on the local people. The resulting social conditions, especially public education and youth addiction, studied from a materialistic and geographical standpoint, provided data needed to check for relationship between urbanization; social vulnerability; school dropout rates and drug usage among the infant-juvenile population in the municipality. We carried out a systematic review of literature on urbanization, segregation, education and youth addiction, complemented it by the analysis of medical records of young Aparecidenses kept in the psychosocial care centers, and school records from State's Undersecretary of Education database. As a corollary, this study pinpointed the more vulnerable districts, and schools with significantly higher rates of dropouts. Local visits to verify the current educational and sociospatial status of the targeted population corroborated this study

**Key words:** Urbanization, education, addiction, youth.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Ilustração 1</b> – Mapa: Principais arraiais e caminhos da Capitania de Goiás, século XIX .....	21
<b>Ilustração 2</b> – Igreja Matriz, Aparecida de Goiânia .....	23
<b>Ilustração 3</b> – Cruz de aroeira, praça da matriz- Aparecida de Goiânia .....	23
<b>Ilustração 4</b> – Visão da Praça da Matriz, Aparecida de Goiânia. Detalhe de estátuas em homenagem aos fundadores do município, Sr. José Cândido e Dona Maria Elias .....	24
<b>Ilustração 5</b> – Secretaria paroquial da Igreja Católica, localizada em frente à Igreja Matriz, Aparecida de Goiânia .....	25
<b>Ilustração 6</b> – Imóvel particular, em rua anexa à da praça da Matriz, Aparecida de .....	25
<b>Ilustração 7</b> – Mapa: Municípios da Região Metropolitana de Goiânia e sua rede rodoviária .....	38
<b>Ilustração 8</b> – Mapa: Expansão do sítio urbano, Aparecida de Goiânia, 2016 .....	42
<b>Ilustração 9</b> – Imóvel de arquitetura original da época do povoamento. Atualmente, ocupado por estabelecimento comercial. Localizado ao lado da Igreja Matriz, Aparecida de Goiânia .	45
<b>Ilustração 10</b> – Imóvel de arquitetura original da época do povoamento. Atualmente ocupado por estabelecimento comercial. Localizado próximo a Igreja Matriz, Aparecida de Goiânia .	45
<b>Ilustração 11</b> – Aparecida Shopping, vista lateral .....	46
<b>Ilustração 12</b> – Aparecida Shopping, entrada principal .....	46
<b>Ilustração 13</b> – Mapa: Malha viária do município de Aparecida de Goiânia .....	52
<b>Ilustração 14</b> – Mapa: Localização dos terminais de transporte coletivo – Aparecida de Goiânia 2016 .....	54
<b>Ilustração 15</b> – Mapa: Área urbana e rural de Aparecida de Goiânia .....	57
<b>Ilustração 16</b> – Mapa: Localização das escolas visitadas .....	79
<b>Ilustração 17</b> – Gráfico: Sexo dos atendidos pelo CAPS, Aparecida de Goiânia .....	90
<b>Ilustração 18</b> – Gráfico: Jovens atendidos nos CAPS por idade e sexo, Aparecida de Goiânia .....	91
<b>Ilustração 19</b> – Gráfico: Situação escolar dos atendidos pelo CAPS, Aparecida de Goiânia, 2016 .....	93
<b>Ilustração 20</b> – Gráfico: Nível de escolaridade dos atendidos pelo CAPS – Aparecida de Goiânia 2016 .....	94
<b>Ilustração 21</b> – Mapa: Localização de CMEIs, escolas municipais, postos policiais e unidades de saúde .....	100

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Aparecida de Goiânia em dados: Índice populacional e domiciliar .....	59
<b>Tabela 2</b> – Características gerais dos domicílios urbanos de Aparecida de Goiânia.....	59
<b>Tabela 3</b> – Rendimento mensal geral da população, Aparecida de Goiânia .....	60
<b>Tabela 4</b> – Dados econômicos por etnia, Aparecida de Goiânia, 2016 .....	61
<b>Tabela 5</b> – Número de escolas no município de Aparecida de Goiânia, 2016 .....	73
<b>Tabela 6</b> – Equipamentos públicos mais presente nos setores citados nos dados do CAPS ...	98
<b>Tabela 7</b> – Realidade discente de cinco escolas públicas estaduais do município de Aparecida de Goiânia.....	115
<b>Tabela 8</b> – Índice de evasão em cinco escolas públicas estaduais de Aparecida de Goiânia	116

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- AGLUG - Aglomerado Urbano de Goiânia
- CANG - Colônia Agrícola nacional de Goiás
- CAPS - Centro de Atendimento Psicossocial
- FBC - Fundação Brasil Central
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- ONU - Organização das Nações Unidas
- PEMAS - Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais
- PNAIC- Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
- RAPS - Rede de Atendimento Psicossocial
- RMG - Região Metropolitana de Goiânia
- SENAD - Secretaria Nacional Anti Drogas
- UNICEF - Fundo das Nações Unidas Para a Infância

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1. CIDADES E URBANIZAÇÃO, MUDANÇAS SÓCIO-ESPACIAIS EM GOIÁS NO SÉCULO XX.....</b>	<b>17</b>
1.1 APARECIDA DE GOIÂNIA: DO NÚCLEO URBANO ORIGINAL À EDIFICAÇÃO DA NOVA CAPITAL ESTADUAL: 1922-1933 .....	20
1.2 DA CONSOLIDAÇÃO DA CAPITAL ESTADUAL À EMANCIPAÇÃO DE APARECIDA DE GOIÂNIA: 1933-1963 .....	26
1.3 A EXPANSÃO DA CAPITAL E A DEGRADAÇÃO DOS SÍTIOS HISTÓRICOS: 1963-1980/1990.....	35
1.4 OS CONTEXTOS DA CRIAÇÃO DO AGLOMERADO URBANO DE GOIÂNIA E DA RMG: 1990-2000.....	47
1.5 O PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO DE APARECIDA DE GOIÂNIA COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL (2000-2015).....	55
<b>2. SEGRAGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL, ENSINO, DROGADIÇÃO E VIOLÊNCIA EM ESPAÇOS URBANOS .....</b>	<b>63</b>
2.1 LER AS PALAVRAS OU O MUNDO? O PAPEL DO ENSINO FORMAL EM ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL URBAN .....	65
2.2 AS REDES OFICIAIS DE ENSINO E A VULNERABILIDADE SOCIAL EM UM ESPAÇO URBANO HETEROGÊNEO/REGIONALIZADO.....	75
<b>3. ANÁLISE DE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL ENTRE JOVENS DE CAMADAS POPULARES EM APARECIDA DE GOIÂNIA.....</b>	<b>81</b>
3.1 A VULNERABILIDADE SOCIAL EM APARECIDA DE GOIÂNIA E A DROGADIÇÃO JUVENIL.....	84
3.2 A EVASÃO ESCOLAR COMO MANIFESTAÇÃO DA AUSÊNCIA DE UMA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL .....	95
<b>3.2.1 Col. 1 (Macrozona Centro).....</b>	<b>101</b>
<b>3.2.2 Col. 2 ( Macrozona Vila Brasília) .....</b>	<b>103</b>
<b>3.2.3 Col. 3 (Macrozona Papillon).....</b>	<b>107</b>
<b>3.2.4 Col. 4 (Macrozona Buriti Sereno) .....</b>	<b>109</b>
<b>3.2.5 Col. 5 (Macrozona Paraíso) .....</b>	<b>112</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>119</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>122</b>

## INTRODUÇÃO

Aparecida de Goiânia é um município que integra a Região Metropolitana de Goiânia - RMG. Segundo o IBGE (2015), sua população atingiu a marca dos 521.910 habitantes, o que o situa como o mais populoso da Região Metropolitana, quando excluimos Goiânia.

Na atualidade, entre as características do município, podemos destacar o processo de conurbação que articulou seu território com a cidade sede da Região Metropolitana, passando a compartilhar de alguns elementos que compõem sua realidade, como: lazer, serviços, espaços de trabalho e estudo. Da mesma forma, Aparecida de Goiânia é afetada por mazelas oriundas de sua relação com a capital estadual: falta de moradia ou a presença de moradias precárias, ausência de serviços de saúde e educação de boa qualidade, e ainda, índices significativos de violência.

Ao abordar o processo de metropolização brasileiro, é possível verificar que questões como segregação e violência urbana adquirem relevo proporcional ao ritmo expressivo e descontrolado das ações metropolizadoras. Na esteira dessa realidade, investigamos a segregação sócio-espacial e, a partir dela, o abandono escolar impulsionado pelo envolvimento dos jovens com a drogadição.

A temática das drogas, no mundo hodierno, é bastante explorada pela imprensa e, geralmente, está associada ao seu transporte e comercialização ou à violência física a ela relacionada. Este cenário vincula a droga à criminalização dos usuários, justificando a repressão e a violência por parte das estruturas de Estado, sob o argumento de combate à questão da drogadição.

Podemos analisar esse contexto de violência e segregação, em relação a indivíduos adictos, a partir de diferentes elementos, desde a forma como está estruturada a espacialização territorial urbana – e seus aspectos políticos e econômicos – a aspectos relativos às questões étnica e social.

Os homens, mulheres, adultos, jovens e crianças afetados pelos processos segregadores constroem um cotidiano marcado por toda sorte de ausências: da comida, do agasalho, do abrigo para o corpo, de afetos e identidade. Eles tornam-se, nas palavras de Brandão (2014), os “ninguéns”, que produzidos pela sociedade passam a ser por ela condenados e colocados na condição de pretensos criminosos.

O problema de indivíduos em situação de abandono social passa a ser visto pela ótica do perigo que representam para a sociedade; bem como pela dimensão negativa que estabelecem na paisagem urbana em que estão inseridos. Raros são os momentos em que

parecem ser reconhecidos como produtos de uma realidade social conflituosa, produtora de “problemática urbana” (LEFEBVRE, 2001, p.11), de uma realidade sócio-espacial construída sobre um modelo de urbanização definido pela lógica do mercado.

Foi nesse contexto que, em 2015, Aparecida de Goiânia passou a integrar o Projeto Redes, da Secretaria Nacional Antidrogas do Ministério da Justiça (SENAD). A integração se deu por meio da apresentação do projeto “Redes e suas Vicissitudes”, que evidenciou a necessidade e a viabilidade de constituição de uma rede de apoio técnico e científico, com vistas à formação de profissionais que atuassem na área de cuidados a adictos em condição de rua, ou não.

No contexto do Projeto Redes (SENAD), o município aderiu ao Plano “Crack, é Possível Vencer”, implementado por meio da Rede de Atendimento Psicossocial (RAPS). A partir da implantação deste dispositivo, mais de quatro mil prontuários foram abertos, ofertando atendimento especializado a habitantes de Aparecida de Goiânia que buscam apoio nestes organismos.

Especificamente no que tange ao atendimento infanto-juvenil, a Rede possui uma unidade dedicada exclusivamente a este público. Mais de 500 prontuários foram abertos na unidade de atendimento especializado a infância e juventude.

Por meio do acesso aos dados presentes nos prontuários dessas entidades e de sua análise, investigamos como estão organizados os atendimentos, com ênfase no aspecto de sua especialização; especificando a densidade de demanda por região do município; bem como relacionando com as escolas em que estão/estiveram matriculados os atendidos em seu último contato com a escola. É importante ressaltar que, na sociedade moderna, a escola é percebida como uma das instituições responsáveis pela preparação do indivíduo para a vida em sociedade e para o trabalho, logo o fato de estar ou não na escola se torna elemento importante para a compreensão da situação social desses sujeitos.

Na atualidade, a educação escolar – seu papel social e suas condições de funcionamento – é debatida por diferentes segmentos da sociedade. Cada qual parte de uma perspectiva para tentar compreender o atual contexto educacional brasileiro, principalmente no que se refere às escolas públicas. Dentre as situações que ganham atenção de estudiosos, está a evasão e a violência dentro do ambiente escolar. Certamente, o envolvimento com o mundo das drogas é fator relevante quando consideramos os elevados índices de jovens fora do ensino formal e também das situações de conflito presentes no ambiente escolar.

Diante da realidade exposta, podemos indagar: Quais dinâmicas poderiam gerar o envolvimento de indivíduos jovens com as drogas, quer sejam lícitas e/ou ilícitas? Há fatores

que favorecem esse envolvimento? É possível identificá-los? Em Aparecida de Goiânia, há regiões de predominância na origem destes indivíduos? Que características possuem tais áreas? Haverá relação entre esta realidade espacial e o envolvimento destes indivíduos com a drogadição? Em se tratando de jovens em situação de drogadição, como se relacionam com o espaço escolar e as práticas ali desenvolvidas? E mesmo, que espaço ocupa a escola nestas regiões? E na vida desses indivíduos?

Buscando responder essas questões, tivemos como ponto de partida o processo de produção do município de Aparecida de Goiânia: como ocorreu sua urbanização; em que medida e se há relação entre este modelo de urbanização segregadora e situações que promovem o afastamento de jovens do mundo escolar e mesmo seu envolvimento com cenários de violências.

Nesse sentido, buscamos compreender como o jovem segregado espacialmente tende a ser segregado, também, socialmente. O que produziu outra questão: como esta dupla segregação limita as oportunidades educacionais? Ou seja, a realidade do jovem que, além de ocupar um espaço urbano desqualificado e pertencer a um grupo economicamente prejudicado, não raro, não consegue responder às exigências escolares da maneira como o sistema educacional espera.

Para a organização das reflexões aqui apresentadas realizamos uma análise partindo do geral para o particular, de uma escala maior para a menor – do município para o bairro e dali para a escola.

Assim, temos, no primeiro capítulo, a apresentação do processo de crescimento urbano de alguns municípios goianos a partir do século XX, com destaque para a capital, Goiânia, e as cidades que compõe sua Região Metropolitana (RMG). Apresentamos as ações desenvolvidas pelo poder público durante o século XX, pois elas incidiram de maneira significativa sobre a nova espacialização e urbanização goianiense – seu crescimento espacial, populacional, e os efeitos destes crescimentos sobre as áreas em seu entorno, com destaque para Aparecida de Goiânia que, por sua proximidade e topografia, viveu um rápido e intenso processo de conurbação com a metrópole e com ela mantém fortes vínculos, compondo sua RMG. Buscamos, ainda, apresentar o processo de desenvolvimento urbano e social de Aparecida de Goiânia, desde sua fundação à atualidade.

No segundo capítulo, destacamos o papel do ensino formal nas áreas de vulnerabilidade social do município de Aparecida de Goiânia. Para tanto, contamos com uma bibliografia que nos respaldou a respeito da função que a escola ocupa dentro da realidade capitalista; bem como propiciou oportunidade para verificarmos a importância do espaço de educação escolar como forma de inserção dos aprendizes em situações que podem – ou não – promover o sentimento

de pertencimento a uma dada realidade e de identificação com seus pares, elementos importantes na formação de sujeitos, tornando-os capazes de fazer o enfrentamento com a realidade socioeconômica em que vivem, de forma mais autônoma. Outra iniciativa relevante, no curso da investigação, foi a leitura e análise de dados estatísticos sobre a realidade educacional aparecidense, com destaque para a educação pública: nº de escolas; nº de salas de aulas; níveis e modalidades de ensino ofertados e nº de matrículas. Dessa forma, foi possível verificar se há oferta de vagas escolares em quantidade adequada ao número de indivíduos que dela necessitam. Ainda no segundo capítulo, apresentamos a relação entre o processo de segregação sócio-espacial, produto da urbanização e metropolização aparecidense, com a drogadição juvenil e evasão escolar.

No terceiro e último capítulo, estabelecemos uma análise sobre os pontos de relação entre os dados coletados, a realidade dos jovens em condição de vulnerabilidade social e seus espaços de convivência observados *in loco*, a saber: bairros de origem e unidades escolares, que corroboraram nossa hipótese acerca da relação entre os espaços urbanos a que os jovens se vinculam, a drogadição, as características da escola frequentada e a evasão escolar: quantos dos que ingressam na escola nela permanecem até que se finde o ciclo de estudo, se há turmas e turnos com maiores índices de evasão etc.

Para a sistematização das informações apresentadas nessa etapa de investigação, realizamos inicialmente o levantamento de dados a partir da leitura dos prontuários de duas entidades de acolhimento a crianças, adolescentes, jovens e adultos no município de Aparecida de Goiânia, ambas vinculadas à Secretaria de Saúde através da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), são elas o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III (CAPS Ad III) e o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas Infanto-juvenil (CAPS Adi), que funciona junto a Unidade de Acolhimento Infantil se propondo a oferecer serviços de saúde, assistência social e atividades de recuperação e reinserção social.

De acordo com a Secretaria de Saúde do município de Aparecida, esta rede tem como objetivos gerais: a ampliação do acesso à atenção psicossocial da população e a promoção de vínculos das pessoas com transtornos mentais e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas e suas famílias, por meio do acolhimento, do acompanhamento contínuo e da atenção às urgências. Como objetivos específicos, estas unidades da estrutura da administração municipal devem proporcionar: a promoção dos cuidados em saúde particularmente aos grupos mais vulneráveis (criança, adolescente, jovens, pessoas em situação de rua e populações indígenas); a prevenção do consumo e a dependência de crack, álcool e outras drogas; a redução de danos provocados pelo consumo de crack, álcool e outras drogas;



a reabilitação e a reinserção das pessoas com transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas na sociedade.

Foram acessados oitocentos e sessenta e oito prontuários (868), sendo trezentos e seis (306) no CAPS Adi, que atende crianças e adolescente entre nove (ou menos, dependendo da procura) e dezoito anos de idade, e quinhentos e sessenta e dois (562) no CAPS Ad III que recebe jovens e adultos a partir de dezesseis anos de idade. Porém, pela natureza e objetivo de nossa pesquisa, nos ativemos aos indivíduos acolhidos com idade entre 15 e 24 anos, de ambos os gêneros, em um total de trezentos e cinco prontuários (305).

Para isto, fizemos um estudo nos pautando em dados obtidos em órgãos e departamentos do município de Aparecida de Goiânia que desenvolvem atividades na área da saúde mental, bem como aos órgãos responsáveis pela educação.

Faz-se necessário esclarecer que nosso acesso aos dados dos prontuários da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que atende adolescentes, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social e drogadição, se deu através do Atlas Digital de enfrentamento ao álcool, crack e outras drogas – Aparecida de Goiânia 2016, organizado por pesquisadores da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Os dados colhidos nos prontuários foram confrontados com aqueles colhidos junto às Subsecretaria de Educação Estadual, favorecendo nosso entendimento sobre a realidade escolar do jovem segregado de Aparecida de Goiânia.

## 1. CIDADES E URBANIZAÇÃO, MUDANÇAS SÓCIO-ESPACIAIS EM GOIÁS NO SÉCULO XX

*A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. (LEFEBVRE, 2001, p. 52)*

A partir do fim do século XIX e início do século XX, momento que coincide com o fim do Império brasileiro e início da República, a ideia de dar uma face mais moderna ao Brasil ganha corpo. Pois, como diz Moraes (2002, p. 121): “modernizar é, entre outras coisas, reorganizar e ocupar, dotá-los [os espaços] de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes com estradas e sistemas de comunicação” (grifo nosso). Busca-se, com isso, desvincular-se do estigma de atraso, representado pela antiga oligarquia.

Durante os primeiros anos da República, apesar dos discursos promovidos pela elite administrativa, o quadro político e econômico nacional pouco se alterou, pois, mesmo com o fim do governo monárquico, os novos grupos que assumiram o poder mantiveram alguns traços da fase anterior – governo centralizado, autoritário, elitista e com economia de base agrária.

Porém, tal cenário político e econômico começou a apresentar sinais de alterações a partir das eleições de 1930, com a presença do gaúcho Getúlio Vargas no comando do executivo federal. Neste governo se delineou um quadro de modernização econômica e espacial no país. O cerne das propostas definidas por Vargas visava o fortalecimento da industrialização. Como resultado dessa política, surge um novo grupo político, composto por industriais e camadas médias urbanas, consideradas capazes de alavancar o desenvolvimentismo almejado.

Nesse sentido, Vargas promoveu a implementação de órgãos, projetos e programas que objetivavam uma maior integração territorial, política e econômica do país. Como exemplo, a criação de superintendências regionais, que tinham como meta dar suporte para a realização de projetos desenvolvimentistas. No plano político, nomeou interventores para os estados nos quais as oligarquias agrárias poderiam representar entraves à sua administração. Foi neste contexto de proposições, mudanças e inovações promovidas pelo governo varguista que o estado de Goiás iniciou um novo momento em sua história.

Para adequar Goiás às demandas da economia capitalista, o governo federal passou a implementar projetos que buscavam alterar a face agrária do estado e torná-lo parte integrante e complementar de novos arranjos econômicos, dentre eles a Marcha para Oeste (1938), a criação da Fundação Brasil Central (FBC) (1943), a continuação da construção da Estrada de

Ferro Goiás (1906-1957) e a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) em 1941, impulsionando, assim, o processo de ocupação das terras do interior do Brasil.

Além das ações federais, havia projetos locais, defendidos por lideranças políticas estaduais com anuência do governo federal, dentre eles, a transferência da capital da Cidade de Goiás para um novo local, o qual pudesse ser o símbolo do desenvolvimento e da modernidade, já que a cidade onde estava localizada a capital, naquele contexto, representava o atraso. Nesse sentido, faz-se necessário ressaltar que,

naquele momento, um discurso modernizador foi difundido pelos ventos da Revolução de 1930. Pedro Ludovico Teixeira, o interventor nomeado por Getúlio Vargas para governar o Estado de Goiás, materializou o discurso em que o novo deveria suplantar a tradição a partir da edificação da nova cidade-capital goiana (MELLO; SAFADI, 2016, p. 189).

Assim, em Goiás, a construção de Goiânia redefiniu os rumos políticos e econômicos do estado. As ideias sobre a nova capital reuniam elementos que caracterizavam as mudanças e modernização por que passava o país. Como nos fala Lima, no prefácio a obra de Chaveiro (2011, p. 15):

Goiânia é a capital de designer forjado que figurou, no seu nascedouro, como uma espécie de implante na região central do país. Ela é resultado do projeto de uma elite brasileira desejosa de um desenvolvimento capitalista da nação aparentemente sem as amarras da política tradicional e voltado para a lógica de ocupação dos, supostamente, “espaços vazios” e carentes de uma “inteligência” desenvolvimentista.

Desse modo, na transferência da capital encontramos alterações geopolíticas e econômicas, tais como: estava mais centralizada que a antiga capital; ficava mais perto dos trilhos da estrada de ferro, e ainda, dos limites com os estados da região sudeste, com os quais Goiás pretendia ampliar suas relações econômicas; seu relevo possibilitava expandir seu espaço urbano sem grandes dificuldades e ficava afastada do centro de poder das velhas oligarquias agrárias.

Agregado aos projetos de cidade moderna e progressista, que nasceu para romper com o atraso, vieram situações que fugiam do projeto inicial. Problemas e dificuldades surgiram com a nova capital e acompanharam seu crescimento: surgimento de setores sem infraestrutura; transporte coletivo insuficiente e de baixa qualidade; criação de loteamentos para absorção da população migrante recém-chegada, espaços esses que, via de regra, ficavam distantes de seus locais de trabalhos, promovendo fragmentação espacial e segregação, dentre outros.

Como afirmam Mello e Safadi (2016), Goiânia redefiniu as relações urbanas, as formas de organização espaciais e de vida dos sujeitos. Para moradores das áreas próximas à nova capital, os resultados destas mudanças produziram impactos bastante significativos, os quais apresentaremos no decorrer deste estudo

Assim, junto com os discursos de progresso e desenvolvimento do local, vieram os sonhos de muitos migrantes do interior do estado e de outras regiões do país. Esses, porém, ficaram impossibilitados de usufruir das benesses anunciadas com a construção da nova capital, pois ali não encontravam alugueis compatíveis com suas rendas, logo, lhes restaram adequar-se àquela vida de outra forma, em um contexto não tão moderno e agradável, como anunciavam os defensores da construção do novo centro urbano.

Dentre os municípios que enfrentaram (e ainda enfrentam) desafios na superação de problemas urbanos surgidos a partir da construção da nova capital estão Aparecida de Goiânia, Goianira, Senador Canedo e Trindade. Cada um, a seu modo e em seu tempo, têm buscado se desvencilhar de alguns destes problemas, como a ideia de serem apenas cidades dormitórios; outros desafios, porém, parecem estar relegados a importância secundária, por isto se mantêm praticamente inalterados ao longo de suas histórias, como questões relativas à habitação, à mobilidade, à educação pública e à violência.

Nosso estudo se refere a um desses municípios, Aparecida de Goiânia, o qual, mesmo antes de sua elevação à condição de município, teve sua trajetória vinculada à Goiânia, o que deixou marcas em sua constituição sócio-espacial. Por que a escolha deste município dentre os demais? Porque nele está a cidade, próxima à Goiânia, que mais cresceu e se desenvolveu<sup>1</sup> economicamente nos últimos 20 anos. Em contrapartida, são elevados os índices de violência (assassinatos, roubos, furtos, produção, comercialização e consumo de drogas) que marcam seu cotidiano, como mostra estudo de Santos, L. M. (2008).

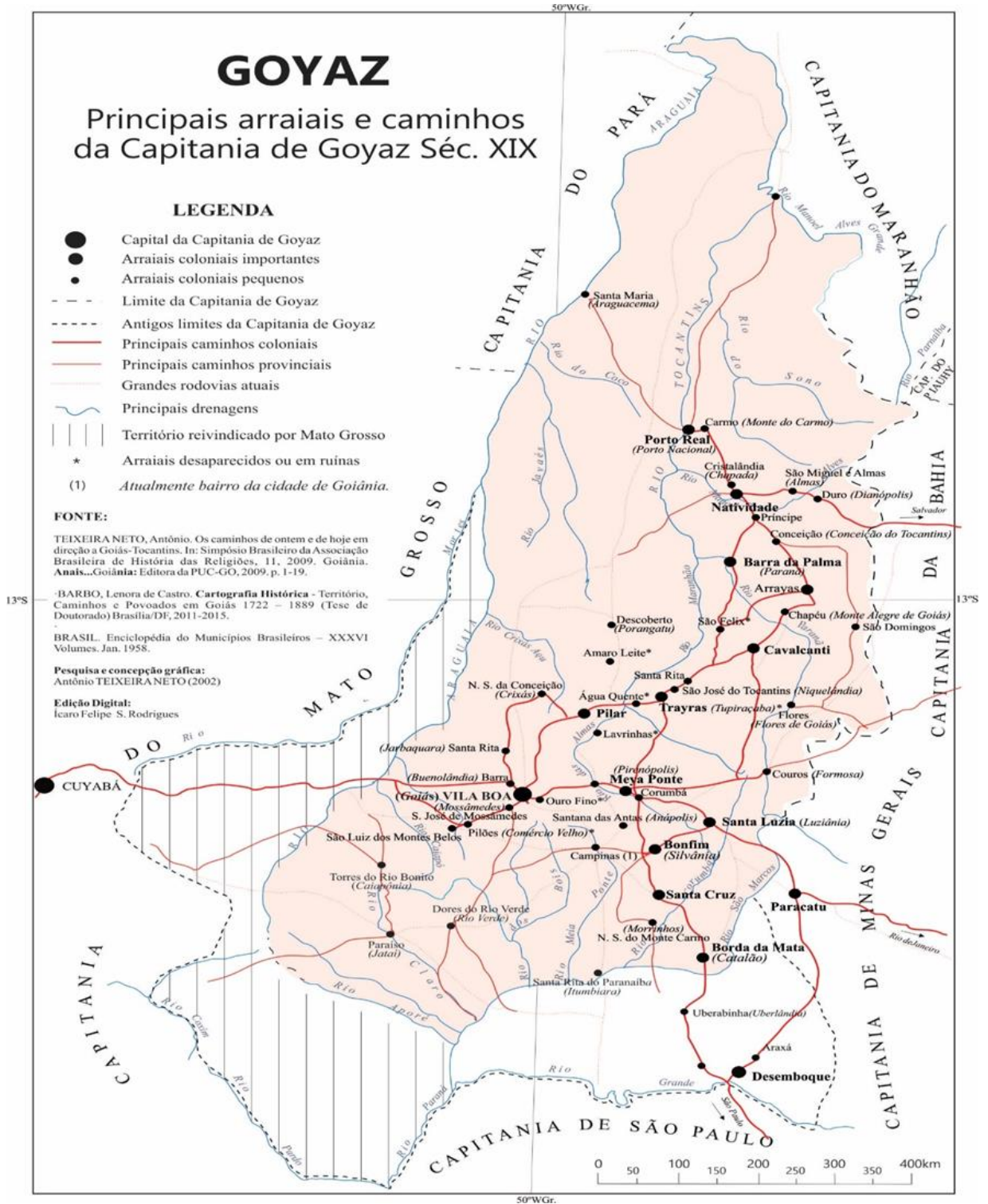
---

<sup>1</sup> Termo aqui utilizado no sentido das relações capitalistas de produção (SOUZA, 2015), vinculado a crescimento econômico e progresso técnico, mas desvinculado de preocupações socioambientais.

## 1.1 APARECIDA DE GOIÂNIA: DO NÚCLEO URBANO ORIGINAL À EDIFICAÇÃO DA NOVA CAPITAL ESTADUAL: 1922-1933

Até 1922, a área hoje ocupada pelo município de Aparecida de Goiânia fazia parte da fazenda Santo Antônio, de propriedade do senhor José Cândido de Queirós. Naquele momento, a capital do estado de Goiás era a Cidade de Goiás, localizada a leste do território goiano, às margens do rio Vermelho. Dessa forma, a relação entre a fazenda Santo Antônio (atual Aparecida de Goiânia), que ficava às margens do rio Meia Ponte, e a Cidade de Goiás se dava principalmente em virtude do fato de a primeira estar no percurso que conduzia os viajantes que por ali passavam rumo à capital, seguindo caminho por Campinas, conforme pode ser visualizado na Ilustração 1.

**Ilustração 1** – Mapa: Principais arraiais e caminhos da Capitania de Goiás, século XIX



Fonte: Anais Goiânia 2000; Tese de Lenora de Castro Borba 2015.

Em 1922, o senhor José Cândido de Queirós e sua esposa D. Maria Elias de Jesus fizeram a doação de dois alqueires das terras da Fazenda Santo Antônio para a Igreja Católica, para que nas terras doadas fosse construída uma igreja em honra a Nossa Senhora Aparecida.

Além do senhor José Cândido, outros três fazendeiros da região se prontificaram a doar parte de suas terras para a obra de construção da igreja: os senhores Abrão Lourenço de Carvalho, Antônio Batista de Toledo e Benedito Batista de Toledo. Este ato originou um novo núcleo urbano no interior goiano, o povoado<sup>2</sup> de Aparecida - nome dado em homenagem à santa católica (PEMAS, 2002).

A doação de terras à Igreja era fato comum entre fazendeiros, pois representava não só um ato de fé e prestígio junto à sociedade, mas acima de tudo, demarcava locais de expressões de influência e poder, de representações de domínio espacial e político. Para Pinto (2009, p. 93), “essa organização espacial fortalecia a territorialização dos interesses econômicos dos fazendeiros envolvidos com o patrimônio<sup>3</sup>, havendo assim, uma estreita ligação entre articulação econômica e imposição religiosa, resultando na formação do sítio urbano inicial”.

Seguindo no propósito de erguer a igreja em homenagem à santa católica, e assim resguardar seus espaços de domínio e influência, no dia 3 de maio de 1922 é levantada uma cruz de aroeira<sup>4</sup>, construída e oferecida por Aristides Frutuoso, igualmente fazendeiro da região. Essa cruz, posteriormente, foi transferida para o local onde construíram a capela. Assim, o sítio urbano começou a ter seu território delineado e suas relações políticas fortalecidas.

---

<sup>2</sup> “Pequeno aglomerado rural ou urbano, sem autonomia administrativa; em geral, centro da sede de um município; lugar ou sítio no qual já se formou uma pequena população ou um pequeno núcleo de habitantes”. (SEADE, 2017)

<sup>3</sup> Segundo Ortêncio (1983 apud PINTO, 2009, p. 82), patrimônio é entendido como “doação de uma gleba de terra que um fazendeiro faz à igreja, cuja currutela será formada pelos sitiantes da redondeza, onde têm a oportunidade de colocarem os seus filhos na escola”.

<sup>4</sup> Árvore muito encontrada no cerrado, de madeira densa, é tida como madeira de alta resistência ao apodrecimento. (FERREIRA, 2004, p. 139)

**Ilustração 2** – Igreja Matriz,  
Aparecida de Goiânia



Foto: Romenia de Sousa, 2017.

**Ilustração 3** – Cruz de aroeira, praça da  
matriz- Aparecida de Goiânia



Foto: Romenia de Sousa, 2017.

Com a construção da igreja, teve início o processo de ocupação da área urbana. Alguns moradores edificaram casa no patrimônio, mas permaneceram residindo em suas propriedades rurais e, como resultado deste povoamento, ocorreu o desenvolvimento de um pequeno comércio, tornando o local espaço de passagem e parada de viajantes. A localização do núcleo urbano cumpria uma função estratégica, pois cobria um vazio espacial entre Hidrolândia e Campinas, no trajeto que conduzia à Cidade de Goiás.

Foi em torno da igreja, como era costume na época, que se constituiu o novo núcleo urbano, com pequenas moradias e estabelecimentos comerciais. O simples fato de naquele espaço haver estas edificações já se constituíam novas formas de relações entre os indivíduos que ali residiam e aqueles que por ali passavam, tendo em vista que as igrejas possuíam forte representação simbólica para as populações dos locais onde eram construídas, pois “serviam como locais de culto, de sociabilidade profana, de reforço à identidade local e de apreciação estética. Pode-se afirmar, sem exagero, que as igrejas eram o centro da vida social comunitária goiana”. (OLIVEIRA, 2006, p. 188)

Aparecida, a exemplo de outras povoações goianas, não se furtou dessa realidade em que, em momento histórico passado, o espaço da igreja, seus festejos e tradições serviam de



oportunidade de lazer e encontros de cunho político e econômico, o que mudou ao longo do tempo.

Ainda hoje é possível caminhar pelas ruas do núcleo original de Aparecida de Goiânia e encontrar a antiga igreja, a cruz de madeira e alguns imóveis que mantêm a arquitetura original do momento de fundação, porém não possuem a mesma função e significado do passado, como se pode observar nas Ilustrações 4, 5 e 6.

**Ilustração 4** – Visão da Praça da Matriz, Aparecida de Goiânia. Detalhe de estátuas em homenagem aos fundadores do município, Sr. José Cândido e Dona Maria Elias



Foto: Romenia de Sousa 2017.

**Ilustração 5** – Secretaria paroquial da Igreja Católica, localizada em frente à Igreja Matriz, Aparecida de Goiânia



Foto: Romenia de Sousa 2017.

**Ilustração 6** – Imóvel particular, em rua anexa à da praça da Matriz, Aparecida de Goiânia



Foto: Romenia de Sousa 2017.

A realidade do patrimônio de Aparecida se manteve praticamente sem alterações até os primeiros anos da década de 1930, quando a decisão política de construção de uma nova capital para o estado de Goiás passou a gerar impactos, tanto no que se refere às questões de caráter territorial, quanto demográficas e políticas.

## 1.2 DA CONSOLIDAÇÃO DA CAPITAL ESTADUAL À EMANCIPAÇÃO DE APARECIDA DE GOIÂNIA: 1933-1963

No momento em que os desejos de mudança motivavam ações para a alteração do perfil político e econômico brasileiros, a região Centro Oeste e o estado de Goiás receberam especial atenção. Acreditava-se que sua atuação regional poderia contribuir para a garantia do bom andamento das políticas governamentais de desenvolvimento e integração nacional. Entendia-se que Goiás poderia servir aos interesses industriais nacionais, se enquadrando como economia complementar com vistas à industrialização da região sudeste. Para Mello (2014, p. 466),

tal processo não emerge como resposta às demandas sociais inerentes à vida dos goianos, e sim como uma ação orquestrada por agentes interessados na consolidação e na expansão da estrutura industrial instalada no sudeste do país, sobretudo no Estado de São Paulo.

Deste modo, em Goiás, a partir da chamada Era Vargas, iniciada em 1930, começou a se desenrolar ações que intencionavam incorporar o estado, de forma mais ativa, ao “mercado capitalista, ampliando sua fronteira agrícola e modernizando sua agricultura, acelerando seus níveis de produção e exportação e dinamizando seu setor industrial e comercial” (CHAUL, 2015, p. 210), buscando assim, romper com os traços que representavam o atraso, dentre eles, a realidade basicamente agrária e de pecuária extensiva em que vivia o estado.

Estes seriam os primeiros passos rumo ao progresso representado pela urbanização e industrialização. Para Santos (2013, p. 68), neste momento da história nacional,

o Centro-Oeste apresenta-se como extremamente receptivo aos novos fenômenos da urbanização, já que era praticamente virgem, não possuindo infraestrutura de monta, nem outros investimentos fixos vindos do passado e que pudessem dificultar a implantação de inovações. Pôde, assim, receber uma infraestrutura nova, totalmente a serviço de uma economia moderna, já que em seu território eram praticamente ausentes as marcas dos precedentes sistemas técnicos. Desse modo aí, o novo vai dar-se com maior velocidade e rentabilidade.

A nova fase na economia brasileira, apesar de mais voltada para o setor industrial, mantém vínculos com o setor agrário, o qual recebeu investimentos no sentido de promover o aprimoramento das práticas agrícolas e integrar o campo à lógica da economia de mercado.

A realidade deste contexto de aperfeiçoamento técnico, no campo e na cidade, se conecta ao quadro de desenvolvimento e expansão do capitalismo mundial, pois, nesse sistema,

a necessidade de acumulação do capital leva a uma franca expansão geográfica da sociedade capitalista, conduzida pelo capital produtivo, o que exige um contínuo investimento de capital na criação de um ambiente construído para a produção. [...]. Estas e outras infinitas infra-estruturas são as formas geograficamente imobilizadas - de capital fixo, tão fundamentais ao progresso da acumulação (SMITH, 1988, p. 175-176).

As transformações ocorridas no Brasil, a partir de exigências da nova fase da economia capitalista, analisadas por Santos (2008), referem-se às mudanças no perfil econômico nacional no início do século XX, em que as atividades rurais são suplantadas pelas industriais. Nesse sentido, Santos (2008, p. 88) destaca que

os últimos séculos marcam, para a atividade agrícola, com a humanização e a mecanização do espaço geográfico, uma considerável mudança de qualidade, chegando-se, recentemente, à constituição de um meio geográfico a que podemos chamar de meio técnico-científico-informacional, característico não apenas da vida urbana, mas também do mundo rural, tanto nos países avançados como nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres. É desse modo que se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações.

Entendemos que as mudanças ocorridas no campo, a partir da implementação de meios técnicos<sup>5</sup>, até então pouco conhecidos e usados, redefiniram as formas de viver, trabalhar e ocupar os espaços nas áreas rurais e, como reflexo, nas cidades brasileiras.

No campo político, buscando dar credibilidade a seu discurso mudancista – modernizante e industrial, Vargas nomeou interventores para os estados onde as oligarquias mantinham o controle, dentre os quais figurava o estado de Goiás, para o qual foi escolhido o médico Pedro Ludovico Teixeira, natural da cidade de Rio Verde, cidade da região sudoeste do estado, que, por sua localização, já representava as demandas por modernização produtiva (CHAUL, 2015).

A partir da união de interesses políticos de Getúlio Vargas e Pedro Ludovico ocorreu o processo de transferência da capital e a construção da nova sede do poder administrativo

---

<sup>5</sup> Uso de técnicas específicas para o aumento da produção- na agricultura e pecuária, em menor período de tempo e de máquinas, nas atividades agrícolas. (SANTOS, 2001)

estadual. Chaul analisa as contradições que envolveram o processo de construção de Goiânia, que naquele momento representava

o símbolo maior da modernidade ou do progresso em Goiás. A representação da nova capital reuniu o tradicional e o moderno, expressos tanto nas formas como nos debates sobre a pertinência ou não da realização desta obra, nos quais ficam demonstradas as contradições daquela sociedade ao se confrontar seu *modus vivendi* com a questão da modernidade (CHAUL, 2015, p. 176).

Buscando consolidar o propósito de integração nacional e modernização do interior do país, Pedro Ludovico, com apoio federal e de novos grupos desejosos de ascender ao poder em Goiás<sup>6</sup>, lança, em 1933, a pedra fundamental para construção da cidade de Goiânia. Dando início aos trabalhos de edificação da nova capital, que, em seu projeto, propunha ser inovadora e arrojada para a época e para a região em que estava sendo construída – o distante e árido sertão goiano. Goiânia cumpria assim sua intenção de ser elemento que marcava um novo momento na história do estado, pois

mudou definitivamente o perfil e o eixo de povoamento em Goiás. Estimulou a migração, dinamizou a economia regional, mobilizou recursos, pois se tratava não de mais uma cidade, mas de uma capital que deveria representar o progresso, a modernidade (ARRAIS, 2007, p. 102).

Atendendo ao ideal modernizante da construção da capital, a ideia original do urbanista Atílio Correia Lima, para o desenho da cidade, se mostrava ousada, pois propunha seguir padrões arquitetônicos das chamadas cidades planejadas, inspirada no modelo francês das cidades jardins. O “‘afrancesamento’ da estrutura urbana mostrava-se fundamental para a consolidação desta condição de destaque. Urgia romper os elos com a antiga sociedade agrária, adequando esses espaços aos propósitos modernizadores emergentes” (PIRES, 2006, p. 96).

A nova capital nascia com um plano urbanístico composto por ruas largas, arborizadas, com setores organizados por funções bem definidas, como nos mostra a descrição de Pinto (2009, p. 32).

---

<sup>6</sup> Em geral fazendeiro das regiões sul e sudoeste do estado, ou seja, o que ao final, acaba ocorrendo, é uma alternância de oligarquias na política estadual (CHAUL, 2015).

No aspecto intra-urbano, Goiânia nasceu diferenciada, devido seu plano urbano radio-concêntrico - moderno para o período de 1930 no país - e o seu zoneamento rígido e funcional dos setores comerciais, industriais e dos setores residenciais, embasados nos moldes das cidades-jardins. Assim, seu plano se organizou como uma réplica do plano urbano de Versalles, na França, não se esquecendo da arquitetura Art'Deco que modelou sua paisagem, conforme destaca Ferrari (1986). Segundo Johnson (1974), estes planos radio-concêntricos com cidades-jardins se tornaram modismo que expressavam estilo monumental reprodutor do poder.

Com o início dos trabalhos de edificação da nova cidade, levas de migrantes vindos do interior do estado e de outras Unidades da Federação chegaram interessados na demanda de trabalho requerida para a construção dos prédios públicos, logradouros e demais obras que ergueriam no Planalto Central brasileiro, uma bela paisagem arquitetônica capaz de refletir modernidade e potencial econômico.

De fato, até 1937, ano em que os primeiros prédios públicos ficaram prontos e ocorreu a mudança da sede administrativa da Cidade de Goiás, o planalto onde se localiza Goiânia sofreu mudanças. Contudo, o cotidiano de construção da nova capital, talvez se assemelhasse mais a um sonho dantesco<sup>7</sup>, do que uma obra de arte arquitetônica, como pretendiam seus planejadores. Os operários, construtores da nova capital vivenciaram uma realidade distante das narrativas heroicas daquele momento, como nos mostra Chaul (2015, p. 246):

A mão de obra básica teve de ser trazida do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia para constituir um contingente operário que não havia se formado no Estado ao longo de seu processo histórico. Os quatro mil anônimos, a outra face dos construtores de Goiânia, viviam em condições subumanas de vida e seus salários, quando pagos, transformavam-se em vales que, por sua vez, viravam dívidas nas mãos dos agiotas e acabavam como o lucro das cantinas dos exploradores.

Desse modo, a vida dos trabalhadores recém-chegados foi marcada por muitas adversidades nas suas relações de produção e também no cotidiano fora delas. Do início das construções até a transferência definitiva da capital, que aconteceu em 1942, o que se assistiu não foi somente a edificação de uma nova urbe, mas também de uma realidade social diferente da que se conhecia nos espaços urbanos goianos de então.

Goiás, um “estado essencialmente agrário, caracterizou-se, até a década de 1920, pelo acanhamento de seus núcleos urbanos” (CHAUL, 2015, p. 208), após esta década e com a construção de Goiânia, erguida sob o signo da modernidade, seguiu padrões de urbanização

---

<sup>7</sup> De um horror grandioso; expressão usada pelo poeta Castro Alves, no poema Navio Negreiro, para se referir aos horrores praticados contra os negros africanos nas embarcações que os conduziam para as Américas. (FERREIRA, 2004, p. 285)

requeridos pela sociedade industrial. Esta visão de urbanização moderna implantada no Brasil é apresentada por Pires (2006, p. 95):

A formação da concepção de modernidade no Brasil surge a partir das formulações geradas em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro - por sua vez inspiradas em tendências europeias - principais centros econômico, político e cultural do Brasil no início do século passado. Tratou-se de um processo que se propagou pelas grandes capitais e que teve início com o advento da República, em que uma nova política econômica foi instaurada, tornando necessário adaptar as cidades ao crescimento do comércio e das atividades industriais de exportação. Daí decorreu a reestruturação do espaço urbano, visando atender aos ideais da economia moderna, remodelando as ruas e saneando as cidades no intuito de evitar a propagação das pestes decorrentes da falta de higiene. Para as elites em ascensão, em conjunto com o sistema econômico hegemônico, a denominação de moderno era primordial para a expansão das atividades comerciais e industriais. Urgia romper com qualquer elo de ligação com a antiga sociedade agrária e adotar uma postura urbana que adequasse esses espaços aos novos anseios.

Assim, antigas cidades brasileiras, então remodeladas, ou aquelas nascentes, vão inaugurar uma nova ordem urbana, onde o ritmo de vida e as relações sociais serão marcados por modelos hierarquizados e bastante distintos, porquanto vale ressaltar que, “a relação ‘urbanidade-ruralidade’ (que é marca socioeconômica brasileira) não desaparece” (LEFEBVRE, 2006, p. 19) (grifo nosso), mantém-se, com diferentes graus, em diferentes momentos.

Nas palavras de Pires (2006, p. 95), com esse processo de urbanização modernizante, “buscou-se a construção de uma nova identidade para as cidades com base nas perspectivas ideológicas emergentes. A construção dessa nova identidade se deu através da incorporação de valores, até então estranhos, a hábitos antigos”.

Em Goiás, concomitante à construção de Goiânia e da proposta de uma outra identidade para seus habitantes, pautada sobre novos valores, implementaram-se programas e projetos que visavam reforçar a imagem de progresso, presente nos discursos de Vargas. Como exemplo, podemos citar a Marcha para Oeste (1938), que teve como objetivo expandir, ocupar e integrar o vasto território brasileiro, “dotada de claro conteúdo ideológico, no sentido da justificação do novo regime, a campanha continha forte apelo ao sentimento nacionalista da população brasileira” (MACIEL, 2012, p. 32), alinhada a esta campanha figura a criação da Fundação Brasil Central – FBC, em 1943, com o objetivo de “desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia, Xingu e no Brasil Central e Ocidental” (MACIEL, 2012, p. 33).

Cabe destacar, também, a continuação da construção da Estrada de Ferro Goiás (1906-1957) e a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás<sup>8</sup> (CANG), em 1941, com “a oferta de terras férteis e baratas” (ARRAIS, 2016, p. 86), impulsionando a ocupação das terras do interior do Brasil. Como ressalta Mello (2014, p. 466),

as transformações advindas desse movimento situaram Goiás na periferia de um sistema produtivo engendrado para adquirir abrangência nacional e, nesse contexto, o território goiano foi capturado e reestruturado sob auspícios argumentos modernizadores, carregados de virtudes emancipadoras. Estava em curso um processo de redefinição territorial, com vistas à abertura dos caminhos imprescindíveis para a implementação de um arranjo produtivo articulado nacionalmente.

Além das alterações espaciais e do contingente populacional vinculado à construção da nova capital, de 1938 a 1943, Goiás foi alvo também da chegada de migrantes atraídos pela oportunidade de acesso a terras e trabalho na colônia agrícola (CANG), nas obras ligadas à Marcha para Oeste e construção da estrada de ferro.

Mesmo após concluídas aquelas obras, muitos migrantes continuaram buscando maneiras de se estabelecerem e construir suas vidas em território goiano. Neste cenário, Goiânia e cidades próximas a seu território se apresentaram como possibilidade de fixação.

Assim, não somente a capital, mas também outras cidades goianas passaram a experimentar uma nova dinâmica sócio-espacial, ligada, em grande parte, ao processo de urbanização e ampliação das relações espaciais entre as diversas regiões do estado de Goiás e do país. Como argumenta Smith (1988, p. 110), “a produção de espaço e lugar - permanecem no âmago do desenvolvimento capitalista contemporâneo”.

As alterações espaciais, nas áreas próximas à nova capital, se apresentam como repercussão deste quadro de desenvolvimento requerido pelo modo de produção capitalista. Para a redefinição dos espaços urbanos, a burguesia conta com o Estado e o mercado imobiliário, cada qual, a seu modo, atua de forma a garantir que a estrutura espacial corresponda às demandas do sistema do capital, favorecendo, assim, o controle sobre as pessoas e suas ações. Como declara Santos (2013, p. 106), “o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os às suas exigências funcionais”. Nas palavras de Negri (2008, p. 130),

---

<sup>8</sup> O Decreto-Lei n 3.059 de 14 de fevereiro de 1941, definiu a criação das Colônias Nacionais, ao todo foram oito colônias, estabelecidas em diferentes regiões do país, e em locais que deveriam atender a certos requisitos, como terras férteis com presença de veios d'água. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017)



a cidade torna-se expressão materializada da atuação da sociedade no espaço geográfico, através de um ambiente físico construído. [...] Através da segregação sócio-espacial, a classe alta controla e produz o espaço urbano, de acordo com seus interesses. A segregação social visa, portanto, a reprodução das forças-de-trabalho, sendo estes processos sempre interligados e articulados com a estrutura social.

Para Negri (2008), a forma fragmentada de ocupar o espaço é uma marca do processo de segregação sócio-espacial a que estão sujeitos os indivíduos, que, por pertencerem a grupos de baixo extrato econômico, se veem impossibilitados de habitar áreas mais centrais e/ou bem estruturadas nos centros urbanos, reforçando as teses defendidas por (PINTO, 2009; SANTOS, 2008).

Por sua vez, Villaça (2001, p. 142) define que “a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes **regiões gerais** ou **conjuntos de bairros** da metrópole” (grifo no original). Nesta perspectiva, Villaça (2001) amplia a ideia de segregação, apresentando-a em dois sentidos, tanto no que se refere aos bairros formados por áreas em que se concentram habitações de grupos sociais privilegiados, denominada segregação voluntária, quanto àquelas compostas por grupos de baixa renda, que se fixam em locais com determinadas características urbanísticas, onde predominam ausências de infraestrutura, que corresponde à segregação involuntária. Cabe esclarecer que não há duas segregações, apenas uma, pois quando uma está presente produz a outra.

A realidade de espacialização fragmentada, marcada pela segregação, definida por Villaça (2001) e Negri (2008), corresponde à história de ocupação dos espaços urbanos próximos a Goiânia, a partir de sua construção. Migrantes que desejavam habitar a recém-inaugurada capital goiana e não conseguiam ali se estabelecer, acabavam por se deslocar para áreas próximas, residindo em locais que ainda estavam se constituindo enquanto cidades, como Aparecida de Goiânia, Trindade e outras, que não possuíam estrutura urbana.

O aumento crescente de migrantes alterou a realidade sócio-espacial daqueles locais, como destaca Pinto (2009), ao falar sobre o processo de incremento populacional de Aparecida durante a construção de Goiânia, “territorializada por grandiosas massas sociais de distintos lugares, com perspectivas históricas e representações espaciais próprias, fazendo de Aparecida de Goiânia a extensão da nova capital” (PINTO, 2009, p. 76). A absorção desta população recém-chegada reforçou o vínculo espacial entre Goiânia e Aparecida, tornando o pequeno povoado parte integrante e integrada da capital.

Dados do Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais (PEMAS, 2002), corroboram com a informação a respeito das alterações espaciais aparecidense após o

início da construção de Goiânia. Esses dados apontam que “em 1922, Aparecida tinha 339 lotes no seu núcleo original. Já no período de 1933 a 1963, Aparecida contava com 18.585 lotes disponíveis e 201 famílias” (PEMAS, 2002, p. 26). Como vemos nos dados colhidos junto ao PEMAS, mesmo que entre 1933 e 1963 Aparecida contasse com uma pequena população, o aumento no número de lotes foi acima da demanda local. Essa situação nos leva a refletir sobre a intenção de tal ato, e a indagar: já se sabia a priori que os migrantes recém-chegados não se fixariam na capital, e, portanto, precisariam buscar moradia em áreas próximas? O desenrolar dos eventos naquele espaço nos forneceu elementos que conduzem a responder afirmativamente a esta questão.

Outro momento da história de Aparecida que denuncia sua posição complementar em relação à realidade urbana goianiense, refere-se à definição dos limites territoriais com Goiânia. Em “02 de março de 1938, foi assinado o Decreto Lei Nacional nº 311, que dispôs sobre a formação do território da nova capital. Os perímetros urbano e suburbano, definidos no documento, incluíam o arraial de Aparecida de Goiás” (PEMAS, 2002, p. 26).

Caso entendamos que leis não são instrumentos destituídos de sentidos, mas ao contrário, carregam em si intencionalidades, poderemos concluir que a definição legal de incorporação do perímetro de Aparecida ao da nova capital anuncia como se articularão as relações políticas e territoriais entre os dois municípios, com conseqüente predomínio do espaço de maior representatividade política, sobre aquele menos expressivo.

A densidade da relação entre Aparecida e Goiânia se estende e amplia ano a ano, passando de cidade satélite de Goiânia, em 1947, pela Lei Estadual nº 574, à condição de distrito, quando a “Lei Municipal nº 1.295, de 19 de dezembro de 1958, transformou o lugarejo em Vila Aparecida de Goiás, que se tornou distrito de Goiânia” (PEMAS, 2002, p. 26).

O vínculo político se reflete no plano territorial com a aprovação de novos loteamentos nas áreas próximas ao limite com Goiânia e distantes do centro da cidade de Aparecida. Tais ações oficiais promoveram o início de um processo de urbanização descontínuo e disperso, que redundou em uma conurbação<sup>9</sup>.

Esse crescimento, marcado pela criação de novos loteamentos e pelo incremento populacional, fortaleceu os interesses políticos no sentido de propor a emancipação do distrito de Aparecida, o qual, em 1960, contava com 3.199 habitantes<sup>10</sup>. Tal contingente populacional

---

<sup>9</sup> Unificação da malha urbana de duas ou mais cidades, em conseqüência de seu crescimento geoespacial. (FERREIRA, 2004, p. 265)

<sup>10</sup> Como Aparecida ainda não era um município emancipado – nesse momento era distrito de Goiânia – esta estimativa parte de dados não oficiais (PINTO, 2009). Contudo, dados do Atlas digital de enfrentamento ao álcool,

tornou Aparecida um município apto a pleitear sua emancipação política, tendo em vista que a legislação vigente no período previa que o número mínimo de habitantes para emancipação era de três mil pessoas.

Dessa forma, grupos interessados na autonomia de Aparecida iniciaram um movimento junto ao governador Pedro Ludovico, pedindo que autorizasse a criação de um novo município. Os interesses políticos se coadunaram e, em 14 de novembro de 1963, pela Lei Estadual 4.927, foi criado o município de Aparecida de Goiânia (PINTO, 2009).

Faz-se necessário destacar a maneira como Aparecida de Goiânia inicia sua condição de município emancipado em 1963. Apesar de possuir, naquele momento, em seu espaço urbano, pouca (ou quase nenhuma) infraestrutura, já tem o desafio de absorver parte do contingente populacional excedente de Goiânia e, para isso, demanda o parcelamento de seu solo. As palavras que se seguem colaboram com esse entendimento.

O município de Aparecida de Goiânia, por exemplo, foi criado neste contexto, no início da década de 1960, e é exemplo do processo de metropolização de Goiânia, pois tanto sua expansão urbana quanto o parcelamento de seu solo urbano ocorreram a partir da demanda crescente de lotes a baixos preços, próximos à capital, o que denota o atrelamento desses dois processos ao crescimento da metrópole. (PAULA, 2013, p. 35)

Ao longo do tempo, tal adensamento demográfico e parcelamento do solo acabou por promover uma espacialização fragmentada e o aparecimento de vários bairros marcados por situações de vulnerabilidades sociais. Compreendendo os lugares vulneráveis como “aqueles nos quais os indivíduos ou grupos sociais enfrentam riscos e a impossibilidade de acesso a serviços e direitos básicos de cidadania, como condições habitacionais, sanitárias, educacionais, de trabalho”. (STOCO, 2011, p. 665)

Nesse contexto, em virtude de seus dilemas estruturais e sociais, Aparecida acabou por ser estigmatizada como cidade “periférica”. Etimologicamente, esse verbete refere-se às zonas de uma cidade que estão em torno do centro hegemônico. Em geral, o termo traz consigo forte carga ideológica, marcada pelas ideias de abandono, miséria, violência, ou mesmo, dentre outros, um “preconceito espacial”. (CHAVEIRO, 2012, p. 231)

Porém, torna-se necessário olhar para além do sentido etimológico e entender esse processo de periferação como produto das ações de diferentes agentes sociais. Ações que culminaram na construção de uma realidade marcada pelo descaso e segregação.

---

crack e outras drogas – Aparecida de Goiânia 2016 apontam que, em 1963, ano de sua emancipação, Aparecida já contava com 7.476, habitantes (ATLAS DIGITAL, 2017).

### 1.3 A EXPANSÃO DA CAPITAL E A DEGRADAÇÃO DOS SÍTIOS HISTÓRICOS: 1963-1980/1990

O processo de expansão da capital rumo aos territórios que a circundam, motivado por contínuos fluxos migratórios e pela ação do mercado imobiliário, pode ser observado a partir dos dados que seguem. A cidade que foi planejada na década de 1930 para abrigar 50 mil habitantes, já em 1950, dezessete anos após sua fundação, contava com 55.423; em 1970 já se registrava 380.773; em 2000, 1.093.007 e hoje conta com cerca de 1.430.697. (IBGE, 1970, 2000, 2016)

Como podemos verificar, entre 1950 e 1970, o índice populacional goianiense cresce em torno de 587%. Conforme Santos (2013), esse fato teria sido estimulado pelo fim da Segunda Guerra Mundial – o aumento das taxas de natalidade e decréscimo de mortalidades em virtude dos progressos sanitários, melhorias nos padrões de vida e a urbanização e, após os anos de 1970, impulsionado pelo êxodo rural promovido em grande parte pela expansão do capitalismo no campo e início do processo de mecanização intensiva do espaço rural, desencadeando processos de migração em várias regiões do país. Segundo Ablas (1985, p. 139),

no que diz respeito à expansão da fronteira, a estratégia adotada no período recente privilegiou a grande propriedade agropecuária, desta forma reduziram-se sensivelmente as possibilidades de absorção de população na fronteira, seja pela dificuldade de acesso à terra, seja pelo fato de as grandes propriedades voltarem-se tipicamente para atividades pouco intensivas em mão de obra.

A falta de oportunidades para a permanência da população rural no campo, aliada às novas possibilidades de vida e trabalho na nascente capital, foram alguns dos fatores que promoveram a chegada de novos moradores à cidade de Goiânia, desencadeando mudanças de toda ordem. Contudo, por hora, iremos nos ater àquelas relacionadas à ocupação do espaço urbano, por entender que, a partir deste olhar, poderemos identificar o surgimento de uma nova realidade - diversa daquela pensada por seus planejadores, bem como o aparecimento de inúmeros contrastes socioeconômicos intraurbanos, afinal:

com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. Seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. são elementos de diferenciação, mas, em todas elas problemas como o desemprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde são genéricos. (SANTOS, 2013, p. 105)

Goiânia e os municípios de sua região metropolitana, como muitos outros centros urbanos brasileiros, refletem bem essa realidade, pois enfrentaram e ainda enfrentam muitos desafios relacionados à superação de problemas urbanos. Esses, apesar de serem conhecidos desde o processo de sua fundação, em 1933, até os dias atuais<sup>11</sup>, não impediram que se criasse sobre Goiânia um discurso de cidade agradável para se viver. Ideia que reforça seu poder de atração e interesse sobre diferentes sujeitos, em sua maioria, desejosos de se estabelecerem em um novo espaço, para assim iniciarem uma nova etapa em suas vidas.

Sabemos, porém, que, dentro da realidade capitalista – em que o lucro é prioridade, em detrimento de soluções para as questões sociais, os espaços reservados a esses sujeitos são bastante diversificados, quer na forma e local de habitação, quer nas relações que estabelecem com a cidade e seus lugares. Como destaca Harvey (2011), o fato de buscarem aluguéis compatíveis com suas rendas, acaba por reforçar estigmas localizacionais e a segregação desses sujeitos.

Nesse contexto, um dos lugares cujos alugueis eram compatíveis com a renda dos migrantes foi Aparecida de Goiânia. A presença de grupos de origens culturais e étnicas diversas nesse território – mas em geral de mesmo extrato socioeconômico, promoveu um processo de urbanização que deixou marcas significativas em seus espaços e nos corpos que neles transitam e vivem.

O corpo entendido como um projeto que evolui e se modifica continuamente, “que reflete uma dinâmica de transformação interna (biológica e psicanalítica), bem como é efeito de processos externos /sociais. Ou seja, o corpo é um elemento maleável histórica e geograficamente” (HARVEY, 2011, p. 136-137). É através do corpo (e de seus sentidos) que os indivíduos constroem, habitam e se apropriam dos espaços e do mundo (CARLOS, 1996) desta feita, estando em contato com uma realidade marcada por relações sociais e geográficas segregadas e desiguais, tende a reproduzir essa realidade.

Partindo dessa premissa, Santos, L. M. (2008), demonstra como a segregação sócio-espacial de Aparecida é vista pela população local e regional; bem como a forma que esta situação é tratada pela mídia, reforçando a imagem negativa sobre Aparecida e de seus habitantes. O autor ainda apresenta como o segmento dominante utiliza a imagem criada e amplamente divulgada pela imprensa, para manter as estruturas sociais da forma que lhe convém, num contínuo e crescente desenvolvimento geográfico desigual, que reforça as desigualdades sociais. Para Smith (1988, p. 16, 221),

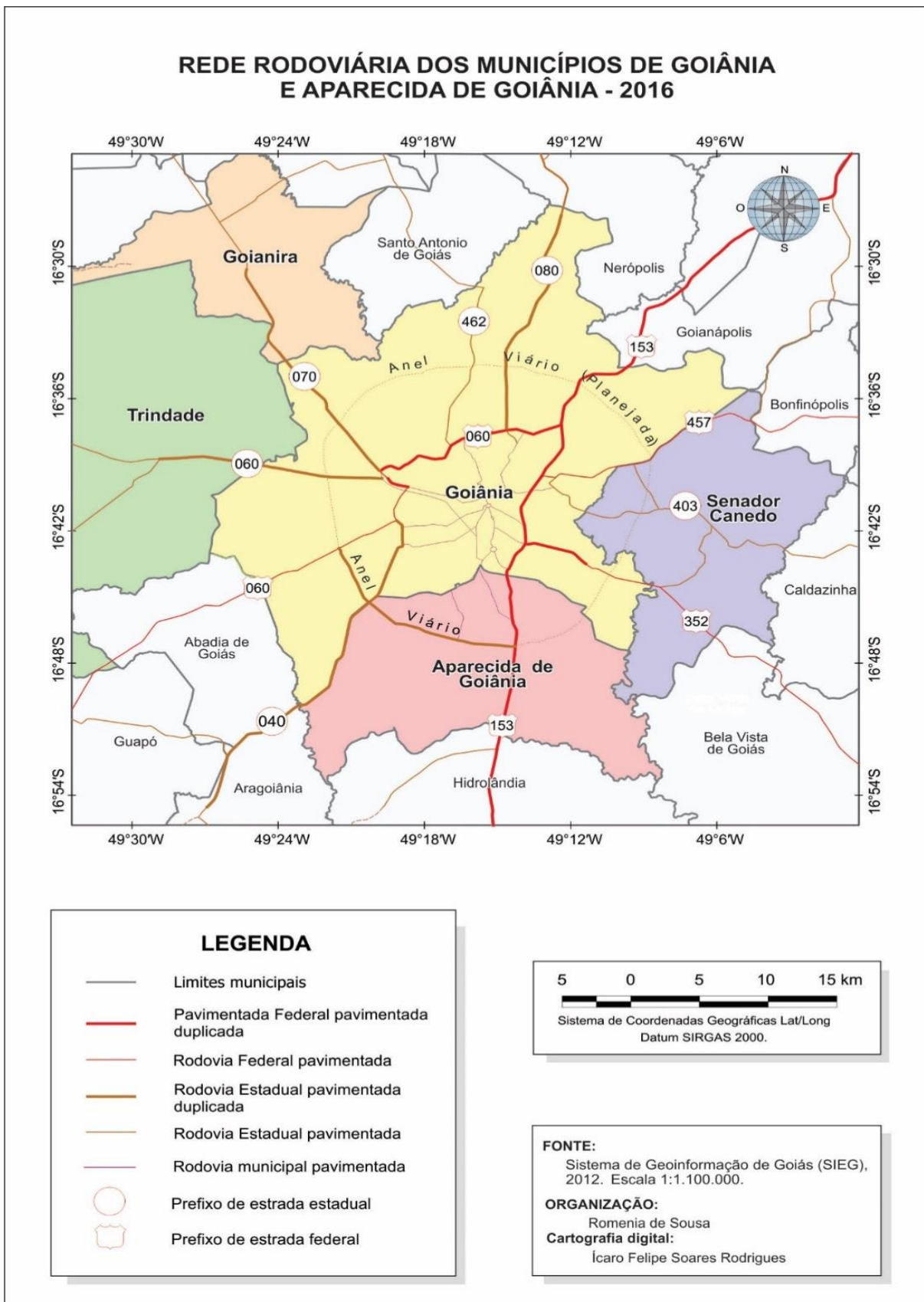
---

<sup>11</sup> Conforme pesquisa realizada pelo Instituto Mauro Borges sobre migração para Goiás (2010); Conceição (2011); Pádua (2008).

o desenvolvimento desigual é a marca registrada do capitalismo [...], o desenvolvimento desigual é antes estrutural que estatístico. Os padrões geográficos resultantes são completamente determinados (no sentido oposto de ‘determinista’) e são, assim peculiares ao capitalismo. [...] O desenvolvimento desigual é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados.

É possível verificar esta forma de desenvolvimento desigual nos municípios que circundam a capital goianiense, dentre eles podemos destacar não só Aparecida de Goiânia (ao sul), que é nosso objeto de análise, mas também Senador Canedo (a leste), Goianira (a noroeste) e Trindade (a oeste).

**Ilustração 7** – Mapa: Municípios da Região Metropolitana de Goiânia e sua rede rodoviária



Fonte: Sistema de Geoinformação de Goiás – SIEG 2012.

Esses municípios têm seus cotidianos marcados pela proximidade e possibilidade de acesso à capital, por diferentes vias – ligam-se à Goiânia pelas rodovias estaduais GO – 040, 403, 020 e 060; e federais, BR- 153, 352, conforme se observa na Ilustração 7.

Mas, por que mencionar outros municípios além deste que nos propusemos estudar? Para enfatizar que, apesar do destaque dado à problemática urbana aparecidense, na mídia regional, como demonstrou Santos, L. M. (2008) em sua pesquisa, outros municípios da região metropolitana de Goiânia tendem a experimentar desafios semelhantes, com diferentes intensidades, haja vista que suas trajetórias sócio-espaciais se assemelham a de Aparecida. Sendo assim, podemos inferir que, talvez, não esteja somente em Aparecida o problema, como reforça a mídia, mas na realidade que se coloca sobre esses municípios.

A imagem criada sobre Aparecida está relacionada não só à forma como se deu seu processo de urbanização após a construção de Goiânia, mas também nos anos subsequentes. Em 1963, após sua emancipação, ações do poder público, em parceria com a iniciativa privada, incrementaram a infraestrutura de determinadas áreas do município, com a abertura e asfaltamento de ruas e rodovias que ligam Aparecida a outros municípios e regiões do estado e país. Assim, instalaram sistemas de iluminação e construção de redes pluviais, em alguns bairros e abriram novos loteamentos onde não havia estrutura alguma.

De acordo com dados do PEMAS (2002), de 1960 a 1970 foram mais de 2.000 novos lotes, e de 1970 a 1980 foram 157.856 novos lotes; ou seja, a iniciativa privada se aproveitou dos amplos territórios vazios existentes em Aparecida e criou a demanda habitacional, passando a atuar no processo de parcelamento do solo urbano aparecidense. O crescente número de loteamentos, a partir de 1970, ocorreu não só pela possibilidade de ocupação dos espaços vazios de Aparecida, mas também em virtude da

Lei Municipal nº 4.526, de 1972, aprovada em Goiânia, que passou a disciplinar, com rigor, o parcelamento do solo da capital, impedindo loteamentos para fins urbanos que não tivessem infra-estrutura mínima de água, pavimentação e iluminação pública. (PEMAS, 2002, p. 27)

Como se vê, com o estabelecimento da lei nº 4.526, fixou-se uma limitação à ocupação do solo urbano goianiense, fazendo assim com que o olhar dos empreendedores do ramo imobiliário se voltasse para as áreas próximas à capital. Nesse cenário, Aparecida surge como uma alternativa para o setor, tendo em vista que, ao contrário de Goiânia, em Aparecida ainda não havia legislação a respeito de restrições à ocupação fundiária. Com isso, novos loteamentos



são implantados, sem, no entanto, haver preocupação e cuidado com a criação de uma infraestrutura básica nesses locais.

A partir da década de 1980, intensificam-se os processos de migração para Aparecida de Goiânia, muito em virtude da lei nº 4.526, mas também pela valorização fundiária da capital, em oposição ao baixo valor do solo urbano aparecidense, o que, de acordo com relatório do PEMAS (2002), se refletiu sobre sua constituição sócio-espacial.

O parcelamento espalhou-se, de forma desordenada e descontínua, por grande parte do território. Tal diretriz resultou na formação de extensos vazios entre os loteamentos, com consequências sobre o custo da infraestrutura e dos serviços e, dessa maneira, sobre a qualidade de vida. (PEMAS, 2002, p. 28)

Como resultado desse crescente parcelamento da área urbana de Aparecida, assistiu-se ao aparecimento de uma série de situações emblemáticas para a constituição do município, como loteamentos cercados por espaços vazios, falta de infraestrutura, de transporte, de serviços e equipamentos públicos em geral, levando à precarização a vida das pessoas.

Esse quadro de parcelamento desordenado de Aparecida foi tão intenso que, em 1981, criou-se uma lei (Lei municipal nº 403) suspendendo a execução de novos loteamentos por um período de dois anos. Contudo, a lei teve vida curta, sendo revogada poucos meses depois; nas palavras de Harvey, “a burguesia transformou o Estado em executor de suas próprias ambições” (HARVEY, 2011, p. 40). Mais uma vez, o Estado se move no sentido a atender aos interesses do capital, como reforça as palavras de Lefebvre (2001, p. 84):

Ora o Estado, ora a empresa, ora os dois (rivais, concorrentes, mas que muitas vezes se associam) tendem a se apoderar das funções, atributos, prerrogativas da sociedade urbana. Em certos países capitalistas, o que é que a empresa “privada” deixa para o Estado, para as instituições, para os organismos “públicos” a não ser aquilo de que ela não se encarrega por ser demasiadamente oneroso?

Assim se constituiu a realidade espacial de Aparecida de Goiânia, após sua emancipação, uma mescla de interesses dos mais variados agentes, que buscaram antes, criar situações de benefício individual e econômico, em oposição àquelas de cunho coletivo e social. O que nos permite comprovar que,

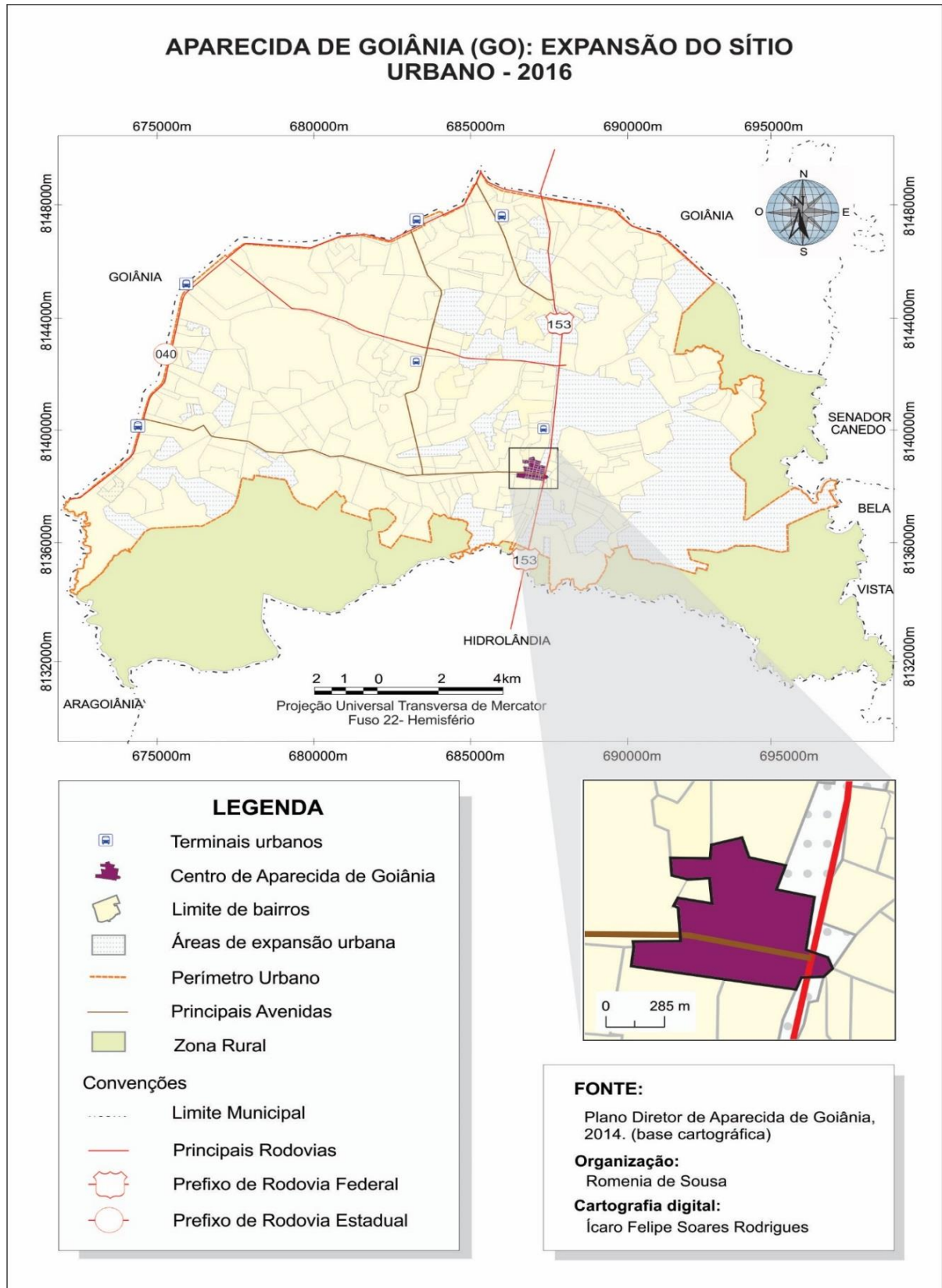
as deficiências da estrutura institucional aliada à inobservância de normas e legislações urbanísticas e a intervenções aleatórias dos governos Estadual e Municipal contribuíram para que a malha urbana se configurasse de maneira descontínua, dispersa e inadequada. (PEMAS, 2002, p. 05)

Evidencia-se, assim, o descaso do poder público com o processo de expansão urbana de Aparecida, pois o que salta aos olhos em seu desenho urbano é uma cidade composta por uma trama assimétrica de vias e construções, não raro com setores desconectados uns dos outros. Como consequência, “a desobediência aos padrões mínimos de urbanização fez com que o espaço fosse marcado por grandes vazios urbanos, permeados por áreas rarefeitas ou fortemente adensadas” (PEMAS, 2002, p. 46), uma situação que bem corresponde à descrição apresentada por Lefebvre (2006, p. 25), como uma “urbanização, desurbanizante e desurbanizada”.

Essa realidade urbana “desurbanizada”, onde é possível encontrar contrastes entre áreas com boa infraestrutura e outras desprovidas de mínimas condições de habitar, entre vazios, e/ou áreas densamente povoadas, não é um acaso, nem tão pouco algo desprovido de intenção, ao contrário, é produto das estratégias do mercado imobiliário com apoio direto do poder público, que usam essa realidade a seu favor, ocupando áreas em dado momento e deixando outras para ocupação posterior. Nas palavras de Pinto (2006, p. 07), “como reservas de valor à apropriação futura”, fortalecendo o valor de troca de determinadas áreas urbanas em oposição a seu valor de uso.

Através da Ilustração 8, podemos visualizar a forma como se distribui os setores de Aparecida.

**Ilustração 8** – Mapa: Expansão do sítio urbano, Aparecida de Goiânia, 2016



Fonte: Plano Diretor de Aparecida de Goiânia 2014.

Como verificamos a partir da leitura do mapa, a ocupação urbana aparecidense é maior nas proximidades da área conurbada e ao longo da rodovia regional que corta o município (GO-040). Villaça (2001) demonstra a importância das vias regionais para o desenvolvimento não apenas dos transportes, mas também do processo de expansão urbana ao longo delas. A busca por moradia mais perto da capital ou em local de mais fácil acesso até ela torna-se uma necessidade para muitos que necessitam se deslocar com frequência para a Goiânia, por essa razão fixam-se em Aparecida.

Neste processo de expansão urbana, a década de 1990 foi emblemática para Aparecida, pois foi o momento em que ocorreu a implantação de polos industriais que incrementaram a economia local. A instalação de várias empresas atraiu, novamente, significativo contingente populacional para o município, o qual “resultou em uma composição demográfica heterogênea, com parcela considerável de população de baixa renda”. (PEMAS, 2002 p. 35)

Mais uma vez a ocupação fundiária em larga escala aconteceu e, em muitos casos, sem a estrutura mínima necessária à sua execução, com exceção de alguns setores, em especial aqueles próximos à área conurbada, onde o mercado imobiliário passou a ofertar “novos produtos”, os chamados condomínios horizontais. Como alerta Arrais (2016, p. 124), “crescendo a demanda por habitação, força-se a criação de novos espaços nas cidades. O processo de expansão horizontal foi motivado pela valorização das terras e, aos pobres, descapitalizados, só restou distanciar-se das áreas centrais”.

Essa nova etapa de ocupação do solo aparecidense deu origem, além dos setores privilegiados na área conurbada, aos aglomerados subnormais que são, nas palavras presentes no PEMAS (2002, p. 50):

conjunto constituído por unidades habitacionais (barracos, casas, ...) ocupando ou tendo ocupado até período recente, terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) dispostos, em geral, de forma desordenada e densa e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais”. O que o caracteriza “[...] é a ocupação desordenada e que, quando da sua implantação, não houvesse a posse da terra ou título de propriedade.

Essas subnormalidades<sup>12</sup> reforçam a segregação e estigmatização de boa parte da população aparecidense, o que se reflete sobre seus cidadãos. Desse modo, torna-se possível identificar a (re)construção contínua da realidade urbana aparecidense, marcada por contrastes cada vez mais evidenciados em sua paisagem e nos corpos que nela e com ela interagem.

---

<sup>12</sup> Em Aparecida, encontramos sete unidades caracterizadas como subnormais. (IBGE, 2010)

À medida que cresceu o processo de ocupação do solo aparecidense e se ampliaram suas formas de uso, ocorreu, como consequência, mudanças em sua paisagem, entendida aqui como o “conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais de um espaço [...] formas de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço”. (SANTOS, 1988, p. 23)

Assim sendo, parte da paisagem já existente, seja ela artificial ou natural, é modificada e/ou retirada para dar lugar a outra realidade espacial, que corresponde de maneira mais adequada às demandas daquele momento. Contudo, isso, não raro, pode acabar, de certa forma, comprometendo as estruturas que contribuía para a manutenção da memória histórica, o que tem ocorrido com o centro histórico ou Praça da Matriz, como é conhecido o local onde nasceu o município de Aparecida de Goiânia.

No entanto, não nos cabe dizer se, e em que medida, essas alterações da paisagem urbana na área central da cidade de Aparecida - Praça da Matriz - foram mais e/ou menos positivas, apenas apresentá-las em seu devido contexto, bem como mostrar alguns resultados por elas produzidos, postulando se adequar, desse modo, ao momento histórico vivido no presente. Como alerta Santos (1988, p. 23), “as cidades mais antigas adaptam-se, transformam-se mais ou menos lentamente; as novas já nascem assim”.

Encontramos em uma mesma paisagem o velho e o novo, o tradicional e o moderno, com suas diferentes naturezas funcionais, estéticas e econômicas como bem representa o núcleo original de Aparecida de Goiânia, nas palavras de Chaveiro (2012, p. 220), “um processo de hibridização dos tempos”, representado ali, naquele espaço, pela co-existência da arquitetura do início do povoado, presente em alguns imóveis e, construções mais recentes, com formas e traçados elaborados em um outro padrão arquitetônico.

**Ilustração 9** – Imóvel de arquitetura original da época do povoamento. Atualmente, ocupado por estabelecimento comercial. Localizado ao lado da Igreja Matriz, Aparecida de Goiânia



Foto: Romenia de Sousa 2017.

**Ilustração 10** – Imóvel de arquitetura original da época do povoamento. Atualmente ocupado por estabelecimento comercial. Localizado próximo a Igreja Matriz, Aparecida de Goiânia



Foto: Romenia de Sousa 2017.

Como destaque dessa mudança na paisagem, podemos mencionar ainda a construção, em período mais recente (2017), de um *shopping center*, que com sua arquitetura de traços retos e de grandes proporções, alterou a paisagem daquela parte central da cidade.

**Ilustração 11** – Aparecida Shopping, vista lateral

Foto: Romenia de Sousa 2017.

**Ilustração 12** – Aparecida Shopping, entrada principal

Foto: Romenia de Sousa 2017.

Cabe ressaltar que a função sócio-espacial do centro histórico, local do nascimento do município, com construções de valor histórico inquestionável que, em seus primórdios, servia de lugar de encontros e vivências múltiplas, vem sofrendo, ao longo do tempo, alterações que acabam por torná-lo, para boa parte da população local, apenas um detalhe da paisagem que compõe aquela área. Ou seja, fica relegado a uma importância secundária, como nos mostra Chaveiro (2012, p. 223), ao afirmar que “em quase todas (as cidades), sob o manto da

requalificação, os antigos centros ou os monumentos que testemunham sentidos históricos importantes, tornam-se objetos que vendem a memória”.

Essa memória, aparentemente tão distante, por pouco não deixa de existir, pois, como destaca Pinto (2009, p. 100), “o centro histórico se manteve sem crescimento e perdeu *status* comercial, enquanto eram parceladas áreas na zona conurbada, tornando-se um novo centro”. Ou seja, com o surgimento de novas demandas, pautadas numa outra realidade socioeconômica, novas centralidades são produzidas e se tornam mais representativas para a caracterização do município, que o próprio núcleo de origem histórica da cidade.

Nesse contexto, a construção do *shopping* parece ser um artifício do setor econômico e político no sentido de refuncionalizar e ressignificar aquela área, ocupando-a de maneira a servir a propósitos outros, que não a manutenção da sua história e memória, mas criando novos elementos de caracterização para a comunidade local. Esta situação fortalece as marcas da urbanização capitalista, em que a produção, comercialização e consumo é que fazem as pessoas se reconhecerem como membros da sociedade. Baptista e Zanolla (2016) demonstram que essa forma das pessoas se reconhecerem é uma construção ideológica que atende a certa racionalidade, pautada na objetificação dos sujeitos, portanto, (res)significando não só os espaços, mas neles e com eles, os corpos.

A ideia de (re)estabelecer a função de espaços sejam eles locais e/ou regionais, desempenha papel econômico, mas também, possui caráter político, como ao se definir sobre a criação de Regiões Metropolitanas. Pinto (2009) aponta que os motivos para criação de Regiões Metropolitanas são variados – crescimento demográfico e descentralizado, desconcentração do emprego, espraiamento urbano, dentre outros, porém nem sempre segue esses mesmos critérios, inclusive aponta situações de criação de regiões metropolitanas, como resultado de manobras políticas.

#### 1.4 OS CONTEXTOS DA CRIAÇÃO DO AGLOMERADO URBANO DE GOIÂNIA E DA RMG: 1990-2000

A Região Metropolitana de Goiânia nasceu e se estruturou em um contexto comum a muitas outras regiões metropolitanas do país, a partir de sua inserção na lógica de acumulação e expansão do capitalismo, no momento em que o discurso globalizador se consolidou. Santos (2008, p. 23) vincula a produção de realidades como essa ao “ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”, período em que os avanços técnicos e científicos e



a crescente acumulação de capital, passaram a exigir uma nova organização política e também espacial, capaz de sustentar a reprodução e a acumulação de capital em nível crescente.

Nesse contexto, o espaço urbano se mostrou essencial ao avanço do capital, pois reúne em si produtos e produtores, objetos de sonho de consumo e seus possíveis consumidores; signos e símbolos de uma realidade aparentemente acessível para muitos, os quais seduz e desperta o desejo por meio do olhar. Nesse compasso, quando o corpo passa a desejar, ele também começa a trabalhar na busca de realização destes desejos. Eis então o motor que movimenta a estrutura de produção capitalista: o mesmo corpo que incansavelmente trabalha para produzir, o faz pensando em consumir, afinal,

produzindo os meios para satisfazer as suas necessidades, os seres humanos coletivamente produzem a sua própria vida material, e no processo produzem novas necessidades humanas cuja satisfação requer outras atividades produtivas. (SMITH, 1988, p. 72)

É assim que se mantém o ciclo de produção, circulação e consumo, criando nos indivíduos a ideia de que são antes consumidores do que produtores, pois, “uma vez com dinheiro, o trabalhador é dotado de autonomia vinculada a toda prática de mercado” (HARVEY, 2011, p. 151). Acreditando nessa pretensa autonomia de poder consumir, continuamos produzindo incessantemente. Nas palavras de Lefebvre (2006, p. 20) “o núcleo urbano sobrevive graças a esse duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar”.

Seguindo esse raciocínio, os centros urbanos e seus processos de metropolização são essenciais ao desenvolvimento do sistema capitalista, unindo crescimento populacional, ocupação do território – lugar de consumo, trabalho e consumo / consumo do lugar. Ao se falar em metropolização estamos nos referindo às

áreas onde diversas ‘cidades’ interagem com frequência e intensidade, a partir de uma interdependência funcional baseada na unidade das infraestruturas urbanas e nas possibilidades que esse fato acarreta para uma divisão do trabalho interna bem mais acentuada que em outras áreas. (SANTOS, 2013, p. 75)

Nesses espaços onde encontramos uma divisão do trabalho<sup>13</sup> cada vez mais acentuada, mais estabelecida está a economia de mercado e, como consequência, a crescente diferenciação das classes sociais. É nesse cenário de estabelecimento das estruturas urbanas capitalistas que, no período de transição entre as décadas de 1970 e 1980, é criado o Aglomerado Urbano de

---

<sup>13</sup> Nas sociedades capitalistas, a divisão do trabalho se estabelece entre espaços e funções: campo x cidade; trabalho intelectual x trabalho manual; donos dos meios de produção x donos da força de trabalho. Assim promovendo não só distinções funcionais, mas acima de tudo socioeconômicas. (PIRES, 2009)

Goiânia e na década seguinte, sua Região Metropolitana, tornando-se uma metrópole regional no Centro Oeste brasileiro.

Em decorrência do crescimento demográfico, do espraiamento territorial e do crescimento das periferias degradadas, foi criado, em 1980, o Aglomerado Urbano de Goiânia (AGLUG), organização composta, inicialmente, por 10 municípios.

A justificativa para a criação do AGLUG foi a união de municípios próximos a Goiânia na busca de solução para os problemas advindos do processo de expansão urbana acelerado, como “problemas físicos, ambientais, econômicos, sociais e administrativos, exigindo ações de intervenção de amplitude regional e de gestão integrada”. (PEMAS, 2002, p. 29)

De acordo com Santos, L. M. (2008), os prefeitos dos municípios que faziam parte do AGLUG pareciam não ter clareza sobre a importância de participar daquela organização, por isso havia grande entrada e saída dos membros daquele grupo, o que colaborou para que a atuação desta organização não fosse satisfatória.

Em 1999, o AGLUG se desfez e os municípios que o compunham se reorganizaram e passaram a fazer parte da Região Metropolitana de Goiânia (RMG) criada através da Lei Complementar nº 27 em 30 de dezembro de 1999,

Fica criada a Região Metropolitana de Goiânia – GRANDE GOIÂNIA, na forma prevista no artigo 4. Inciso I, alínea ‘a’, e nos artigos 90 e 91 da Constituição do Estado de Goiás, compreendida pelos municípios de Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Goianópolis, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade. (PINTO, 2009, p. 49)

Formada inicialmente por 11 municípios, hoje a RMG conta com 20 unidades municipais. Dessas, quatro sofreram de imediato os impactos do crescimento da capital goiana: Goianira, Senador Canedo, Trindade e Aparecida de Goiânia, pois foram nesses municípios onde o mercado imobiliário atuou de forma intensa e direta para receber novos moradores que chegavam a Goiânia, que, apesar de ser uma cidade planejada, seu desenho não previa espaço para esse migrante. Na percepção de Arrais (2016, p. 117), tal contexto “motivou a valorização fundiária especialmente nas áreas distantes dos perímetros planejados” ou mesmo em municípios próximos à capital.

Assim, os municípios vizinhos acabaram crescendo juntos com a sede da RMG, pois, “paralelamente ao crescimento das aglomerações grandes e muito grandes há lugar também para o aumento do número das cidades intermediárias e das respectivas populações”. (SANTOS, 2013, p. 93)

Goiânia responde pela centralidade regional: “a centralização urbana estaria calcada na polarização da metrópole e seu raio de ação, na sua região, pelo veio produtivo e funcional” (PINTO, 2009, p. 23). Ou seja, para ela convergem trabalhadores e demais pessoas que buscam por bens e serviços por ela ofertados: trabalho, estudo, atendimento médico de diferentes áreas etc.

Há, nesse sentido, uma clara divisão do trabalho estabelecida entre a cidade núcleo, com oferta de serviços coletivos, e outra área, composta por municípios menores e com pouca oferta de bens e oportunidades de trabalho, os quais concentram em seus espaços mão de obra abundante e barata, capaz de servir os dois campos – o núcleo e seus arredores. Nas palavras de Lefebvre (2001, p.17):

o núcleo organizacional da cidade continua muito forte. Seus arredores de bairros recentes e de semifavelas, povoadas com pessoas sem raízes e desorganizadas, lhe conferem um poder exorbitante. A gigantesca aglomeração quase informe permite aos detentores dos centros de decisão os piores empreendimentos políticos.

Dessa maneira, as cidades da região metropolitana acabam por desempenhar suas funções complementares, dentro dessa divisão do trabalho em que a cada espaço cabe uma função, quer seja fornecedor de matéria prima, ou mão de obra barata, numa realidade inerente às práticas de produção capitalista.

Em pouco tempo, quatro municípios da RMG – Goianira, Senador Canedo, Trindade e Aparecida de Goiânia – conurbaram-se com a metrópole e com ela passaram a dividir seus benefícios e dificuldades. Inclusive, para alguns, estes municípios passaram a ser vistos e tidos apenas como cidades dormitórios<sup>14</sup>, fato que já vem sendo questionado por alguns estudiosos, tendo em vista que, mais recentemente, a exemplo de Aparecida de Goiânia, é possível verificar um processo de relativa autonomia econômica.

A cidade de Aparecida se localiza na parte sul da capital, é beneficiada por uma topografia mais plana, possui boas possibilidades de acesso e comunicação – BR-153, GO-040, Avenida Rio verde (esta última serve de limite entre os dois municípios – Goiânia e Aparecida de Goiânia) –, e dentre os três municípios citados foi o que mais viveu os impactos do rápido crescimento urbano e demográfico goianiense<sup>15</sup>, como já apresentado anteriormente. Outro

---

<sup>14</sup> Designação usada para se referir a aglomerados urbanos surgidos nos arredores de uma grande cidade e que servem de moradia a trabalhadores da cidade-núcleo da região. (WIKIPEDIA, 2017)

<sup>15</sup> Embora os impactos sofridos por Senador Canedo e Trindade tenham sido igualmente significativos, a configuração de seus espaços não lhes trouxe algumas influências que atingiram diretamente Aparecida de Goiânia. (PINTO, 2009)

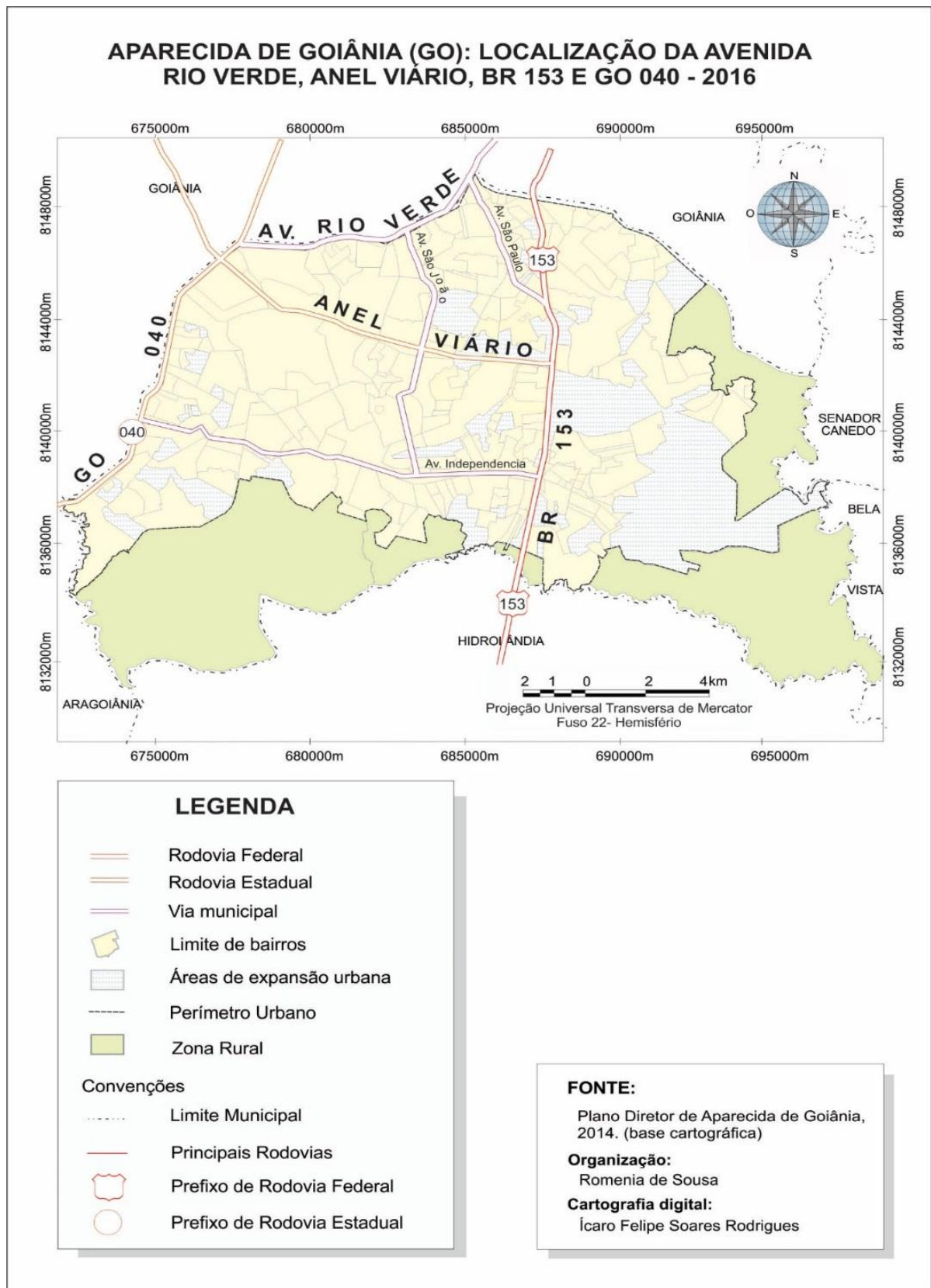
motivo se refere “à sua localização na região sul de Goiânia, e ao fato de ser uma conurbação integrada à quase todas as áreas da porção centro-sul da capital, pois a extensa área limitada com Goiânia e as várias vias e rodovias de acesso possibilitam esse comportamento”. (PINTO, 2009, p. 68)

Como aponta Pinto (2009), essa relação de proximidade e integração entre Goiânia e Aparecida pode ser observada na articulação estabelecida através de um movimento pendular<sup>16</sup> nos dois sentidos, predominando o sentido Aparecida-Goiânia, bem como em seu plano físico espacial. As vias de acesso que conectam Aparecida à RMG podem ser visualizadas na Ilustração 13.

---

<sup>16</sup> Deslocamento diário de pessoas para estudar ou trabalhar em outra cidade, o que comumente ocorre nos grandes centros urbanos. Após realizar a atividade profissional ou cumprir a carga horária de estudo, essas pessoas retornam para as cidades onde residem. (GEOGRAFIA CONCEITOS E TEMAS, 2017)

**Ilustração 13** – Mapa: Malha viária do município de Aparecida de Goiânia

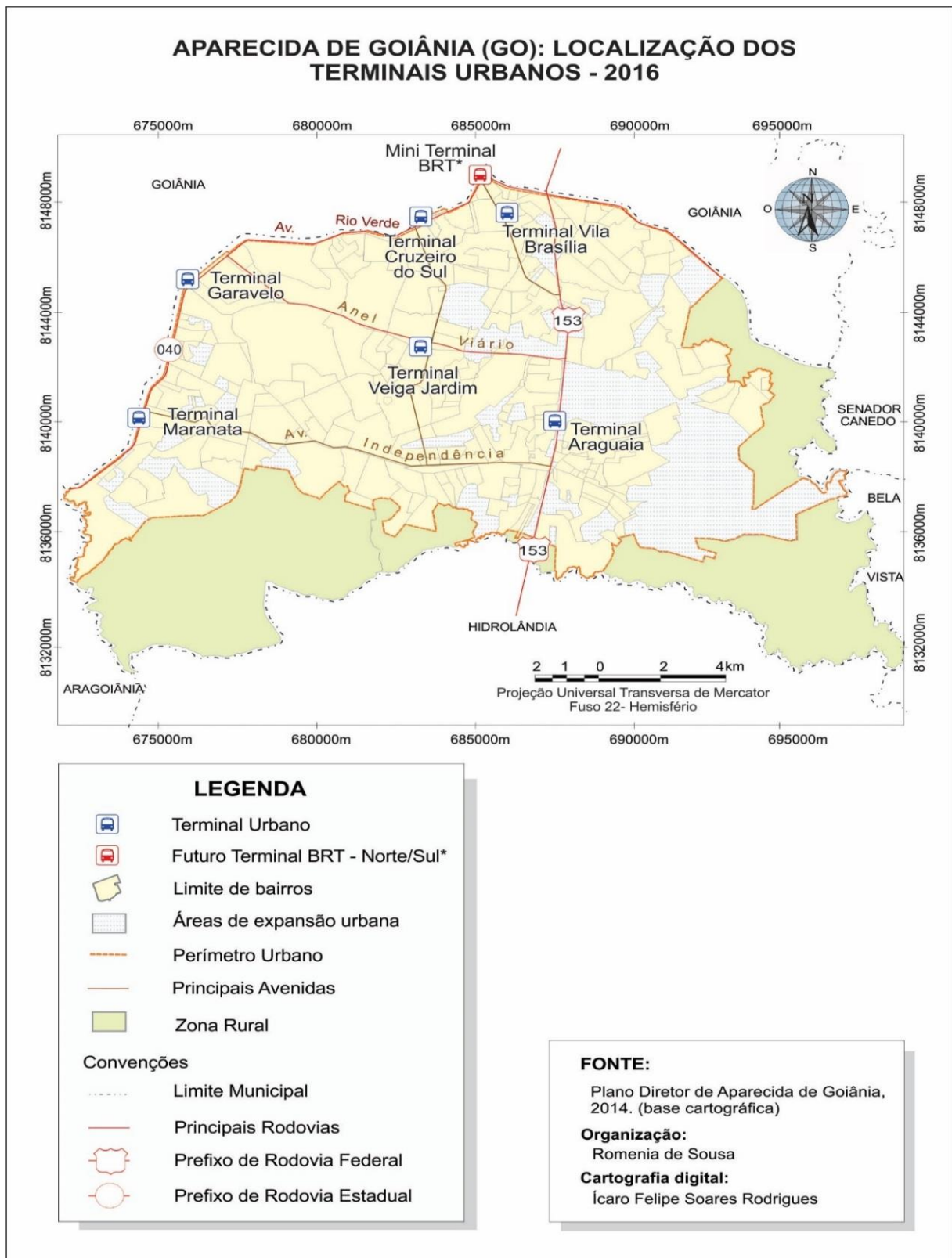


Fonte: Plano Diretor de Aparecida de Goiânia 2014.

As possibilidades de acesso, apresentadas na Ilustração 13, colaboram para compreensão da complementaridade de Aparecida à realidade goianiense: pelo limite de seus territórios e contatos viários, favorecendo oportunidades de ir e vir a Goiânia, quando, muitas vezes, não acontece o mesmo dentro do próprio espaço aparecidense, pois algumas regiões da cidade se veem prejudicadas ao acesso ao transporte coletivo intraurbano em virtude da qualidade de suas vias.

Dessa forma, em certas situações, se torna mais fácil sair do município de origem do que transitar por ele, o que pode ser corroborado, inclusive, pela análise da localização dos terminais de transporte coletivos.

**Ilustração 14** – Mapa: Localização dos terminais de transporte coletivo – Aparecida de Goiânia 2016



Fonte: Plano Diretor de Aparecida de Goiânia 2014.

Aparecida conta com seis terminais de ônibus coletivos, quatro deles se encontram na área conurbada com Goiânia e apenas dois possuem localização dentro do território propriamente aparecidense. Essa realidade reforça a importância dada à Goiânia dentro do contexto urbano de Aparecida, bem como leva-nos a refletir sobre as condições de mobilidade intraurbana.

### 1.5 O PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO DE APARECIDA DE GOIÂNIA COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL (2000-2015)

A forma como se deu o processo de urbanização de Aparecida produziu resultados marcados pela diversidade interna. De um lado encontramos uma realidade periférica e segregada, de outro vemos surgir centralidades que diferem daquele contexto. A centralidade é instaurada quando se começa a desenvolver integradas relações entre as áreas internas do município e áreas externas a ele, tanto vinculadas à cidade núcleo da RMG, quanto de outro município que a compõe. (PINTO, 2009)

São características das centralidades: o crescimento do comércio e oferta de serviços básicos à população, início do processo de industrialização, bem como o surgimento de bairros com uma estruturação diferente de outros setores da cidade. No caso de Aparecida,

a formação de novas centralidades, ao mesmo tempo em que se condicionam estruturas espaciais marcadas pelo descaso do poder público, ocorrem o fomento de áreas privilegiadas, que aparentemente buscam solapar a relação de desigualdade e dependência da cidade em questão. (PINTO, 2009, p. 116)

Contudo, apesar de avanços no quadro geral de crescimento econômico do município de Aparecida de Goiânia, ainda se mantém a desigual oferta de equipamentos e serviços públicos, pois encontramos bairros em que os moradores contam com boa oferta desses bens, pois

atualmente, verifica-se, no município, em especial nas áreas limítrofes à Goiânia, principalmente nas adjacências das avenidas Rio Verde e São Paulo, o fenômeno da “gentrification”, caracterizado pela substituição, nos setores submetidos a projetos de renovação urbana, de moradores pobres por habitantes de maior poder aquisitivo. Ocorre nítido processo de estratificação espacial urbana, onde se confirma a difusão do padrão periférico que vem conduzindo a urbanização das áreas metropolitanas. (PEMAS, 2002, p. 30)

Verificamos que, enquanto nos setores próximos à área conurbada, há melhorias na qualidade de vida, em setores localizados nas franjas do tecido urbano aparecidense há muitas



ausências, desde asfalto e transporte urbano em quantidade suficiente para atender à demanda populacional até hospitais ou mesmo postos de saúde e boas escolas públicas, como o Madre Germana II e Independência, dentre outros. Enfim, essa desigualdade, expressa no plano espacial, consiste, nas palavras de Lefebvre (2001, p. 27), numa projeção no terreno “de todos os aspectos, elementos e momentos da prática social, separando-os, e isso sem abandonar por um instante o controle global, a saber o assujeitamento da sociedade inteira à prática política, ao poder de Estado”.

Nesse cenário de realidades espaciais desiguais, Aparecida de Goiânia se apresenta como um dos municípios da RMG marcado pelo rápido e desordenado crescimento urbano, que ao buscar atender e servir aos interesses do capital, em detrimento da sociedade, criou condições de (sobre) vida que comprometem a sociedade como um todo, tendo em vista que

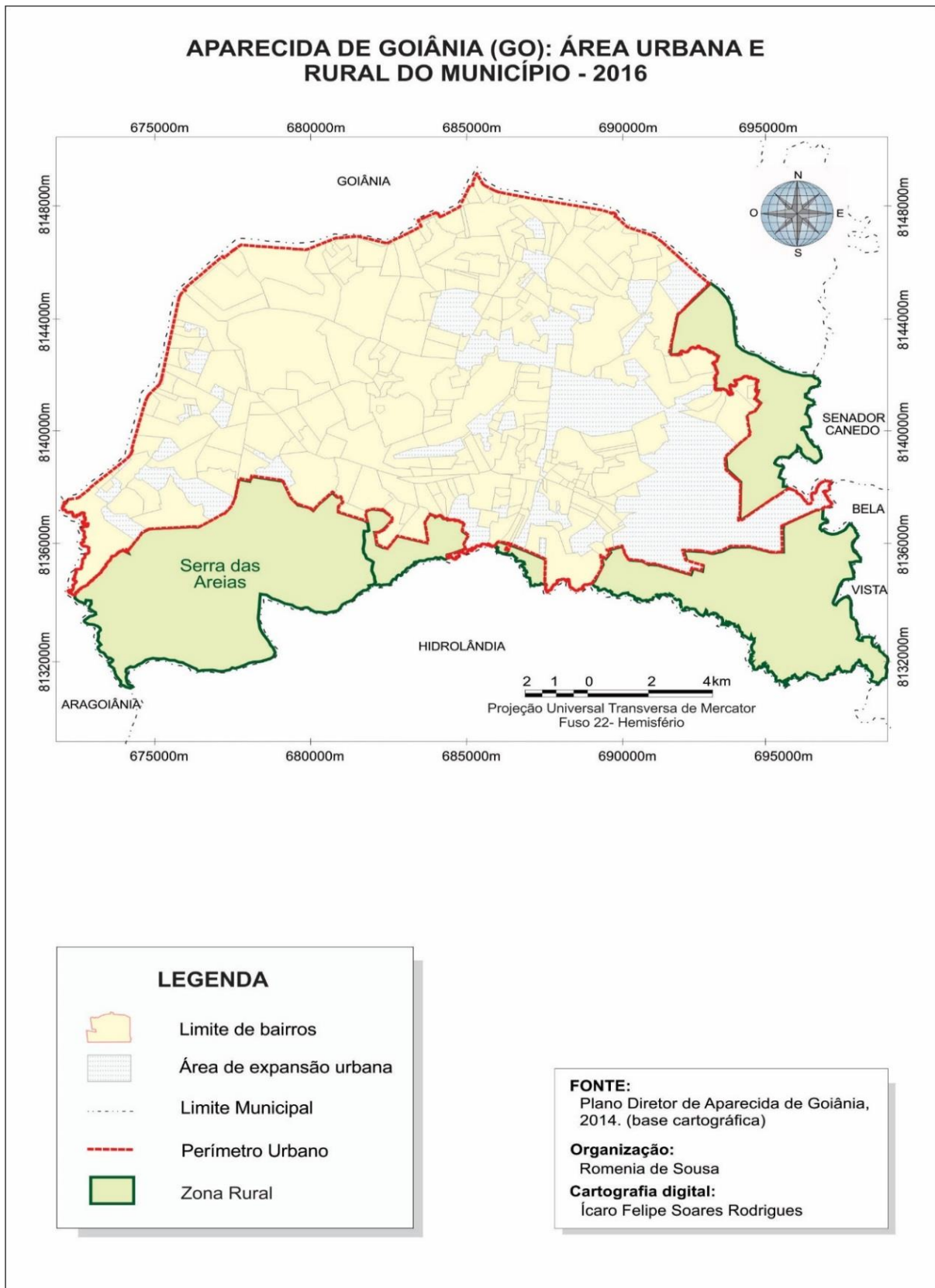
Aparecida de Goiânia foi o município que mais sofreu influência especulativa resultante da expansão de Goiânia. Sua proximidade com a capital, a fragilidade de sua legislação urbanística e a ausência do poder público quanto a uma política de desenvolvimento urbano, resultou em ônus para a administração e prejuízos para a sociedade”. (PEMAS, 2002, p. 29)

Concomitante aos elementos históricos que caracterizam o processo de ocupação do território aparecidense, com sua realidade espacial construída de forma fragmentada e segregada, parece-nos válido, também, pontuar os dados que servem de indicadores da qualidade de vida deste município, pois entendemos que, desta maneira, torna-se possível correlacionar dados de naturezas variadas, dando-nos possibilidade de ampliar a análise da realidade em estudo.

Aparecida conta com duzentos e vinte e oito (228) bairros, distribuídos por uma área de 278.539 Km. Sua área urbana cobre 70% de seu território, restando, desta forma, apenas 30% de área rural (dados da Associação Comercial e Industrial de Aparecida de Goiânia – ACIAG, 2016).

Porém, vale mencionar que parte desta área rural tem sido absorvida pelo mercado imobiliário e ocupada por condomínios de chácaras “esses objetos, inventados pelas estratégias do mercado e do *marketing* imobiliário, estabeleceram a segunda residência como um produto e um objeto de desejo e consumo” (LIMA, 2014, p. 20). Neste contexto, o que fica reservado à área rural - tradicional produtora de matérias primas, talvez seja, de fato, parte ainda menor do que os 30% apresentados pela ACIAG.

**Ilustração 15** – Mapa: Área urbana e rural de Aparecida de Goiânia



Fonte: Plano Diretor de Aparecida de Goiânia 2014.

Nas palavras de Smith (1988), este processo de ocupação do espaço rural, sob novas perspectivas, além da habitual agropecuária, também faz parte do desenvolvimento da economia capitalista, pois, “geograficamente, sob a bandeira do progresso, o capitalismo tenta a urbanização da zona rural” (SMITH, 1988, p. 88). Mais uma vez, a apropriação do solo para fins de obtenção de renda (valor de troca) se sobrepõe à sua importância e utilidade (valor de uso), característica esta, presente em boa parte da história de Aparecida.

A população de Aparecida está estimada em 532.135 pessoas (IBGE, 2016), podendo assim ser considerado um município de médio porte, dentro da realidade nacional. Contudo, no contexto goiano, é o segundo mais populoso, estando atrás apenas da capital, Goiânia. Sua economia está crescendo baseando-se no incentivo à industrialização, planejada com objetivo de atrair a atenção de empresários interessados em se instalar na cidade. (CHAVEIRO, 2012)

Este perfil de cidade aberta a investimentos é representado, atualmente, pela presença do Distrito Agroindustrial de Aparecida (DAIAG), o Polo Empresarial Goiás (PEGO), o Parque Industrial de Aparecida, a Cidade Empresarial e o Distrito Industrial Municipal de Aparecida de Goiânia (DIMAG). Ou seja, “o espaço urbano está dividido entre espaços de produção e espaços de reprodução, que levam à concentração local de atividades e usos do solo específicos – indústria, transporte, residências, recreação, varejista, comercial, financeiro e assim por diante”. (SMITH, 1988, p. 199)

Nesses polos estão instaladas empresas que fabricam e/ou distribuem produtos diversos, como peças de veículos, material de limpeza, alimentação e equipamentos hospitalares, dentre outros. A maioria das empresas ali instaladas foram implantadas a partir de 2004, quando o município passou a doar terrenos para que ali se estabelecessem. Empresas da área de serviços obtiveram redução de alíquota de 3% para 2%, por 10 anos, como incentivo para instalarem-se no município (CARMO, 2015). Aparecida conta também com um amplo comércio varejista, com lojas de vestuário, calçados, alimentação, peças e acessórios automotivos, e concessionárias de automóveis.

Esta realidade econômica, capaz de atrair a atenção de investidores de diferentes setores e regiões do país e do mundo, apresenta forte contraste com a realidade sócio-espacial. Para Chaveiro (2012, p. 227), “as sociodesigualdades das metrópoles”, de boa parte da população aparecidense, são desigualdades construídas por alguns atores, porquanto reverberam sobre o cotidiano de muitos, tendo em vista que a precarização da vida pública “não ocorre apenas pelo intenso fluxo, pela organização das novas formas espaciais, pelo esteticismo segregador, pela segregação socioespacial, pela fragmentação do sujeito, mas pela ação estratégica do marketing urbano”. (CHAVEIRO, 2012, p. 224)

É esse marketing, apontado por Chaveiro (2012) e Lima (2013), um dos responsáveis pela transformação do espaço urbano de Aparecida em uma mercadoria de especulação imobiliária em diferentes momentos de sua história, que representou a exclusão e segregação de tantos outros.

Dados colhidos junto ao IBGE, confirmam esta situação de marginalização a que está sujeita parte da população aparecidense. Dentre eles contamos com informações acerca da renda geral da população, da renda por etnia e das características dos domicílios.

**Tabela 1** – Aparecida de Goiânia em dados: Índice populacional e domiciliar

APARECIDA EM DADOS – Índice populacional e domiciliar	
População	455.657
População rural	464
População urbana	455.193
Domicílios	136.319
Domicílio rural	176
Domicílio urbano	136.144

Fonte: IBGE - 2010.

Percebemos, pela análise da Tabela 1, que o perfil de Aparecida é claramente urbano, com um pequeno índice populacional rural.

Nesse sentido, nos concentramos nos dados relativos a área urbana, pois é nela que se encontra a maior parte da população e a realidade que nos interessa: a segregação sócio-espacial e seus efeitos sobre a vida das pessoas que ali residem, em especial, os jovens.

**Tabela 2** – Características gerais dos domicílios urbanos de Aparecida de Goiânia.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS DOMICÍLIOS URBANOS- APARECIDA DE GOIÂNIA		
Domicílios de alvenaria	114.090	83%
Domicílios de alvenaria sem revestimento, de madeira, taipa e outros	22.054	19%
Domicílios abastecidos pela rede de água geral	78.422	57,60%
Domicílios sem água encanada e tratada	57.928	42,40%
Domicílios com acesso à energia elétrica	136.223	98%
Domicílios sem acesso à energia elétrica	159	0,87%
Domicílios com banheiro e sanitário	132.867	97,60%
Domicílios sem banheiro e sem sanitário	224	0,17%
Acesso a rede de esgoto geral	25.020	18%
Acesso a fossa séptica e rudimentar	107.559	80%

Fonte: IBGE, 2010.

Como se verifica pela análise da Tabela 2, ainda é significativo o número de pessoas que habitam residências com pouca infraestrutura, o que se agrava quando tomamos esse índice a partir do percentual de habitantes por domicílio, apresentado pelo IBGE, de que há em média 3 habitantes por domicílio em Aparecida. Teremos então cerca de 173.784 pessoas vivendo sem água encanada e tratada, 477, sem acesso à energia elétrica, 672 sem banheiro e sanitário e 75.060, teriam acesso à rede de esgoto geral.

A presença de água tratada é essencial para a saúde e bem-estar das pessoas, mais de 170 mil moradores de Aparecida de Goiânia não têm acesso a ela, temos então uma realidade de vulnerabilidade não só social, mas de saúde.

Soma-se a isto o pequeno índice dos que têm acesso a rede de esgoto, a maioria faz uso de fossas, cerca de 322.677 pessoas. O uso de fossas é uma forma de descarte de esgoto bastante primária, e não é a mais adequada, haja vista a facilidade de contaminação que esta maneira de eliminar os rejeitos domésticos pode promover, ampliando os riscos à saúde da população

Quando acrescentamos a estas informações, que se referem a qualidade de vida, dados referentes à renda mensal desta população – que também responde pelo bem-estar das pessoas, passamos a obter indicativos mais precisos de como se estrutura a sociedade deste espaço.

**Tabela 3** – Rendimento mensal geral da população, Aparecida de Goiânia

RENDIMENTO MENSAL GERAL DA POPULAÇÃO- APARECIDA DE GOIÂNIA		
Até 1 salário mínimo	96.866	25%
1 a 2 salários	100.103	26%
2 a 3 salários	33.295	7,3%
Mais de 3 a 5 salários	23.080	5%
5 a 10 salários	12.166	2,6%
10 a 20 salários	2.393	0,52%
Mais de 20 salários	1.340	0,30%
Sem remuneração	110.396	28%

Fonte: IBGE, 2010.

Através destas informações, a desigualdade social aparecidense se evidencia, pois mesmo somados o percentual de todos os que recebem acima de dois salários, ainda assim, o índice dos que (sobre)vivem com menos de um salário mensalmente permanece superior e, se somarmos os que não possuem remuneração alguma, essa situação é ainda mais complexa. A concentração de renda é visível e com ela o limite ao acesso a melhores condições de habitar e viver.

Buscando, pois, conhecer quem são e quais características possuem as pessoas que compõem esta realidade desigual, levantamos informações sobre a renda por etnia.

**Tabela 4** – Dados econômicos por etnia, Aparecida de Goiânia, 2016

DADOS ECONÔMICOS POR ETNIA – APARECIDA DE GOIÂNIA				
DADOS SOCIOECONÔMICOS	AMARELO	PARDO	BRANCO	PRETO
População por etnia	7.853	241.701	167.199	38.101
Pessoas com 10 anos ou mais ocupadas no período da entrevista	6.456	153.411	136.381	34.085
Até 1 salário mínimo	1.717	55.036	32.745	10.202
1 a 2	1.722	2.278	33.911	9.299
2 a 3 salários	557	13.902	12.203	2.553
Mais de 3 a 5 salários	80	8.201	8.321	1.335
5 a 10 salários	161	3.786	5.083	590
10 a 30 salários ou mais	28	738	1.003	114
Sem rendimentos	2.191	69.470	43.115	9.992
Com carteira assinada	2.210	65.386	42.974	11.464
Sem carteira assinada	815	26.335	15.915	4.833

Fonte: IBGE, 2010.

Verificamos que em Aparecida, a maioria da população se declara parda, cerca de 53% do total; em seguida temos o grupo composto pelos brancos, 36,71%; pretos 8,36% e amarelos 1, 72%.

Dentre estes grupos, são os pardos que possuem os menores rendimentos, em média 35% vive com menos ou até 1 salário mínimo e 45% declara não possuir nenhuma forma de renda. Sendo assim, podemos afirmar que quase metade da população parda de Aparecida de Goiânia vive em condição de extrema pobreza e, se este é o grupo majoritário, podemos concluir que Aparecida reproduz, em seu espaço urbano, a realidade de desigualdade, exclusão e segregação construída pelas relações capitalistas de produção, onde a cada área cabe uma função e, como já dito, a função deste espaço urbano é o fornecimento de mão de obra barata.

De posse dessas informações, encontramos a tríade etnia - pobreza - periferia. Lefebvre (2006) define que o estudo da produção capitalista do espaço deve considerar a tríade entre o percebido, o vivido e o concebido, pois

o capitalismo não se analisa e não se expõe em oposições binárias: proletariado e burguesia, salário e lucro, trabalho produtivo e parasitismo. Ele comporta três elementos, três termos, três momentos. O global põe em movimento tríades, conflitos, conexões a três termos (LEFEBVRE, 2006, p. 312).

Assim, a situação de segregação e vulnerabilidade dos habitantes pardos (etnia); de baixa renda (pobreza), que habitam as áreas da franja do tecido urbano aparecidense (periferia)

se comprova, dentre outros elementos, pelos seus rendimentos, nas condições dos domicílios por eles habitados e nas características dos bairros onde residem.

## 2. SEGRAGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL, ENSINO, DROGADIÇÃO E VIOLÊNCIA EM ESPAÇOS URBANOS

*Hoje em dia, a classe dominante mantém sua hegemonia por todos os meios, aí incluído o saber. O vínculo entre saber e poder torna-se manifesto.*  
(LEFEBVRE, 2006, p. 29)

Ao verificarmos a forma como se estruturou o processo de ocupação do solo urbano aparecidense – em especial após a construção da capital goiana – sob uma perspectiva mercadológica, dentro de um sistema que acabou por segregar as populações de baixa renda, impossibilitadas de ocuparem áreas na própria capital, assistimos à formação de realidades urbanas excludentes, que criaram experiências de vida marcadas por estigmas socioeconômicos. Assim, “as disparidades geográficas em termos de riqueza e de poder aumentam, dando à cidade o perfil de um universo metropolitano de crônico desenvolvimento geográfico desigual”. (HARVEY, 2011, p. 201)

Contudo, sabemos que este desenvolvimento geográfico desigual não é um caso específico de Aparecida de Goiânia, mas é algo recorrente, para além mesmo, no território brasileiro. É produto de uma realidade mais ampla, de uma estrutura construída mundialmente, que reverbera sobre muitas regiões do planeta. Para Harvey (2011, p. 232),

as desigualdades de renda aumentaram rapidamente em todos os países que se entregaram com maior sofreguidão ao utopismo do mercado. Essa polarização em termos de renda e riqueza também tem suas formas geográficas de expressão: uma espiral de desigualdades inter-regionais, bem como a escalada dos contrastes entre zona residenciais opulentas e empobrecidas favelas, ou no caso dos Estados Unidos, entre os centros empobrecidos das cidades e os subúrbios opulentos e excludentes.

Essa forma de ocupação urbana, desigual e excludente faz parte da trajetória aparecidense. Na década de 1930, com a intensificação de ações visando a ocupação de novos espaços, territórios se constituíram, aparentemente, sem planejamento, pois, como nos revela a análise de Pais (2005), mesmo o que à primeira vista parece sem ordem, traz implícito um objetivo mais amplo,

os conceitos de espacialidade e territorialidade conotam com relações de poder e capacidades de inclusão e de exclusão. As cidades são aglomerações nodais espacializadas, construídas em torno de uma disponibilidade instrumental de poder social. Elas constituem-se em centros de controle, sendo desenhadas para proteger e dominar, pondo em jogo uma sutil geografia de limites e confinamentos (Soja, 1989: 13). O que nelas verificamos é uma submissão dos espaços públicos—onde se deveria potenciar a cidadania — a fluxos tecno financeiros da economia. (PAIS, 2005, p. 58)



As palavras de Pais (2005), ao se referir à submissão dos espaços públicos a fluxos tecnofinanceiros da economia, bem representa a realidade aparecidense, tendo em vista, como já mencionado no Capítulo 1, os benefícios concedidos às empresas instaladas nos polos industriais do município em oposição às carências habitacionais da maioria da população. Por que retomar tal assunto? Por entendermos que esta opção do poder público impacta sob a realidade da população segregada deste espaço urbano. Como alerta Wilson (2008, p. 283),

A ação do Estado com respeito à regulação do uso da terra e à provisão de infraestrutura tem um efeito fundamental na forma urbana. Esses investimentos públicos afetam os valores das propriedades e são fundamentais para a expansão urbana. Como frequentemente ocorre, a falta de ação do Estado em problemas como as provisões relativas a habitações para as pessoas de baixa renda pode levar a padrões de crescimento não planejados e aparentemente caóticos.

Em Aparecida, nos bairros nascentes logo após a construção da capital goiana, e ainda hoje (2016), fica evidenciada essa falta de ação do estado, gerando formas urbanas de crescimento nas quais encontramos muitas ausências, desde a promoção ao acesso a equipamentos e serviços públicos, como água encanada e tratada, rede de esgoto, energia elétrica e transporte público, ou mesmo acesso a espaços de lazer e cultura, dificultando assim o cotidiano das populações que, ao buscarem melhores oportunidades de vida nos centros urbanos, acabam por se depararem com uma realidade bastante adversa, de vulnerabilidade e segregação, tendo em vista que

a distribuição espacial por status sócio-econômico ou outras separações por classe, afetam claramente a demanda por serviços urbanos. Por exemplo, em cidades nas quais a população pobre é segregada espacialmente a demanda por serviço público será igualmente afetada pelo espaço. Mas a natureza específica da provisão espacial de serviços pode, de fato, reforçar padrões de segregação”. (WILSON, 2008, p. 282)

E esse foi o padrão em que se estruturou o espaço urbano aparecidense, com uma distribuição espacial fragmentada, marcada pela segregação e oferta desigual e deficitária de serviços urbanos.

À medida que ambas cidades cresceram (Goiânia e Aparecida), cresceram também os desafios metropolitanos, os quais nem sempre foram encarados de maneira tão completa como poderiam ou até mesmo deveriam, dando origem a soluções por vezes parciais e até mesmo, por que não dizer, equivocadas diante dos embates apresentados.

Dizemos equivocada pois, em certas situações, visaram atender a interesses outros que não da população como um todo, mas de alguns poucos, como por exemplo a instalação de

infraestrutura nas áreas e setores para fixação de empreendimentos que objetivam o crescimento econômico, em oposição ao pouco cuidado com setores de moradia e às questões de cunho social. Posturas como essas, não raro, tendem a ocorrer, pois “a ‘sociedade moderna’ surge como sendo pouco capaz de fornecer soluções para a problemática urbana e de agir de outra forma que não através de pequenas medidas técnicas que prolonguem o estado atual das coisas” (LEFEBVRE, 2001, p. 80). É, pois, em virtude da adoção de medidas técnicas de curto alcance que verificamos o prolongamento de situações de conflito, quer sejam urbanas e/ou educacionais.

## 2.1 LER AS PALAVRAS OU O MUNDO? O PAPEL DO ENSINO FORMAL EM ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL URBANA

A instituição escolar, como conhecemos, é uma organização que nasceu em um momento específico da história humana. A ideia de se ter um sistema nacional de ensino remonta à França revolucionária do século XVIII e surgiu a partir de desejos da burguesia – grupo recém-chegado ao poder político da França – de difundir o sentimento nacionalista entre a população, promovendo a ideia de unificação e pertencimento geral a uma mesma realidade. Sentimentos e ideias essas, essenciais para a manutenção de uma nova ordem sócio política, pautada na hegemonia do pensamento burguês, que pretendia, acima de tudo, manter o controle sobre a sociedade, utilizando-se para isto da ideia de que o que estava sendo feito era para o bem comum, da sociedade como um todo. A escola torna-se, então, “elemento importante para assegurar a reprodução cultural e social dos diversos grupos e classes”. (SPOSITO, 2005, p. 204)

Sendo parte do aparato institucional da sociedade capitalista nascente, a escola, como as demais instituições desta sociedade, “reproduz, em suas relações, a dinâmica mais ampla que pauta as relações em sociedade. Partimos, portanto, do princípio geral de que à escola (dentre outras instituições) cabe a reprodução das relações sociais de produção”. (PEREGRINO, 2012, p. 324)

Logo, se temos relações sociais desiguais, a realidade escolar tende a reproduzi-las, servindo, assim, para manter os privilégios da classe dominante, ao invés de contribuir para a emancipação das camadas populares.

Porém, o que nos interessa no momento é entender como a sociedade burguesa estruturou o ensino escolar de maneira a difundir modos de pensar que se adequassem a seus propósitos de criar uma realidade social que lhe beneficiasse. De acordo com Groppo (2016, p.

34), “a educação parece ser uma técnica social com amplos recursos de manipulação da personalidade e de controle social, uma importante força coordenadora das influências absorvidas pela criança nos grupos primários, um importante criador de novos valores”.

Visto desta maneira, o papel da escola, dentro de uma comunidade ganha ainda maior expressividade. Ou seja, cabe a ela moldar e controlar os corpos/sujeitos, definindo o papel social de cada um a partir da realidade que se desenvolve fora de seus muros. Entendemos, contudo, que não cabe somente à escola este papel de formadora do conjunto de pessoas da sociedade, outras instituições também cumprem sua parte neste processo (família, igrejas, mídia, dentre outros), porém reforçamos esta sua característica em virtude de ser este nosso objeto de interesse.

Uma das propostas do então nascente sistema de ensino – que permanece atual – se refere à necessidade de ampliar o acesso à educação escolar ao maior número possível de pessoas, para que, inseridas naquele espaço, pudessem passar por um processo de formação que as habilitasse a viver em sociedade de acordo com as regras definidas pela classe dirigente – que detém os meios de produção e controle social, sem, no entanto, haver a mesma preocupação com a qualidade do ambiente escolar e as práticas ali desenvolvidas.

Assim, o que verificamos são propostas de aumento de vagas, porém mantem-se “a baixa qualidade do ensino público e gratuito, que, embora universal, não contribuiu para a redução das desigualdades. [...] As desigualdades sociais persistem, além de serem cumulativas” (SOARES *et al*, 2008, p. 120). Entendemos, com as palavras de Soares (2008), que tal realidade educacional não é um acaso ou descaso do poder público, mas uma estratégia da classe dominante para manutenção da ordem social burguesa. Haja vista que, quanto mais pessoas estiverem na escola, mesmo sem uma escolarização efetiva, maior poderá ser o controle sobre a sociedade.

Como reforça as palavras de Peregrino (2012, p. 334),

A expansão das vagas pela ‘aceleração’ dos processos de aprendizagem e do tempo de habitação da escola pelo jovem antes excluído desta, não vem, aparentemente, agregando valor aos processos de escolarização, criando, dentro das instituições, uma espécie de ‘habitação’ escolar sem escolarização.

No caso brasileiro, o quadro educacional é complexo. No discurso oficial, verificamos a defesa de que houve aumento de vagas, contudo, na prática, não é isto que identificamos – como demonstraremos através de dados por nós levantados. Não há número de estabelecimentos de ensino, ou mesmo vagas, para todos os indivíduos em idade escolar. Além

disso, ampliar o acesso não significa, necessariamente, que este espaço esteja franqueado à população em geral, incluindo trabalhadores urbanos e rurais de baixa renda e/ou grupos de diferentes origens étnicas, mas sim dizer que, cada vez mais pessoas poderiam usufruir dos serviços que esta instituição oferece. Como alerta Torres (2008), apesar da recente conquista relativa ao sistema educacional brasileiro, significativas desigualdades permanecem “entre os estudantes, entre as escolas, entre as classes de uma dada escola e entre as regiões em que se localizam as escolas”. (TORRES *et al*, 2008, p. 59)

Assim sendo, as desigualdades externas à escola podem, também, serem vistas no cotidiano intraescolar, tanto em sua estrutura física quanto nas desigualdades entre os aprendizes, quer seja entre quem consegue uma vaga ou mesmo permanecer na escola; quer na maneira como acessam o conhecimento ou nos recursos que o permitem fazê-lo.

A legislação brasileira (LDB 9394/96) determina, em seu Art. 2º, que a educação é dever da família e do Estado e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, no que reforça as palavras de Sposito (2005, p. 205): “A instituição escolar, ao se expandir, surge também como um espaço de intensificação e abertura das interações com o outro e, portanto, caminho privilegiado para a ampliação da experiência de vida dos jovens, que culminaria com a sua inserção no mundo do trabalho”.

Concordamos que o espaço escolar é local que propicia a interação entre os sujeitos que ali estão e com isto se ampliam suas experiências de vida, porém é necessário ressaltar que, atualmente, encontramos na legislação e nas palavras de Sposito (2005) contrassensos. Primeiro, nem todos os indivíduos em idade escolar nela estão; segundo, muitas vezes, os que nela estão, não conseguem entender o que fazem ali, não compreendem o sentido da escola, nas palavras de Bernard Charlot (2000), não ocorre uma real relação com o saber, portanto, não conseguem estabelecer vínculo com as práticas educativas daquele espaço. Por fim, nem todos que nela ingressam ali permanecem até que se finde o ciclo de estudo, o chamado Ensino Básico – conclusão do Ensino Médio. Dessa forma, alguns jovens que estão na escola não ampliam seus saberes, não se percebem como sujeitos sociais/cidadãos, nem tampouco se inserem no mundo do trabalho, como se espera.

Entendemos que essas situações podem ser motivadas por realidades variadas. Algumas relacionadas às experiências de vida da pessoa/indivíduo; outras, à instituição escolar. Há ainda aquelas referentes à administração da máquina pública. Porém, em todas elas há a presença dos condicionantes característicos da sociedade capitalista, que prioriza alguns setores da vida social, e mesmo, alguns extratos sociais e espaciais, em prejuízo dos demais.

Nesta realidade, dentre alguns fatores que comprometem a vida escolar, podemos mencionar o número insuficiente de escolas e de vagas, o nível de motivação ou formação deficitária de certos professores, a dificuldade de acesso/transporte dos jovens aos locais de estudo, a necessidade de o aluno trabalhar, a drogadição, repetência e a evasão, dentre outros.

As situações que dificultam a permanência do jovem na escola têm sido debatidas dentro das universidades e em organismos público e/ou autônomos, como o Observatório da Juventude<sup>17</sup> e o Observatório das Metrôpoles<sup>18</sup>, por diferentes vieses. Algumas linhas de análises nem sempre abordam estas problemáticas de forma a entendê-las em profundidade ou abrangência necessárias, contribuindo desta maneira para justificar a adoção de medidas técnicas e administrativas que, postas em prática, não se mostram capazes de solucionar estas situações. Para Patto (1988, p. 73), “a política educacional brasileira em relação a seus problemas fundamentais vem se debatendo no beco sem saída de concepções equivocadas a respeito da natureza dos problemas e de sua solução”. Seguindo a reflexão de Patto (1988), seria oportuno investigar se as concepções são equivocadas ou se os interesses que as move é que não dizem respeito às mudanças necessárias ao sistema educacional brasileiro.

Diante do que foi exposto, buscaremos, também, estabelecer uma possibilidade de análise e entendimento das situações que promovem o afastamento dos alunos jovens da escola e das experiências de aprendizagem ali realizadas.

Inicialmente, falaremos sobre a necessidade de alguns indivíduos de camadas populares comecem bem cedo a trabalhar, pois, dentro da realidade capitalista, o consumo, seja de bens essenciais ou não, se torna, para muitos, mais valioso que o ato de estudar, tendo em vista que, para consumir é necessário obter um salário e, nesse sentido, o trabalho ganha mais importância que o estudo, já que o trabalho pode responder às demandas imediatas de consumo do jovem, se tornando assim mais atrativo que a frequência escolar (DAYRELL, 2012).

---

<sup>17</sup> Espaço de estudos e pesquisas, sobre juventude, vinculados às Universidades Federais de diferentes Unidades da Federação, como UFG, UFMG, UFF, UFPR, dentre outras. (<http://www.uff.br/observatoriojovem/hist%C3%B3rico> Acesso em set. 2017)

<sup>18</sup> O Observatório da Metrôpoles é um *instituto virtual*, que reúne centenas de pesquisadores de diferentes instituições dos campos universitário (programas de pós-graduação), governamental (fundações estaduais e prefeitura) e não-governamental, sob a coordenação geral do IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Seus estudos têm, como temática central, a reflexão sistemática da realidade metropolitana e seus desafios. ([http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=46&Itemid=142&lang=pt#](http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=142&lang=pt#) Acesso em set. 2017)

Para Carlos (1996), essa valorização exacerbada do consumo, ou “ideologia do consumo” como ela denomina, é algo construído pela mídia em favor dos negócios dos capitalistas, e assim esse ato de consumir acaba por se tornar a identidade do “homo urbanus”, ou seja, os indivíduos dos centros urbanos se forjam e são forjados de acordo com as necessidades de consumo criadas pelo capitalismo. Nessa ordem, levar o jovem a consumir se torna algo necessário, e, com apoio da mídia, algo comum. Logo, nesta realidade, para o jovem das camadas populares que deseja ser e se sentir parte dessa urbanidade, deixar de estudar parece não ser uma opção, mas se torna sim, uma necessidade: de (sobre)viver e de ser (alguém aceito socialmente).

A situação do jovem que estuda e trabalha é conhecida e, como mostraremos, tem sido motivo de preocupação por parte dos gestores das unidades escolares investigadas.

Sabemos que muitos estudantes são levados a trabalhar motivados, em geral, pelas condições socioeconômicas em que vivem. Contudo, é sabido também que, nesse mesmo contexto, é propalado que o estudo é um caminho de ascensão social, pois permite melhor qualificação profissional e de oportunidades de trabalho. Eis aí uma questão muitas vezes desafiadora e paradoxal: se ele apenas estuda, pensando em um futuro melhor, compromete o seu presente e talvez de sua família; se decide trabalhar e estudar, não raro, pouco estuda - em virtude da falta de tempo e do cansaço - e isso o leva a não arrumar um bom trabalho, afetando, desta vez, seu futuro. Ou seja, seu presente e/ou futuro já estão previamente comprometidos em virtude de sua condição social. Estudos realizados pelo Unicef sobre o jovem que trabalha, apontam que

eles abandonam a escola precocemente e não concluem o Ensino Fundamental . Quando tentam se inserir no mercado de trabalho, não conseguem: eles não têm experiência, não têm escolarização e nenhuma qualificação profissional. Então, ficam excluídos, numa situação que favorece que sejam aliciados pelas redes de crime organizado, tanto tráfico de drogas quanto exploração sexual. É um quadro muito perverso. Numa idade em que a pessoa está cheia de expectativas, lhe é negada qualquer oportunidade de uma vida digna. (*Isa Maria de Oliveira*, coordenadora do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. In: UNICEF, 2011, p. 35)

Contudo, muitas vezes, este mesmo trabalho que afasta o indivíduo da escola representa, para muitos jovens, uma maneira de se inserir, fazer parte de algo, criando em si o sentimento de pertencimento e, desta maneira, fortalecendo os mecanismos constitutivos de formação de sua identidade. Para Dayrel (2012, p. 315), “o trabalho pode assumir uma dimensão educativa para o jovem. Um primeiro aspecto é a ampliação da rede de relações e de experiências, para

além do próprio bairro, ampliando sua visão de mundo”. Assim, o trabalho é também uma instituição socializadora.

Além do trabalho, outros pontos emblemáticos da realidade educacional brasileira que marcam o insucesso da vida escolar do jovem, são a repetência e a evasão. São dois aspectos do chamado fracasso escolar, que há décadas vêm sendo estudados, buscando entender suas origens para possíveis tomadas de ação. Contudo, muito do que se fez até o momento não teve o resultado almejado. Evasão e repetência são dilemas que há muito desafiam educadores e burocratas da educação. Nesse sentido, Lopez (2008, p. 343) aponta que

os sistemas educacionais estão demonstrando sérias dificuldades no desafio de uma educação intercultural, e isso se vê numa educação de muito baixa qualidade para as crianças que chegam às escolas com escasso conhecimento de língua e dos padrões culturais dominantes nas cidades. Entre eles, os níveis de repetência e abandono escolar são elevadíssimos, e as trajetórias de sucesso são excepcionais. Em terceiro lugar, a exclusão social marca não somente um grande distanciamento, mas também leva a situações que representam uma verdadeira ruptura dos jovens com respeito à escola. (LOPEZ, 2008, p. 343)

Lopez (2008) destaca três desafios atuais dos sistemas educacionais: a baixa qualidade da educação, a repetência e evasão e a exclusão social. No que tange à qualidade das práticas educativas e exclusão social, já tecemos algumas considerações em momento anterior. Sobre a repetência e a evasão escolar, falaremos a seguir. Contudo, entendemos que, apesar de apresentadas de forma separada, tais situações não estão dissociadas, ao contrário, uma engendra a outra.

Alguns estudos apontam que a repetência e a evasão estão mais presentes entre indivíduos de camadas populares e estariam relacionadas ao baixo desempenho e interesse dos alunos, sendo um problema calcado em questão de cunho sócio cultural. Sob a influência dessa falsa e nociva cultura, se explicaria o insucesso de jovens das camadas populares que pouco aprendem, pouco se envolvem com o cotidiano escolar e acabam por desistir de ir à escola.

Para Patto (1988), tal situação parte da ideia de uma pretensa “*teoria da carência cultural*”, pela qual os indivíduos vindos das camadas populares da sociedade, de ambiente familiar, supostamente, pouco afeito às leituras e ao estudo, teriam mais dificuldade em aprender os conteúdos escolares. Essa ideia de *carência cultural* estaria relacionada ao fato de que, em geral, se espera que os alunos cheguem à escola com “um conjunto de recursos, aptidões e predisposições desenvolvidas”. (LOPEZ, 2008, p. 330)

Porém, se de fato certos educandos chegam à escola sem apresentar esse capital cultural, isto independeria de si mesmos, pois tal situação pode estar relacionada a fatores de ordem

familiar, como baixa escolaridade dos genitores, pouca disponibilidade de tempo para se envolverem com situações que promovam hábito e apreço pela leitura e estudo (o que independe do extrato social da pessoa), condições financeiras precárias, pouco acesso a atividades ligadas à cultura, enfim, múltiplos fatores que habilitariam os familiares e mesmo, o aprendiz, a desenvolverem de maneira mais plena suas capacidades cognitivas.

Seria oportuno indagar: haverá, de fato, como preparar todos os indivíduos em idade escolar, muni-los previamente com este capital cultural, para que cheguem à escola aptos para vivenciar toda a realidade ali apresentada? Ou ainda, aqueles sujeitos que não se figuram dentro do perfil esperado, estariam, de antemão, fadados ao fracasso?

Se respondemos afirmativamente a essas questões, seria possível concluir que a instituição escolar, em seu sentido genérico, estabeleceu em sua estrutura um determinado modelo de aprendiz, para o qual se organizam seus fazeres didático e pedagógicos, não contemplando este modelo ideal, o aluno estaria sim, fadado ao fracasso.

Entramos, desta maneira, em um impasse: ou alguns alunos não estão adequados à escola ou algumas práticas e metodologias escolares estão distantes da realidade de certos aprendizes.

Para tentar elucidar este primeiro impasse, lançamos mão do conceito de *educabilidade*: trata-se de um “conceito relacional, que se define como tensão entre os recursos que a criança possui e os que a escola espera e exige dela”. (LOPEZ, 2008, p. 335)

Visto dessa forma, haveria um meio termo, uma possibilidade de encontro e acerto entre os dois elementos de construção da realidade e aprendizagem escolar, o qual Lopez (2008) defende ser um caminho para o êxito educacional: o aluno com sua realidade pessoal e a escola e sua estrutura didático pedagógica, construída a partir da realidade sócio-espacial em que está inserida. Nessa perspectiva, o êxito escolar passa a ser entendido “como expressão do ajuste entre essas duas culturas, a escolar e a familiar, de modo que o fracasso se explica pelo desencontro entre elas, em um contexto em que a primeira prevalece sobre a segunda”. (DUBET Y MARTUCELLI *apud* LOPEZ, 2008, p. 335)

Além deste aspecto relacionado à cultura familiar e escolar, há ainda outros fatores apontados como responsáveis pelo quadro de dificuldades por que passa a escola brasileira destinada às camadas populares. Dentre eles, se enquadra o chamado “*efeito escola*” (STOCO; ALMEIDA, 2011), o qual se refere às situações intraescolares, que influem no desempenho dos alunos: a formação dos profissionais da educação, a expectativa dos professores sobre o futuro de seus alunos, a estrutura física e material dos espaços escolares e mesmo, a rotatividade de profissionais dentro de algumas instituições de ensino, geralmente aquelas mais distantes dos



centros das cidades ou seja, as situações limitadoras de aprendizagem passam a ser vistas além dos condicionantes sócio culturais individuais dos aprendizes e chegam ao espaço escolar. Como já nos alertava Patto (1988, p. 73), “a denúncia da precariedade [da escola pública] atravessa esses quarenta anos, configurando uma recorrência diagnóstica que sugere fortemente que as medidas técnicas e administrativas tomadas ao longo do tempo não tem atingido os objetivos a que se propõe” (grifo nosso).

Cerca de trinta anos após as ponderações de Patto (1988), a situação educacional brasileira pouco se alterou, mesmo reconhecendo que, a partir da década de 1990, houve programas para ampliar as possibilidades de acesso e permanência na escola e buscou-se aumentar o quadro de professores com habilitação e qualificação em diferentes níveis de estudo. Porém, certas questões permanecem como desafios, dando-nos a impressão de que ainda não conseguimos olhar em profundidade para a realidade que dá origem aos problemas educacionais e agir de forma a superá-los.

Sposito (2005, p. 210) constata que na década de 1990 houve um “movimento de reordenação do sistema educativo atingindo os mecanismos de financiamento do ensino público, provocando alterações curriculares e medidas de correção de fluxo, visando a atenuar as evasões e repetências, em um quadro inalterado de recursos destinados à educação”.

Percebemos, porém, que apesar das reordenações e alterações propostas, apontadas por Sposito (2005), nem todas estas medidas alcançaram os resultados que se diziam esperados. Evasão e repetência ainda são desafios para a educação nacional e motivam estudos que buscam compreender estas questões a partir de diferentes abordagens, dentre estas, aquelas que partem de análises estrutural e conjuntural da realidade que circunda a escola e os sujeitos nela presentes, pois partem do pressuposto que “a cada momento conjuntural, numa formação social capitalista dependente como a brasileira, essas explicações, no entanto, fazem parte integrante desse quadro” (PATTO, 1988, p. 74).

Portanto, partindo do pressuposto de que as medidas técnicas adotadas pelos governos não possuem a eficácia e eficiência esperadas, e que a realidade da escola pública brasileira reproduz a realidade social do país, entender as situações de exclusões e marginalização que com frequência ocorrem no espaço escolar – como em outros espaços urbanos – não se torna algo difícil, afinal são quadros que se repetem.

A reprodução das práticas capitalistas está evidenciada não só no espaço urbano aparecidense, como apresentado no Capítulo 1, mas também na realidade educacional encontrada no município de Aparecida de Goiânia.

Logo, voltamos nosso olhar de maneira mais pontual para a realidade escolar aparecidense e seu contexto metropolitano, verificamos em que conjuntura ela se insere, para desta forma conhecê-la, entendê-la e, então, buscar identificar sua (co)relação com as situações de abandono escolar de alguns jovens deste município goiano.

Inicialmente, apresentamos o número de escolas existentes no município e os níveis de ensino ofertados.

**Tabela 5** – Número de escolas no município de Aparecida de Goiânia, 2016

NÚMERO DE ESCOLAS NO MUNICÍPIO – APARECIDA DE GOIÂNIA			
TIPO	PRÉ- ESCOLA	FUNDAMENTAL	NÍVEL MÉDIO
Municipal	22	58	-----
Estadual	-----	54	36
Privada	56	61	21
Federal	-----	----	01
Nº de matrículas total	4.355	68.228	21.207

Fonte: IBGE, 2010.

Observamos que o número de instituições privadas que ofertam a pré-escola é superior à oferta pública. Sabemos que a renda de grande parte da população aparecidense é menor que um salário mínimo e que este grupo representa a maioria da população em geral<sup>19</sup>, logo, a oferta de serviço educacional público para este grupo é deficitária. São 37.478 crianças de zero a 04 anos (IBGE, 2010) que deveriam ser atendidas pelo poder público. Porém, com apenas 22 unidades, com um total de 1.048 matrículas (IBGE, 2010), está claro a impossibilidade de haver este atendimento. Portanto, a iniciativa privada acaba tendo possibilidades de atender mais crianças que a rede pública, o que se mostra um paradoxo: como uma população com maioria de baixa renda pode ter acesso à educação pré-escolar? Novamente o Estado age em benefício da iniciativa privada.

Não estando estas crianças acolhidas no espaço escolar, ao menos por um período do dia, temos uma realidade complexa para análise, pois estarão mais tempo em casa sob cuidado familiar, vivendo em condições precárias e expostas a diferentes situações de vulnerabilidades: habitações sem rede de esgoto, água tratada, com pouco recurso financeiro e desta forma, tendo menos que o essencial para seu crescimento físico e emocional saudável, e ainda mais distantes das possibilidades de aprendizagem que o espaço escolar pode proporcionar.

<sup>19</sup> Dados que podem ser retomados a partir da leitura do Capítulo 1.

No Ensino Fundamental, temos 112 escolas públicas, estaduais e municipais. Somando as matrículas destes dois sistemas de ensino encontramos um total de 53.308 matrículas (IBGE, 2010), acrescentando as matrículas da rede privada temos 68.228 estudantes. Seguindo os parâmetros da educação em idade certa, a criança entraria aos 6 anos na escola fundamental e concluiria os estudos desta etapa aos 14 anos. Nesta faixa etária temos, em Aparecida de Goiânia, 80.670 pessoas (IBGE, 2010), ou seja, 12.442 indivíduos em idade escolar, que deveriam estar neste nível de ensino, estão fora da escola.

Diante deste quadro, a pergunta que fica é: onde estarão estes indivíduos que não foram atendidos pela educação formal? Entendemos que, nesta idade, além do espaço doméstico, estas pessoas já ocupam outros espaços, como a rua onde moram e seus arredores. Logo, a que situações de vida estão sendo submetidos, tendo em vista o quadro de segregação e vulnerabilidades a que estão sujeitos cotidianamente?

No Ensino Médio, onde há 21.207 matrículas, o grupo em idade que deveria estar nessa etapa de ensino – 15 a 19 anos - é de 42.776 (IBGE, 2010), ou seja mais de 50% da população na idade definida para este nível de ensino estão fora dele. Novamente as indagações sobre o destino destes jovens nos inquieta.

A realidade apresentada nos dados desperta vários questionamentos, dentre eles, se não há vagas para as pessoas em idade escolar nos setores onde residem, como serão atendidas neste direito que lhes é determinado pela legislação? Ou mesmo, caso haja essa vaga em setores próximos, a família teria condições de conduzi-las a este local? Ao nos referirmos à condição da família, falamos tanto de condições financeiras, como tempo, disponibilidade e mesmo transporte para fazer esse percurso duas vezes ao dia. Caso não haja oportunidade de ir à escola, como e com quem fica o jovem? E ainda, sendo uma determinação prevista em Lei (LDB 9.394/96), qual tem sido a atuação do poder público para atender esta demanda, e por que ela ainda não foi atendida?

Talvez as respostas a algumas dessas questões nos ajudem a identificar situações que contribuem para a falta de vínculo com o espaço escolar, tendo em vista que esta relação se estabelece, inicialmente, a partir da frequência a este local, em seguida pela qualidade das práticas ali realizadas. Ou mesmo, podemos (re)conhecer, neste cenário de abandono e descaso, o surgimento de desigualdades e carências, situações estas que não raro, promovem a aproximação dos jovens com as drogas, sejam elas lícitas e/ou ilícitas e a partir daí, muitas vezes, o afastamento da escola.

São crianças, adolescente e jovens em idade escolar que estão fora da escola e predispostos a variadas situações de vulnerabilidades, desde as condições dos domicílios que

habitam, o entorno destas moradias – que seguem o mesmo padrão entre os domicílios, àquelas que se referem às condições econômicas e com ela e por ela, de alimentação, higiene, acessibilidade e transporte, cultura dentre outros.

## 2.2 AS REDES OFICIAIS DE ENSINO E A VULNERABILIDADE SOCIAL EM UM ESPAÇO URBANO HETEROGÊNEO/REGIONALIZADO

A socialização de nossos jovens passa por múltiplos espaços, como a rua onde mora, a escola onde estuda, o trabalho, os locais de lazer que frequentam e neles, estabelecem relações com variadas pessoas. Contudo, em geral, se relacionam com pessoas com características sociais e culturais semelhantes, do que decorre a formação de certas sociabilidades com características pautadas em suas trajetórias sócio-espaciais, nos chamados *efeito dos pares e efeito vizinhança*.

O *efeito dos pares* (SOARES *et al*, 2008) está relacionado ao grupo com o qual o jovem estabelece suas relações diretas, pessoais e que contribui para fortalecer suas redes de sociabilidade. Dessa forma, se em geral, convivem com pessoas com trajetórias de vida semelhantes, suas possibilidades de realizar experiências de vida variadas e enriquecedora para sua formação, ficam limitadas. O *efeito vizinhança* se aproxima do *efeito dos pares*, porém, nele estariam presentes também, além do contato social, a influência do ambiente em que se estabelecem as relações entre os sujeitos.

Nas palavras de Alves *et al* (2008, p. 91) através do *efeito vizinhança*,

se busca explicar determinado desfecho social em função da relação de causalidade entre o indivíduo – suas motivações, escolhas, comportamentos e situação social- e os contextos sociais decorrentes da concentração residencial de pessoas com certas propriedades comuns ou semelhantes.

A ideia de causa e efeito, da relação dos espaços sobre a formação dos corpos, reforça nossa hipótese de que as vivências juvenis, dentre elas a violência, o envolvimento com drogas e as experiências intraescolares – como a evasão; não é um desafio pessoal, ou somente da escola, mas são produtos de um contexto mais amplo, de uma conjuntura que cria situações que favorecem a (re)produção dessas situações naqueles espaços e sobre aqueles corpos.

Para Soares *et al* (2008, p. 123), “estuda-se os efeitos do lugar, ou dos processos de segregação sócio-espacial, sobre diversos fenômenos [...] os efeitos dos espaços sobre as crianças e os jovens, aqueles que estão em processo de socialização”. Destaca-se, nesta

perspectiva, a importância de se verificar, *a priori*, as condições dos diferentes espaços de origem e vivência dos sujeitos que se pretende conhecer, aqui em destaque, os jovens das áreas segregadas do município de Aparecida de Goiânia.

Postulado assim, entendemos que pode ser nas formas estruturais de variados espaços de (con)vivência e nos significados que apresentam para seus usuários, em especial os mais jovens, que se constitui parte de sua identidade, quiçá de sua personalidade. São, nesses locais, e em suas configurações, que se forma o jovem cidadão e cidadã. Seus sucessos e fracassos, seguranças e fragilidades trazem a marca dos espaços vividos. Estudo do UNICEF (2011) nos apresenta informações acerca dessa realidade espacial e seus efeitos sobre os corpos jovens:

Dois fatores afetam sobremaneira o desenvolvimento desses meninos e meninas: as vulnerabilidades produzidas pelo contexto social e as desigualdades resultantes dos processos históricos de exclusão e discriminação. É preciso superá-las. Somente assim é possível assegurar o direito de ser adolescente a cada menino e menina no País. (UNICEF, 2011 p. 27)

Em suma, o ser humano é resultado de sua trajetória de vida pessoal – individual e familiar, e das relações históricas e geográfica que estabelece. O *self* (eu) (HARVEY, 2011) se constitui dialeticamente a partir das condições materiais em que se insere. Portanto, seguindo esse raciocínio, podemos indagar: se falamos de uma realidade marcada por contrastes e adversidades, que tipos de sujeitos teremos? Buscando responder tais questões, voltamos nosso olhar para o contexto histórico do espaço em estudo.

Aparecida de Goiânia é um município goiano que teve sua formação urbana e demográfica constituída a partir da construção e crescimento da capital goiana. Neste processo de urbanização, acabou por construir uma espacialidade fragmentada e segregada, produto da ação especulativa de agentes imobiliários e do Estado; recebeu em seu território, parte do contingente populacional que não foi absorvido na recém-criada capital, muitos dos quais trabalhadores – migrantes do interior do estado ou da zona rural, atraídos pelo desejo de melhores oportunidades de trabalho e conseqüentemente, de vida, o que resultou em uma composição demográfica heterogênea, representada por contingente considerável de população de baixa renda.

As exigências do processo de trabalho, com relação às restrições de escolha de localização de moradia, reforçaram a segregação geográfica destes novos moradores. Como nos mostra Harvey (2011, p. 169), “a inserção nesse sistema de corpos marcados em termos tanto raciais quanto de gênero fez certos grupos sociais caírem na armadilha da falta de perspectiva associada com essas áreas empobrecidas”, dando origem ao que Chaveiro (2012) denomina de

“periferia proletária”, ou seja, aquelas áreas afastadas das áreas centrais e que, pelo baixo valor imobiliário absorve número expressivo de trabalhadores.

Esse contingente populacional – de trabalhadores-migrantes, com suas características étnicas, culturais e socioeconômicas, vivendo em áreas que lhes foram postas a partir de circunstâncias outras que não suas escolhas, mas resultado de uma “territorialização segregadora” (MELLO, 2016, p. 137) deixaram marcas na paisagem, cultura e na formação social do município, dando origem ao que é hoje a população aparecidense.

Nessa realidade, nosso objeto de investigação foram os sujeitos entre 15 e 24 anos de idade, que é o recorte que tem sido usado por variados órgãos e instituições de pesquisa social, como IBGE, IPEA e mesmo, apontado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em seus estudos, para categorizar o indivíduo jovem.

Em Aparecida, o grupo que corresponde a faixa etária de 15 a 24 anos de idade é formado por 80.670 pessoas (IBGE, 2010). Como já apresentado, muitos deles estão fora da escola, quer por falta de oportunidade de ocupar uma vaga neste espaço, por necessidade de trabalhar, gravidez precoce, envolvimento com as drogas, quer por motivos outros.

Nossa investigação a respeito da presença desses indivíduos nos espaços escolares se pautou em dados referentes ao ano de 2016, colhidos junto à subsecretaria Estadual de Educação do município de Aparecida de Goiânia. Foi a partir destes dados, cruzados com aqueles obtidos nas informações do Atlas digital de enfrentamento ao álcool, crack e outras drogas – Aparecida de Goiânia 2016, que identificamos as unidades escolares que seriam objeto de uma investigação mais pormenorizada, realizada por meio de visitas a campo e diálogos com professores, equipe gestora e aprendizes dessas escolas.

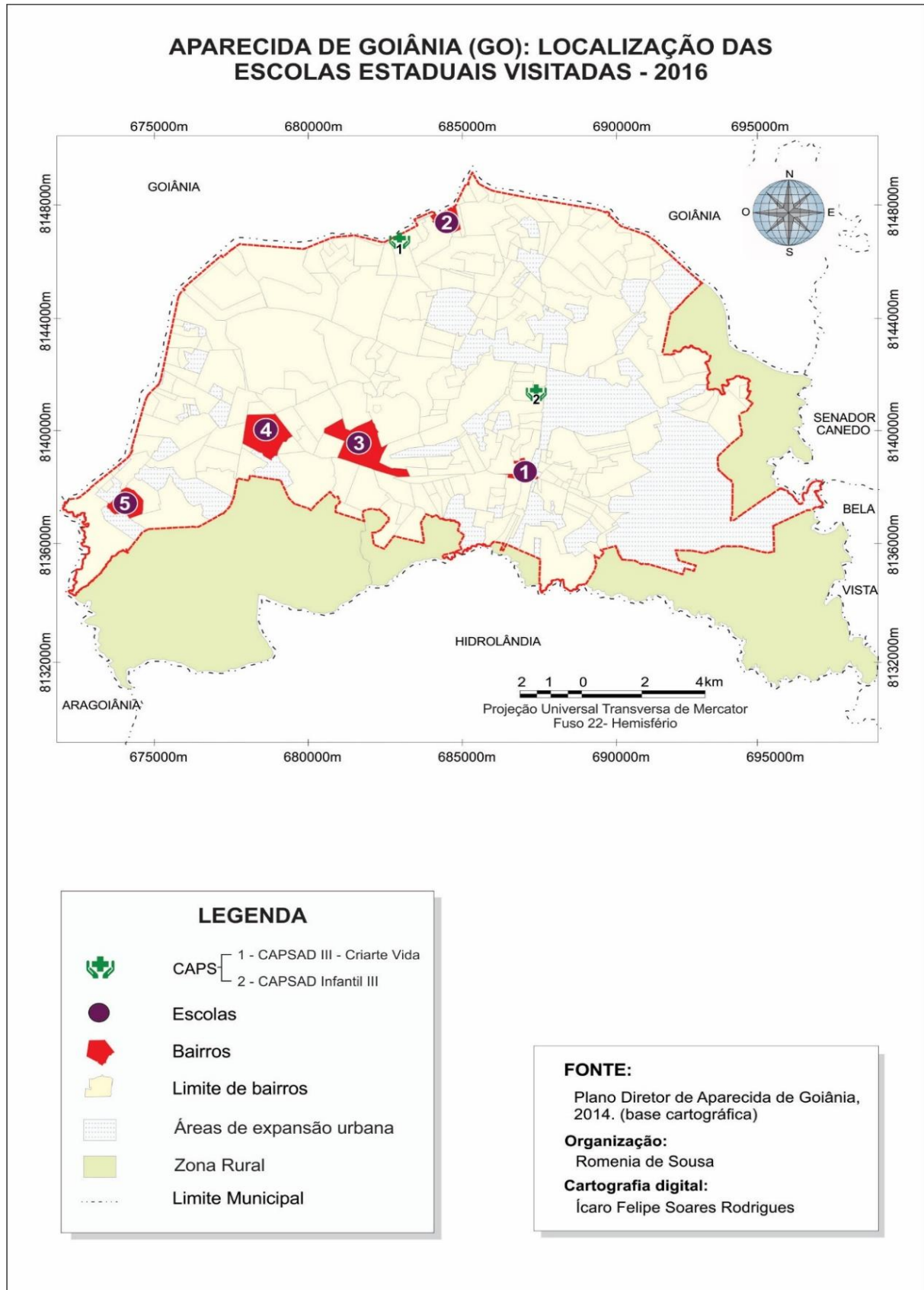
Em uma realidade de duzentas e sessenta e quatro (264) escolas públicas, estaduais e municipais, cinquenta e sete (57) foram citadas nos prontuários, desse universo, cinco (05) foram mencionadas seis vezes ou mais. Serão estas cinco (05) unidades escolares nosso objeto de análise.

Para identificação das escolas optamos por utilizar números, e desta forma evitamos expor estes espaços e sua comunidade a olhares que possam aumentar estigmas que já vivenciam cotidianamente.

Ordenamos a apresentação das escolas seguindo a orientação deste estudo, isto é, buscando estabelecer relação entre a realidade sócio-espacial urbana e os corpos por ela (re)produzidos. Assim, a sequência numérica de apresentação, parte das escolas presentes em áreas que se beneficiam de uma realidade espacial com boa oferta de equipamentos públicos – escola 1 está na área central e escola 2 na área conurbada; em oposição àquelas das áreas que

se encontram nas franjas do tecido urbano, onde encontramos muitos contrastes e abandonos, regiões marcadas pela ausência de equipamentos e serviços públicos, pela segregação e situações de vulnerabilidades, são elas as escolas 3, 4 e 5. Observando a Ilustração 16, identificamos onde estas escolas se localizam.

**Ilustração 16** – Mapa: Localização das escolas visitadas



Fonte: Plano Diretor Aparecida de Goiânia 2014; Atlas digital de enfrentamento ao álcool, crack e outras drogas – Aparecida de Goiânia 2016.



O mapa evidencia também a localização dos dois Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Tendo em vista que nossa pesquisa parte do princípio da influência espacial sobre a formação dos corpos jovens e que boa parte da origem das demandas atendidas por essas duas unidades estão nos setores das escolas aqui apresentadas, identificamos uma falha na rede de apoio a essa parte da comunidade aparecidense, situação que abordaremos no Capítulo 3 desta pesquisa.

### 3. ANÁLISE DE SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL ENTRE JOVENS DE CAMADAS POPULARES EM APARECIDA DE GOIÂNIA

*O ser consciente percebe-se numa mistura de violência, de falta, de desejos e de necessidades, de conhecimentos propriamente ou impropriamente ditos. (LEFEBVRE, 2006, p. 285).*

Afinal, quem é o jovem na sociedade contemporânea? Que espaços sociais eles têm ocupado na realidade urbana? Para tentar lançar luz sobre estas indagações, se faz necessário alguns apontamentos, dentre eles, inicialmente, entender quem é o jovem e quais critérios são utilizados para defini-lo.

Legalmente, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado no Brasil, em 1990, em seu artigo 2º está posto: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. Pautando-se nesta lei, aqueles indivíduos acima de dezoito anos (na verdade entre dezoito e vinte e um anos de idade) seriam qualificados como jovens e, acima desta idade, comporiam o grupo dos adultos.

Há ainda que se mencionar a ideia de juventude como etapa de desenvolvimento humano, vista a partir de condicionantes físicos, da maturidade físico-biológica e mesmo psicológica, marcada pelo amadurecimento do corpo humano em seus aspectos físico e mental. Dessa forma, essa etapa da vida é identificada pela maturidade de funcionamento de alguns órgãos e funções biológicas até então, com características diferentes. Assim, atingindo certa maturidade, o indivíduo é alçado, da anterior condição de criança a outro patamar identitário, o de adolescente, ou mais amadurecido, o de jovem e assim sucessivamente. Tal visão tende a ser confundida com puberdade, este sim um processo humano de mudanças biológicas inquestionáveis.

Delimitar a idade ou o nível de amadurecimento biológico-psicológico comporiam critérios suficientes para o entendimento de quem é o jovem na sociedade brasileira atual?

Em nosso entendimento não, pois, identificar um sujeito como jovem passa não só pelos critérios de idade, legalidade ou até mesmo e somente de maturidade orgânica e psicológica, mas é também uma categoria construída e moldada dentro de uma realidade específica. Nela estariam presentes condicionantes econômicos, culturais, étnicos e os espaços de vivência com os quais estes sujeitos (inter)agem em um movimento dialético. Nas palavras de Groppo (2016,

p. 11), “a realidade da juventude não é tão somente da ordem da ‘natureza’, mas principalmente da ordem do ‘social’ e, portanto, uma criação histórica, não um invariante universal”.

Essa forma de pensar é ainda recente. A categoria juventude só passou a ser reconhecida na segunda metade do século XIX,

quando os problemas e tensões a ela associados (juventude), a tornaram objeto de “consciência social”. O envolvimento dos jovens em grupos de amigos e os comportamentos que começaram a ser identificados como fazendo parte de uma “cultura adolescente” foi fonte de preocupações, tanto de educadores como de reformistas de meados do século passado. Nos Estados Unidos, por exemplo, as formas que assumia essa cultura começaram a preocupar os poderes públicos, nomeadamente quando se descobriu a “perigosa” conexão dessa cultura (predominantemente em comunidades de **emigrantes**) com o desenvolvimento de formas de marginalidade social e delinquência. (PAIS, 1990, p. 148)

Sendo a categoria juventude tão recente, torna-se possível reconhecer as dificuldades e limitações de estudos, análises e entendimentos sobre o jovem, em suas múltiplas facetas, haja vista a dificuldade de aceitação de que este sujeito se diferencia de seus pares em cada época e contextos em que (com)vive e dos demais indivíduos. Portanto, se torna prudente submetê-lo a olhares mais cautelosos.

Utilizando considerações de Pais (1990), concordamos que a juventude não pode ser vista como uma entidade homogênea, porquanto sociologicamente construída e, desta forma, sujeita a mudanças ao longo do tempo e espaço. Sendo assim, falaríamos em juventude urbana, rural, trabalhadora, jovens solteiros, jovens casados, enfim, uma gama de categorias em que se enquadraria o sujeito jovem.

Logo, seguindo esta linha de argumentação, o mais adequado talvez não seria dizer juventude, no singular, mas juventudes, no plural, indicando as diversas faces que este momento da vida humana assume, dentro dessa gama de experiências de vida que faz o sujeito crescer em suas variadas dimensões: física, emocional, psicológica, social, construindo sua identidade e, a partir daí, talvez, tornando-se capaz de fazer o enfrentamento com a realidade em que vive, de forma mais segura.

Mas havendo essa diversidade de juventudes, haveria algum elemento de união entre estes grupos? Neste aspecto entendemos, como Pais (2005) e Groppo (2016), que acreditam haver entre sujeitos de idades semelhantes situações comuns que os aproximam, como o fato de viverem/morarem próximos, de se agruparem por gostos e opções de estilos musicais, vestuário ou mesmo de agremiações religiosas, esportivas e/ou ideológicas e partidárias, dentre outras.

Essa divisão de atuação e envolvimento dos jovens em múltiplos cenários, que inicialmente pode aparentar certa instabilidade e falta de identidade, pode, ao contrário, apresentar-nos outra realidade, “o jovem pode pertencer simultaneamente, no curso de sua trajetória de socialização, a universos sociais variados, ampliando as suas referências sociais” (DAYRELL, 2012, p. 302). Seria um constante buscar-se, através de espaços e experiências que favorecem a formação do sentimento de pertencimento a algo, que lhes confere identidade, ou seja, que os torna parte e participantes. Como se constrói essa identidade? Entendemos que ela “se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas sociais” (CUCHE, 1999, p. 183), através do corpo e de seus sentidos o sujeito “se apropria do lugar e do mundo” (CARLOS, 1996, p. 20).

São essas trocas sociais, muitas vezes inconscientes, que fazem os sujeitos jovens serem quem são e como são. São os locais onde essas trocas ocorrem que fazem com que as mesmas – trocas sociais- sejam de uma forma e não de outra. Cada espaço permite e/ou favorece certas relações, vínculos e trocas entre os sujeitos, as quais fazem com que se identifiquem, se reconheçam, se tornem parte daquela realidade.

Nesse sentido, partimos da premissa que

a construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas. Além disso, a construção da identidade não é uma ilusão, pois é dotada de eficácia social, produzindo efeitos sociais reais. (CUCHE, 1999, p. 182)

A ideia de Cuche (1999), de que a construção da identidade produz efeitos sociais reais, fortalece nossa hipótese de que sujeitos jovens de áreas segregadas, marcadas por situações de vulnerabilidades, trazem em seus corpos as marcas dessas situações. E, portanto, como resposta a essa condição construída socialmente, passam a reproduzi-las em suas relações sociais, inclusive e também, dentro da escola.

Sendo assim, entendemos ser necessário estudar e buscar conhecer de que jovem estamos falando, conhecê-los a partir de seus contextos de vida, de seu cotidiano. É necessário conhecê-los em suas particularidades sociais e espaciais, pois, assim, talvez possamos compreender como se tornaram quem são.

Como o objeto desse estudo é o jovem do município de Aparecida de Goiânia, olhamos para o contexto intraurbano aparecidense, sua organização sócio-espacial e os sujeitos que dela fazem parte, pois “distinções de classe, de raça, de gênero e de uma multiplicidade de outros aspectos se acham inscritas no corpo humano em virtude dos diferentes processos

socioecológicos que exercem sua ação sobre esses corpos” (HARVEY, 2011, p. 137). Concordando com a perspectiva de Harvey (2011), podemos inferir que os sujeitos jovens de Aparecida trazem em si as marcas dos espaços que ocupam e das histórias neles construídas.

Se os indivíduos ou, nas palavras de Harvey, o corpo

não é uma entidade fechada e lacrada, mas uma “coisa” relacional, que é criada, delimitada, sustentada e em última análise dissolvida num fluxo espaço-temporal de múltiplos processos. Isso implica uma visão relacional-dialética em que o corpo internaliza os efeitos dos processos que o criam, delimitam, sustentam e dissolvem. (HARVEY, 2011, p. 137)

Com o jovem não seria diferente, ou seja, ele se constitui e constrói sua rede de sociabilidade a partir da realidade sócio-espacial em que vive, eles (re)fazem-se a partir da realidade espacial - temporal em que se inserem.

Visto por esse prisma, torna-se pertinente inicialmente trazer à baila algumas características populacionais do espaço que estamos abordando nesta pesquisa.

Aparecida de Goiânia é um município que integra a Região Metropolitana de Goiânia (RMG). A maior parte de sua população é composta por pessoas não brancas e de baixa renda, vivendo em contextos marcados por ausência de muitos serviços e equipamentos públicos, que os coloca em situação de vulnerabilidade. Sua população jovem, de 15 a 24 anos, é de 88.631 pessoas (IBGE, 2010), grande parte deste grupo pertence às camadas populares e estão fora da escola, por motivos diversos, como a necessidade de trabalhar, apresentada no Capítulo 2, e a drogadição, que trataremos a seguir.

### 3.1 A VULNERABILIDADE SOCIAL EM APARECIDA DE GOIÂNIA E A DROGADIÇÃO JUVENIL

As situações de envolvimento com as drogas crescem ano a ano e estão intimamente relacionadas ao mundo urbano. A temática das drogas e seus efeitos são estudados, tanto em seus possíveis usos terapêuticos, caso do THC – dentre outras drogas – presente na *cannabis* (maconha), como as consequências danosas que as drogas trazem para o usuário, já que compromete sua saúde física, emocional e suas relações interpessoais, bem como seu reflexo, para a sociedade, afinal um indivíduo doente (quer seja física ou emocionalmente) provoca situações de desequilíbrio e conflito social.

Nessa perspectiva – dos problemas vividos pelo adicto<sup>20</sup>; a questão das drogas acaba por se tornar um problema social amplo, que envolve aspectos ligados a violência/segurança e de saúde pública, pois compromete o desenvolvimento de seus usuários, em especial quando muito jovens.

Apesar do uso de drogas ser conhecido desde os primórdios da humanidade, nas últimas décadas seu consumo vem tomando proporções preocupantes para sociedade em geral e para os jovens em particular. Crives e Dimenstein (2003 *apud* RAUPP; SAPIRO, 2009, p. 446) consideram que

o abuso de drogas adquiriu tais dimensões devido à complexidade que envolve seu consumo e venda na atualidade. Dentre os fatores responsáveis pelo agravamento dessa questão, destacam-se os interesses econômicos envolvidos em sua produção e venda, os embates de cunho moral e ideológico em torno do uso de substâncias psicoativas, somados à baixa prioridade política conferida ao assunto, que se manifesta na insuficiência de recursos financeiros necessários para garantir uma política de educação, prevenção e tratamento, com profissionais capacitados de forma adequada e contínua.

Diante da complexidade da problemática que as drogas representam – produção, tráfico, consumo e os efeitos sociais que deles advém, como roubos, violência física em todos seus modos e a própria dependência química e psíquica do usuário, se torna evento que chama a atenção da população como um todo, especialmente por ser assunto explorado cotidianamente pela imprensa e pela forma como ela o faz.

As situações que envolvem os sujeitos em condição de drogadição: a maneira como são tratados pelos órgãos de saúde e de segurança, a forma como seu trato está definido na legislação, com a LEI N° 11.343, Art. 1° que “prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; *estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e define crimes*” (grifo nosso) e como são apresentadas à sociedade pela mídia, acaba por levar à criminalização de muitos dos usuários e assim justificar a repressão e violência por parte das estruturas de Estado e não raros os casos, por indivíduos que agem por conta própria.

Estas mensagens, implícitas e/ou explícitas, veiculadas pelos diferentes meios de comunicação, levam a um estado de insegurança pública também denominado por Cohen (1972) como pânico moral, que seria:

---

<sup>20</sup> Com origem no latim (*addictu*), o termo está associado a drogadição e é usado para definir todo e qualquer vício bioquímico de seres humanos em relação à alguma droga. (INFOPEDIA, 2017)

Uma condição, um episódio, uma pessoa ou um grupo de pessoas passa a ser definido como um perigo para valores e interesses societários; sua natureza é apresentada de uma forma estilizada e estereotipada pela mídia de massa; as barricadas morais são preenchidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de Direita; especialistas socialmente aceitos pronunciam seus diagnósticos e soluções; recorre-se a formas de enfrentamento ou desenvolvem-nas. Então a condição desaparece, submerge ou deteriora e se torna mais visível. Algumas vezes, o objeto do pânico é absolutamente novo e outras vezes é algo que existia há muito tempo, mas repentinamente ganha notoriedade. Algumas vezes o pânico passa e é esquecido, exceto no folclore e na memória coletiva. Outras vezes ele tem repercussões mais sérias e duradouras e pode produzir mudanças tais como aquelas em política legal e social ou até mesmo na forma como a sociedade se compreende. (COHEN, 1972, p. 09 Apud, MACHADO, 2004, p. 61)

Esta situação de pânico tende a agravar o quadro de segregação e hostilização dos indivíduos adictos. São matérias que veiculam julgamentos elaborados e ações legitimadas por princípios de moralidade e de defesa da urgência de segurança para a sociedade. No contexto geral,

poucas matérias procuram promover uma reflexão mais profunda a respeito de causas e consequências desse fenômeno, 9,9% das reportagens sobre adolescência e 9,7% da cobertura sobre infância de modo geral. Portanto, ainda é grande o desafio de qualificar o olhar da mídia no que diz respeito à abordagem de um tema tão complexo e que afeta de forma tão contundente os adolescentes. (UNICEF, 2011 p. 25)

De acordo com relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF 2011), a imagem de jovem veiculada pela mídia como sujeitos que vivem de maneira livre, sem compromissos, responsabilidades e até, porque não dizer, de forma irresponsável, contrasta com a realidade de muitos jovens das camadas populares que, desde muito cedo, têm que enfrentar desafios e responsabilidades – em casa ou trabalhando fora para ajudar no sustento da família – muito aquém de suas possibilidades, levando-se em conta o momento da vida em que se encontram e considerando suas condições socioeconômicas, pois, como alerta o relatório do UNICEF (2011, p. 29),

A pobreza nega aos adolescentes seus direitos. Ela representa uma situação de vulnerabilidade que potencializa outras vulnerabilidades. Torna mais frágeis o que poderiam ser ambientes de proteção e segurança de meninos e meninas, aumenta os riscos de abuso e exploração.

Esse contraste entre o que é apresentado na mídia, com a realidade vivida por muitos jovens das camadas populares, tende a trazer para esses indivíduos uma sensação de estar e/ou ter perdido algo que lhes pertenceria, de estarem deixando de ser quem poderiam – a vida livre da condição juvenil, o que aumenta o sentimento de revolta com seus contextos de vida e leva,

posteriormente, a um processo de aversão a este contexto e consequente busca de fuga desta realidade, que, para Chaveiro (2012), é situação recorrente entre populações de áreas periféricas e segregadas. Em suas palavras, os sujeitos dessas regiões “desenham uma subjetividade baseada em linhas de fuga [...] Especialmente a juventude a partir dessas referências simbólicas vulneráveis, descrente das instituições, é presa fácil às diferentes linhas de fuga”. (CHAVEIRO, 2012, p. 228)

Dentre os caminhos para esta “fuga” estaria, muitas vezes, o uso das drogas e a violência ou a opção por trabalhar, com consequente abandono escolar.

Podemos analisar este contexto em que os jovens se deparam com tantos desafios, seu contato com a violência e com o uso de drogas a partir de diferentes elementos, que vão desde a forma como está estruturada a espacialização territorial urbana, como aqueles de origem política, étnica e social, bem como de entendermos que há ciência de tal situação por parte de diferentes segmentos sociais e políticos. Contudo, parece não ter sido ainda dada a ela tratamento que abranja sua real dimensão, o que faz crescerem as situações de vulnerabilidades entre os jovens dos centros urbanos, como destaca estudo do UNICEF (2011, p. 28): “Sem conhecer, reconhecer e enfrentar essas vulnerabilidades e desigualdades, não é possível garantir que os jovens vivam tão importante fase da vida de forma plena, estimulante e segura, de forma cidadã, enfim”.

Sem uma atenção específica para a realidade do jovem em situação de abandono social, um cenário de invisibilidade passa a torná-los imperceptíveis para expressivo contingente social, o que se agrava quando consideramos os adictos. Homens e mulheres de diferentes idades, em situação de drogadição, constroem um cotidiano marcado por situações de abandono familiar, social e estatal. Eles tornam-se, nas palavras de Brandão (2014), os “ninguéns”, que produzidos pela sociedade passam a ser por ela execrados e colocados na condição de pretensos criminosos.

O problema de indivíduos em situação de abandono social passa a ser visto pela ótica do perigo que representam para a sociedade e até mesmo como uma imagem negativa para a paisagem urbana. Imagem que causa mal-estar aos transeuntes e àqueles que necessitam conviver cotidianamente com a presença desses indivíduos perto de seus lares, trabalhos e estabelecimentos comerciais. Raros são os momentos em que parecem ser reconhecidos como produtos de uma realidade social conflituosa e parte da “problemática urbana” (LEFEBVRE, 2001), de uma realidade sócio-espacial construída sobre um modelo de urbanização definido pela lógica do mercado, que, por sua vez, é resultado da associação entre Estado (poder público)



e iniciativa privada (motor do sistema sócio econômico sobre o qual se sustenta este Estado), ambos representando o sistema capitalista. Como nos diz Harvey (2011, p. 40),

a acumulação do capital sempre foi uma questão profundamente geográfica. Sem possibilidades inerentes à expansão geográfica, à reorganização espacial e ao desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo há muito teria cessado de funcionar como sistema econômico-político. [...]. Também por meio deles a burguesia transformou o Estado (com suas forças militar, organizacional e fiscal) no executor de suas próprias ambições.

Assim, evidencia-se a ideia de que o capital e a organização do espaço geográfico, da forma como está posta, prioriza os desejos e necessidades de alguns em detrimento de outros, o que acaba por comprometer a vida de contingente significativo de sujeitos, aqui em destaque os jovens de áreas segregadas do município de Aparecida de Goiânia.

Entendemos que a realidade urbana aparecidense é marcada por elementos segregados que promovem situações de vulnerabilidades, e com ela e por ela, instabilidades que colocam a população de baixa renda em situações de risco e favorecem o acesso por sujeitos de diferentes idades, ao álcool e ao fumo (ou outras drogas), muitas vezes consumidos no próprio ambiente doméstico.

Tendo em vista esse contexto de vulnerabilidades, passamos neste momento a apresentar dados estatísticos dessa realidade, os quais serviram de amparo para as análises aqui desenvolvidas.

É válido mencionar, antes de apresentarmos os resultados obtidos com esta investigação, que, nem todos os prontuários acessados continham todas as informações solicitadas. Isto se deu por diferentes motivos, dentre eles, o não preenchimento de alguns dados, pois os mesmos são fornecidos pelo atendido no ato do acolhimento e nem sempre o acolhido quer fornecer a informação ou mesmo, muitas vezes, não está em condição de fazê-lo, já que algumas vezes chegam até aquelas unidades, em estado de drogadição, o que dificulta o diálogo e não os permite responder com segurança e coerência o que lhes é perguntado.

Há ainda outro fator para a ausência de algumas informações, qual seja, as mudanças nos modelos dos prontuários. Identificamos que foram feitas alterações e atualizações nos modelos dos prontuários, desta forma, há informações presentes em alguns modelos que já não mais aparecem nos modelos seguintes.

Dentre os dados levantados, as variáveis escolhidas para análise foram: faixa etária; gênero; setor de residência; escola de origem; grau de escolaridade – se estavam estudando,

evadidos ou mesmo se já haviam concluído o Ensino Médio – em virtude da idade selecionada para ser investigada.

A escolha dessas variáveis se deve ao fato de que um de nossos objetivos é comprovar a hipótese que motivou esta pesquisa, a saber: se há relação entre a segregação sócio-espacial, promovida pela intensa e desordenada ocupação do solo urbano aparecidense, a drogadição e a evasão escolar, tendo em vista que entre os jovens

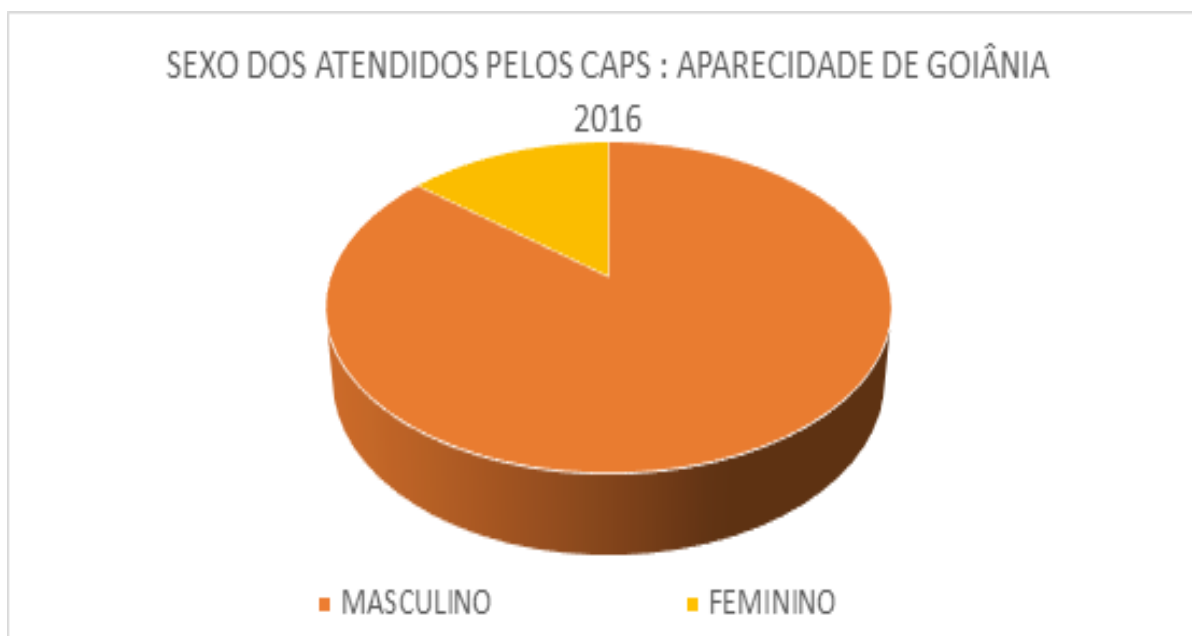
o recurso às drogas deve ser compreendido como essencialmente ligado às várias operações psíquicas atuantes nesta fase. Isso pode implicar que o uso de substâncias psicoativas se torne um comportamento relativamente comum nessa etapa - especialmente entre grupos expostos a importantes fatores de risco, tais como alta disponibilidade de drogas, ambiente comunitário desprovido de acesso a bens culturais, esportivos etc., abandono da escola, problemas familiares, entre outros. (RAUPP; SAPIRO, 2009, p. 446)

Seguindo a linha de entendimento de Raupp e Sapiro (2009), e conhecendo a realidade sócio-espacial de Aparecida, podemos, aqui, vislumbrar alguns pontos convergentes para se responder nossa hipótese inicial: ambiente comunitário desprovido de serviços e equipamentos públicos promotores de bem estar social, como aqueles ligados diretamente à infraestrutura do espaço urbano e outros, como acesso a bens culturais, esportivos etc, problemas familiares, número significativo de jovens fora da escola, em outras palavras, uma realidade urbana composta por muitas adversidades que criam situações de vulnerabilidade social para contingente expressivo da população, dentre eles, os jovens.

Buscando apresentar os sujeitos atendidos nas duas unidades do CAPS, iniciamos a descrição pormenorizada daqueles indivíduos.

Inicialmente, identificamos que o número de meninas atendidas nas duas unidades do CAPS é bastante inferior ao de meninos, como se pode observar com a leitura do gráfico a seguir:

**Ilustração 17** – Gráfico: Sexo dos atendidos pelo CAPS, Aparecida de Goiânia

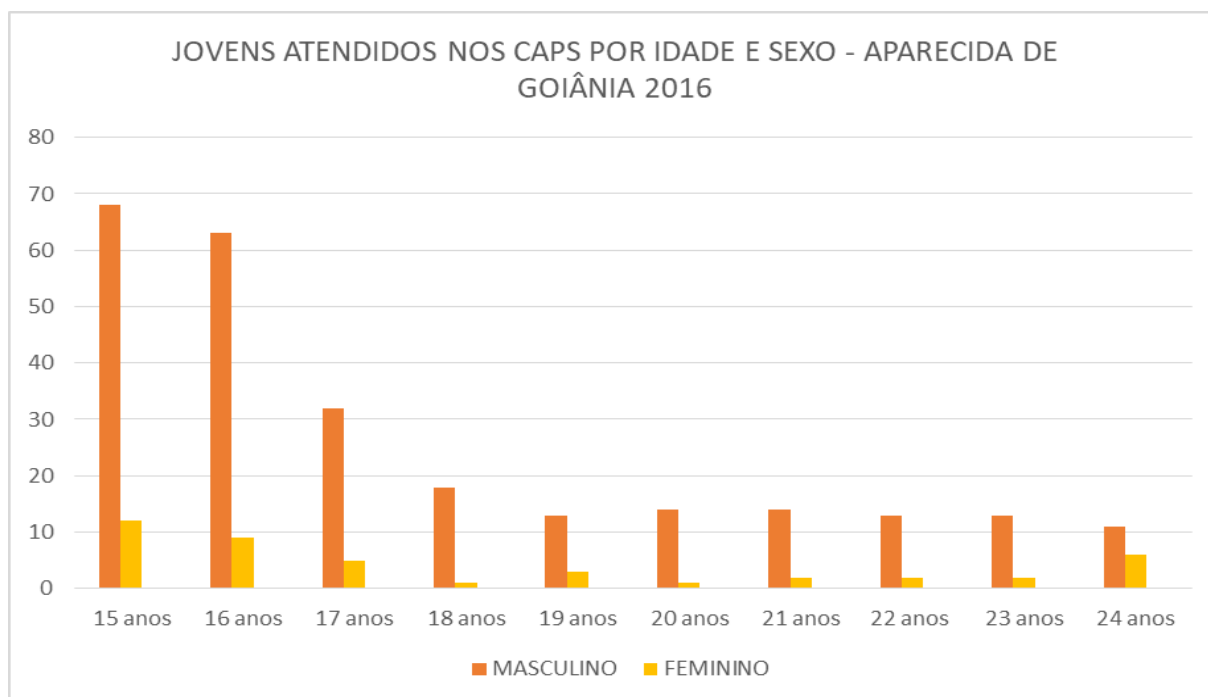


Fonte: Atlas digital – Aparecida de Goiânia 2016.

Os meninos representam cerca de seis vezes mais que meninas. Este dado não nos surpreende, tendo em vista outros estudos que também verificaram que os garotos são mais vulneráveis do que as garotas, como no documento “Pesquisa Nacional Saúde do Escolar – 2015”, elaborado pelo IBGE.

Esta realidade pode ser entendida a partir da forma como a sociedade educa diferentemente meninos e meninas, como também analisou Paula (2013). Geralmente as meninas recebem uma educação mais atenta, ou mesmo, mais rigorosa, ao contrário dos garotos, a quem muito é permitido. Dessa forma, sendo mais livres e estimulados a buscar aventuras, os garotos acabam por se envolverem mais em situações de risco, como o acesso às drogas, sejam elas lícitas e/ou ilícitas.

Outro dado que nos chamou atenção foi a idade dos jovens atendidos. Observa-se que os mais jovens são mais numerosos (grupo entre 15 e 17 anos de idade).

**Ilustração 18** – Gráfico: Jovens atendidos nos CAPS por idade e sexo, Aparecida de Goiânia

Fonte: Atlas digital – Aparecida de Goiânia 2016.

Diante destes dados, pode se levantar algumas hipóteses: os mais jovens buscam mais por atendimentos; os mais velhos desistem de tentar tratamento; os mais jovens se envolvem mais com as drogas; os mais velhos já superaram este desafio. Enfim, somente pela coleta de dados empíricos não nos é possível afirmar o motivo da presença de sujeitos mais jovens entre os atendidos por estas instituições ser maior, porém podemos inferir que, enquanto sujeitos em processo de formação, que estão vivendo um momento de muitos desafios, os jovens se tornam mais vulneráveis e suscetíveis a se envolverem com as drogas. Nas palavras de Raupp e Sapiro (2009, p. 446), este é um “período que envolve várias e difíceis mudanças, que requerem novas elaborações psíquicas e reposicionamentos do sujeito frente às mudanças corporais, à reedição de conflitos infantis e às novas exigências que lhe advêm, tanto interna quanto externamente”.

Enfim, a realidade do sujeito que começa a viver a juventude é um desafio individual, mas que nasce e se constrói externo a ele, na coletividade, no meio em que vive. Se não nos é possível afirmar, com segurança, o motivo de haver maior presença de pessoas tão novas entre o grupo investigado, este dado nos serve de alerta, pois grande número de jovens, com tão pouca idade já em situação de drogadição é um dado relevante quando se busca pensar quem são os jovens de Aparecida de Goiânia e como estão construindo suas vidas.

Outra realidade conhecida a partir da leitura dos prontuários é que, não raro, o contato inicial com as drogas ocorre dentro do próprio grupo familiar, com o consumo de álcool e

tabaco, depois, tende a avançar, em escala ascendente para o consumo de drogas cada vez mais pesadas, maconha, lança perfume, bala<sup>21</sup>, papel<sup>22</sup>, cocaína e crack. Estudo de Arruda (2014) demonstra que essa alternância no consumo não se deve somente à busca por drogas com efeitos diferentes, mas muitas vezes está relacionada a momentos específicos de vida deste usuário, ou seja, “associam a mudança de escolha no que se consome, a uma etapa de vida de maior fragilidade e desproteção, instabilidade extrema de reprodução social e marginalidade”. (ARRUDA, 2014, p. 83)

Seguindo esse raciocínio, verificamos que entre os mais jovens ainda não se registra muitos casos de consumo de crack ou cocaína – o que aparece com frequência entre os adultos. Entre os jovens, o álcool e a maconha são as drogas mais citadas, ou seja, com o avanço em idade e em experiências de vida, mudam as drogas consumidas. Chamou-nos a atenção, entre os jovens, menções a casos de uso de misturas de substâncias tóxicas para promover uma *onda melhor*, como álcool e bala, álcool e papel, ou mesmo álcool e maconha.

Sabemos que, ao potencializar os efeitos dessas drogas, aceleram-se também os níveis de dependência, ocorrendo a busca por drogas cada vez mais fortes. Dessa forma, o tratamento tende a se tornar menos eficiente e, em muitos casos, os jovens nesse estado avançado de drogadição se afastam por completo da busca por recuperação (ARRUDA, 2014).

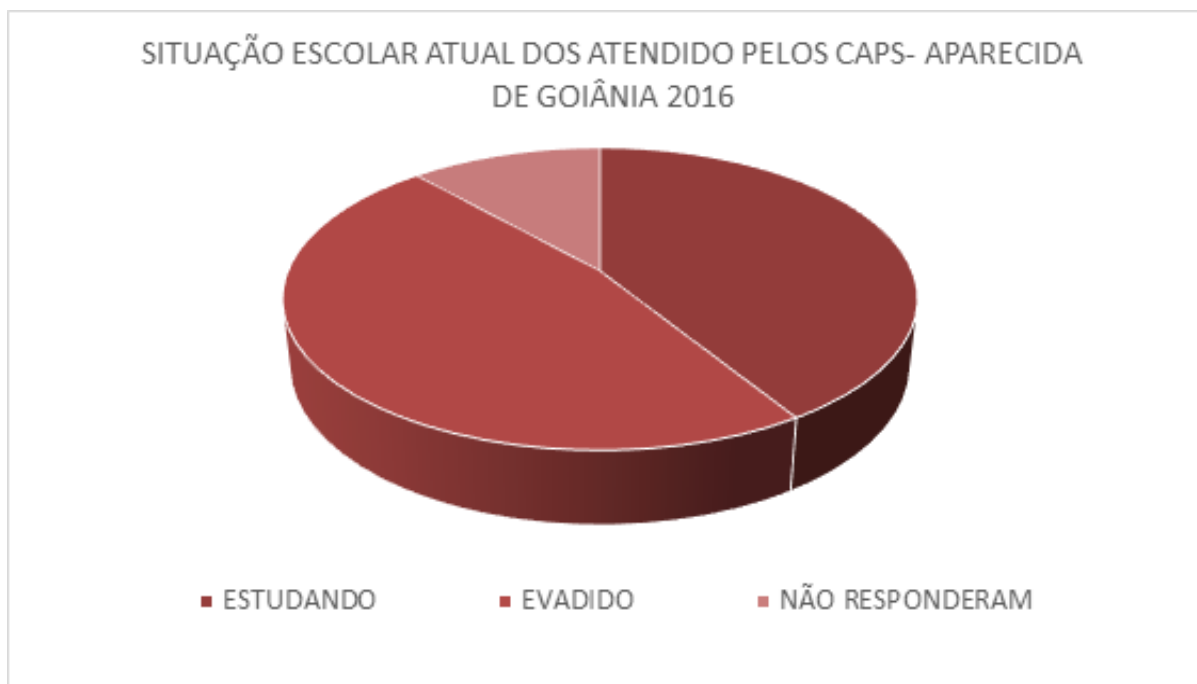
No que se refere à realidade educacional dos jovens atendido pelo CAPS, identificamos que dos cento e oitenta (180) prontuários acessados, nos quais havia informações completas, relativas à situação educacional dos jovens atendidos, em setenta e quatro (74) os jovens declararam estar frequentando a escola; em oitenta e cinco (85), os atendidos afirmaram estar em situação de abandono escolar; em vinte e um (21) prontuários, esta informação não foi fornecida.

---

<sup>21</sup> Nome genérico para se referir a várias drogas produzidas em laboratório, que tem como base a anfetamina: ecstasy, pílula do amor, ice etc. ( <http://www.quedroga.com.br/toxicos/ecstasy/comment-page-5> Acesso em nov. 2017)

<sup>22</sup> LSD (Ácido Lisérgico Dietilamida) ou doce. É uma droga psicodélica e alucinógena feita a partir de um fungo e vem em quadrados bem pequenos de papel ou cartolina absorvente (chamados de cartelas). (<http://www.quedroga.com.br/toxicos/acido> Acesso em nov. 2017)

**Ilustração 19** – Gráfico: Situação escolar dos atendidos pelo CAPS, Aparecida de Goiânia, 2016

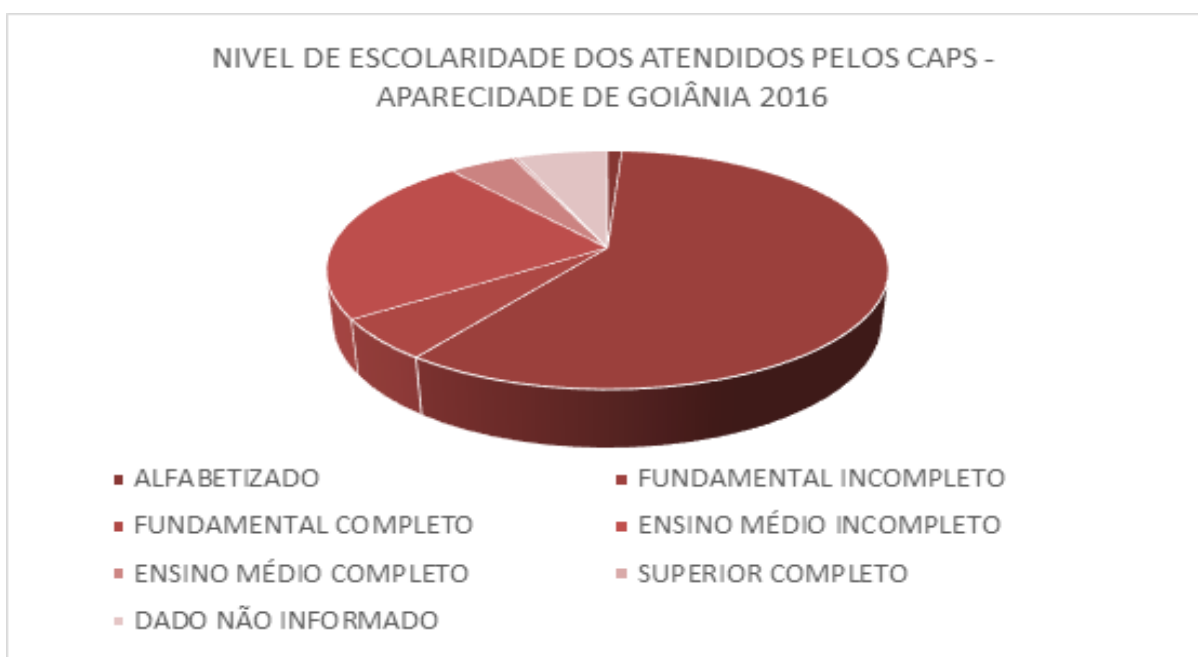


Fonte: Atlas digital 2016 – Aparecida de Goiânia.

Nesse cenário, o fato de estarem fora da escola aumenta sua situação de vulnerabilidade e exclusão, tanto nesse momento de suas vidas, como compromete seus futuros. O total dos que declararam ter abandonado a escola corresponde por cerca de 47% do grupo em análise, dado que representa um percentual significativo daqueles jovens.

No que se refere ao contexto escolar, como já mencionado, setenta e quatro (74) estão estudando, a maior parte deles no Ensino Fundamental II, entre o 6º e 8º anos; quatorze (14) concluíram o Ensino Médio.

**Ilustração 20** – Gráfico: Nível de escolaridade dos atendidos pelo CAPS – Aparecida de Goiânia 2016



Fonte: Atlas digital – Aparecida de Goiânia 2016.

Sendo nosso grupo de investigação representado por sujeitos entre 15 e 24 anos, e nos levantamentos sobre escolaridade a maioria desse grupo declarou não ter concluído o Ensino Fundamental II, cerca de 70%, podemos identificar o descompasso entre a idade e série, tendo em vista que, dentro dos padrões apresentados pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa<sup>23</sup> (PNAIC), aos 15 anos o jovem já deveria estar cursando o Ensino Médio. Este atraso escolar, encontrado em nossa investigação, reforça nossa hipótese de que as populações jovens de áreas segregadas trazem as marcas dessa realidade em seus corpos: a falta de equipamentos e serviço públicos e a pouca atenção do poder público com as áreas periféricas da cidade se refletem no descaso com si mesmos e em tudo que ele traz, como a falta de perspectiva em uma vida diferente daquela experimentada cotidianamente, de uma vida melhor.

É nesse cenário de múltiplas ausências que o corpo do jovem aparecidense se encontra com as drogas, essa “linha de fuga”, que a seus olhos o torna alguém respeitado e aceito entre seus pares, pois a sociedade já o excluiu espacialmente e socialmente, informação que depreendemos de nosso diálogo com alguns jovens que fazem uso de drogas dentro do espaço escolar.

<sup>23</sup> Termo que é bastante questionado por educadoras e estudiosos da educação, tendo em vista a dificuldade de se definir uma idade mais adequada para que uma criança seja alfabetizadas. (REVISTA EDUCAÇÃO, 2017). Contudo, a lei define os 6 anos como idade inicial para o processo de alfabetização. Dentro do ciclo de 9 anos do ensino básico, a idade para conclusão desta etapa de ensino seria 15 anos. (MEC, 2017).

### 3.2 A EVASÃO ESCOLAR COMO MANIFESTAÇÃO DA AUSÊNCIA DE UMA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL

Após conhecermos a realidade urbana aparecidense e os jovens atendidos pelos CAPS, passamos a nos questionar: quem são os aprendizes que evadiram da escola? Teriam eles algumas características em comum? Buscando responder a estas questões, lançamos mão de dados presentes no Atlas Digital, nos documentos acessados junto à Subsecretaria Estadual de Educação e aos dados do IBGE, que juntos possibilitaram visualizar elementos que caracterizavam o perfil daquele grupo.

Tendo em vista a situação sócio-espacial aparecidense e o perfil dos jovens que dela fazem parte, bem como, entendendo que estes são os mesmos jovens que estão e/ou deveriam estar na escola, passamos a orientar nossa investigação para a realidade que os circunda e que faz com que número significativo de indivíduos abandonem a escola, ou até mesmo não consigam acessar os bens culturais que caberia à escola promover. Tal realidade nos apresenta um paradoxo, ou nas palavras de Torres, “o paradoxo da universalização, pois ao conseguir incluir alunos muito pobres, a escola pública tal como existia até então, não parece saber muito bem o que fazer com eles” (TORRES, 2008, p. 85), pois, mesmo aqueles que permanecem na escola continuam saindo de lá com baixo nível de escolarização, ou seja,

a extensão da escola para os mais pobres não foi suficiente para colocá-los em situação de igualdade com aqueles que têm seu desempenho escolar favorecido por uma origem social e economicamente superior. Ou seja, a origem social é o que mais explica as diferenças de desempenho dos alunos entre as escolas. (SOARES et al, 2008, p. 139)

Esta situação com fortes marcas de segregação social não raro se vincula ao cenário urbano metropolitano: grandes cidades com entornos composto por núcleos urbanos constituídos de forma rápida e induzindo a constituições espaciais com marcas de descaso e abandono. Uma realidade marcada por contrastes sócio-econômicos e espaciais, os quais promovem a formação de sujeitos que trazem em si as mesmas marcas da exclusão e da desigualdade em suas diferentes manifestações, características muito evidenciadas nos corpos de sujeitos jovens pois

são jovens pobres, vivenciando formas frágeis de inclusão num contexto de uma nova desigualdade social: aquela que implica o esgotamento das possibilidades de mobilidade social para a maioria da população. É nesse quadro de desigualdade que temos que compreender como se configuram as instâncias de socialização através das quais esses jovens vieram se constituindo socialmente. (DAYRELL, 2012 p. 305)



## Estes jovens vivem

um possível ‘efeito-metrópole’ sobre as oportunidades educacionais, os possíveis efeitos dos contextos sociais conformados pela organização social do território sobre as condições efetivas de escolarização de crianças e jovens. Efeitos desorganizadores e desestabilizadores da vida social nas metrópoles, especialmente nos territórios que agrupam as camadas populares, decorrentes da transição de modelos de desenvolvimento que atravessamos. (RIBEIRO; KOSLINSKI, 2010, pp. 41, 34, 63)

O conceito de *efeito metrópole* auxilia nossa análise e compreensão a respeito da relação dialética entre espaço urbano-jovem-educação e, neste entremeio, o acesso às drogas. Entendendo como efeitos desorganizadores e desestabilizadores da vida social nas metrópoles e em específico, neste estudo, de Aparecida de Goiânia, as áreas urbanas desprovidas de condições mínimas para que uma pessoa possa se desenvolver física e emocionalmente de maneira a se sentir integrada socialmente e desse modo, conseguir se conectar ao cotidiano escolar de maneira satisfatória.

Dentre os efeitos desorganizadores e desestabilizadores, podemos citar aqueles relativos à infraestrutura urbana, como água encanada e tratada, rede de esgoto, energia elétrica, ruas asfaltadas, ou mesmo a presença de serviços públicos, como transporte urbano, instituições de saúde, segurança, educação, lazer e cultura.

Através da investigação que desenvolvemos sobre o espaço urbano aparecidense, foi-nos possível verificar a presença ou não destes elementos em alguns bairros da cidade; bem como apontar sua importância para a formação dos sujeitos que vivem nesses espaços.

O estudo sobre o percurso percorrido no que tange aos processos de drogadição e evasão escolar tiveram como ponto de partida os dados dos prontuários dos Centros de Atenção Psicossocial de Aparecida de Goiânia, acessados através do Atlas Digital. Por meio deles, fizemos o levantamento dos bairros de origem dos jovens entre 15 e 24 anos de idade, que serão aqui apresentados divididos em dois grupos: o primeiro agrupando jovens de 15 a 19 anos e o segundo com jovens entre 20 e 24 anos, como acontece nas pesquisas desenvolvidas pelo IBGE.

A partir do levantamento inicial, filtramos os dados para concentrarmos nossa investigação nos bairros mencionados mais vezes e nas escolas presentes naqueles espaços, informações estas que apresentamos a seguir.

Aparecida de Goiânia possui duzentos e vinte e oito bairros (228). Destes, noventa e seis (96) foram mencionados nos prontuários acessados junto à Rede de Atenção Psicossocial

(RAPS). Porém, nosso olhar se ateve a cinco (05) deles, por terem sido mencionados oito (08) vezes ou mais.

Nos prontuários acessados, dezessete (17) pessoas não forneceram a informação sobre sua situação de moradia e apenas seis (06) disseram estar vivendo em situação de rua; vale destacar que estes vinte e três (23) indivíduos fazem parte do segundo grupo, estão acima de 20 anos. Cabe aqui uma ressalva sobre os jovens em condição de rua presentes nestes dados. Apesar de serem pouco numerosos entre os atendidos, isto não representa que sejam, de fatos, poucos os jovens a viverem em condição de rua e que estejam envolvidos com algum tipo de droga, mas, apenas que, aqueles em atendimento não estão em condição de rua, ou mesmo, os que estão em condição de rua, talvez não busquem por este tipo de auxílio e atendimento.

Entre os jovens do primeiro grupo, todos relataram viver em companhia de adulto, seja mãe e pai, somente um dos genitores ou outro familiar. O fato dos jovens do primeiro grupo, atendidos naquele centro de atenção não fazerem parte dos sujeitos que estão em condição de rua, não nos permite concluir que entre as pessoas em condição de rua não há jovens, podemos dizer apenas que os que são conduzidos ou se dirigem àquele órgão em específico (CAPS) não fazem parte do grupo que está na rua.

Nesse momento, além da realidade espacial e escolar, investigamos também a presença de outros órgãos atuando junto às escolas, que poderiam compor uma rede de apoio e proteção para os jovens presentes nos espaços escolares: a Polícia Militar, o Conselho Tutelar e unidades de saúde pública.

Assim, levantamos se havia esses três órgãos nos bairros investigados e buscamos ver o modo como atuam junto às escolas ali localizadas. Investigamos ainda a existência de CMEI's naqueles bairros, pois partimos do pressuposto que a realidade de um sujeito se constroi desde tenra idade. Assim, a presença dessa instituição de educação é importante para a formação de indivíduos mais capazes de conviver de forma autônoma e equilibrada na sociedade, e nesse sentido sua ausência pode comprometer esse desenvolvimento.

A seguir, faremos alguns apontamentos sobre a realidade espacial dos cinco (05) setores mais citados nos prontuários. Estes setores serão apresentados através de números. Seguindo a mesma ordem, serão apresentadas as escolas. Faremos isto com aquele mesmo propósito de preservar seus espaços, moradores, estudantes e trabalhadores da educação, evitando reproduzir preconceitos e estigmas.

**Tabela 6** – Equipamentos públicos mais presente nos setores citados nos dados do CAPS

EQUIPAMENTOS PÚBLICOS PRESENTES NOS SETORES MAIS CITADOS NOS DADOS DO CAPS – APARECIDA DGOIÂNIA				
SETORES	ESCOLAS ESTADUAIS	ESCOLAS MUNICIPAIS	CMEIS	CENTROS DE SAÚDE
01	2	--	--	1 UPA 24h
02	1	--	--	1 Policlínica
03	2	2	--	1 UBS
04	1	2	1	2 UBS
05	1	1	--	1 UBS

Fonte: IBGE, 2010; Atlas Digital – Aparecida de Goiânia – 2016.

Olhando a tabela, percebemos que, em quatro (04) dos cinco (05) setores investigados, não encontramos a presença de instituições de educação infantil aquelas destinadas ao atendimento de crianças entre 0 e 5 anos de idade, como também chama atenção o fato da pequena presença de escolas de I Fase, que cobrem do ensino de alfabetização ao 5º ano, pois entendemos que o ensino escolar é um contínuo conhecer e ampliar saberes, que uma etapa é essencial à outra, logo uma dessas ausências compromete outras.

Aparecida de Goiânia conta com uma delegacia e um juizado de proteção à criança, adolescência e juventude. Os dois órgãos estão localizados na mesma área, o antigo fórum da cidade, na área central, próximo à rodovia BR-153, em local distante da maioria dos setores da cidade, pois a mesma cresceu em sentido oposto ao do centro histórico que deu origem ao município – como já mencionado no Capítulo 1 e pôde ser observado na Ilustração 7 – seu crescimento foi ordenado na perspectiva de servir à cidade sede da região metropolitana, assim sendo, a cidade cresceu com setores cada vez mais distantes do centro e dos serviços públicos que ele oferece, como cartórios, fórum, prefeitura e todos os seus departamentos.

O município conta apenas com três equipes de conselheiros tutelares, para atender uma demanda de 88.631 jovens entre 15 e 24 anos (IBGE, 2010). Esse Conselho está organizado a partir da mesma divisão definida pelo Cartório Eleitoral, a saber, em três zonas:

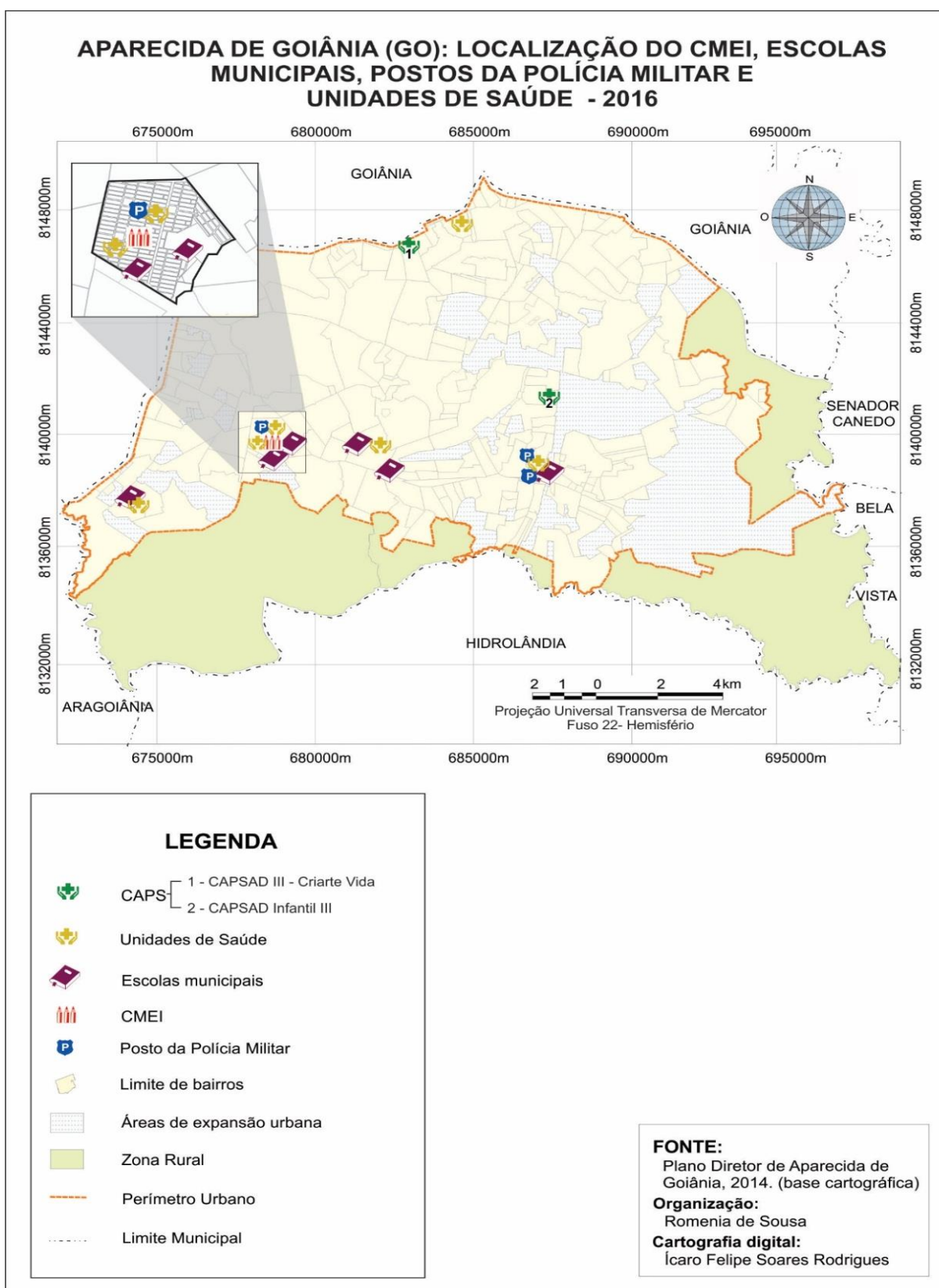
- Zona 119 – Garavelo
- Zona 132 – Centro
- Zona 145 – Santa Luzia

Logo, se dividirmos o número de jovens do município entre os três grupos de conselheiros tutelares, teremos em torno de 29.543 jovens sob cuidado de cada equipe, o que sabemos, torna inviável ou mesmo impossível se realizar um atendimento de boa qualidade e que tenha uma ação eficaz.

Como podemos verificar pela realidade aqui apresentada, não há em Aparecida de Goiânia uma rede de apoio e proteção aos indivíduos em idade escolar que realize um trabalho de maneira integrada em seus objetivos e ações e que, se existisse, poderia, talvez, contribuir para minimizar os problemas enfrentados pelas juventudes aparecidense. No entanto, entendemos serem estas ausências produtos também das estratégias capitalistas de reprodução social, buscando (re)criar continuamente privilégios e exclusões, ampliando e mantendo as desigualdades, através do abandono social e da desescolarização, produzindo assim mão de obra barata e desqualificada, essencial à manutenção da ordem capitalista de produção.

Com o auxílio do mapa na Ilustração 21, a seguir, é possível espacializar esta realidade de ausência de instituições que antes deveriam servir de apoio ao desenvolvimento de políticas voltadas para o cuidado às crianças e aos jovens, mas que realmente cumprem seus papéis dentro da sociedade capitalista.

**Ilustração 21** – Mapa: Localização de CMEIs, escolas municipais, postos policiais e unidades de saúde



Fonte: Plano Diretor aparecida de Goiânia 2014; Secretaria de Planejamento 2016.

Neste cenário de vulnerabilidades, nos pareceu importante destacar, também, a localização dos CAPS. O CAPS AD III, que atende sujeitos acima de 18 anos de idade se encontra na área conurbada, já o CAPS AD Infantil, se localiza às margens da BR-153 e funciona junto a Unidade de Acolhimento Infantil. Como podemos identificar, pela leitura do mapa, os setores mais vulneráveis estão em regiões opostas aos CAPS, em especial ao CAPS ADi. Entendemos que tal situação dificulta o acesso àquela unidade, o que se agrava pelo fato desta instituição ficar às margens de uma rodovia, o que acaba por se tornar, também, um fator de risco para a integridade dos jovens que para lá devem se dirigir.

Após essa espacialização da realidade escolar e de alguns órgãos públicos, apresentamos os resultados de nossa investigação junto às escolas da rede pública estadual de Aparecida de Goiânia que, como dito anteriormente, foram previamente selecionadas a partir de sua citação nos prontuários dos CAPS.

Nessa etapa de estudo, definimos os dados que seriam levantados, os quais pudessem colaborar na comprovação de nossa hipótese inicial. Os dados levantados foram: características da estrutura física da escola e de seu entorno, o vínculo empregatício dos professores, o perfil dos jovens que ali estudam e de suas famílias, a relação das famílias e do Conselho Tutelar com a escola. As informações aqui apresentadas foram obtidas através de visitas a campo, que ocorreram no primeiro semestre do ano de 2017, quando, além da observação da realidade interna e externa à escola, realizamos diálogos com membros da equipe gestora: diretoras, coordenadores e/ou secretárias; professoras e estudantes; bem como, acessamos o site da Secretaria Estadual de Educação para coleta de dados estatísticos referentes ao ano de 2016.

Feitos esses esclarecimentos, passamos a apresentação do contexto sócio-espacial destas unidades escolares e suas realidades internas.

### **3.2.1 Col. 1 (Macrozona Centro)**

A unidade escolar 1 está situada na área central de Aparecida, cercada por departamentos e secretarias de serviços públicos municipais e estaduais, bem como pela região de comércio do centro da cidade, com presença de bancos, estabelecimento comerciais, clínicas de saúde, dentre outros, o que confere à sua rotina uma intensa movimentação, pois o fluxo de pessoas e veículos em seu entorno, é constante. A presença destes estabelecimentos favorece também o acesso à rede de transporte coletivo, que, buscando atender às demandas pelos serviços ofertados naquele espaço, transitam com frequência naquela região da cidade. A escola

em análise se beneficia da presença dessa rede de transporte, pois muitos aprendizes vêm de diferentes setores e ali estudam pela possibilidade de transporte.

Esta descrição se torna pertinente, pois entendemos que a dinâmica externa à escola interfere no que ocorre em seu interior.

A unidade escolar 1 é a mais antiga do município, fundada mesmo antes da emancipação local, assim, seu prédio apresenta arquitetura de outro momento histórico, pautado por outras demandas, que não condizem com o momento atual: salas pequenas, com pouca ventilação, bem próximas umas das outras. Como a procura por esta escola é grande, a gestão acabou por tomar medidas pouco usuais: a escola funciona em três espaços diferentes, denominados anexos, que se encontram em locais próximos ao prédio original, mas não têm vínculo espacial com ele. Assim, são dois mil duzentos e dezesseis aprendizes (2.216), distribuídos em trinta e cinco salas (35), dentro das três unidades, sendo treze salas (13) na unidade sede e vinte e duas (22) distribuídas nas duas extensões.

A escola possui uma grande equipe de funcionários, a maior parte deles pertence ao quadro de servidores efetivos (55), porém a quantidade de temporários (51) em pouco difere dos efetivos. Tal fato tende a comprometer as ações cotidianas da escola, haja vista que sua permanência é instável, havendo períodos com o quadro de servidores completo e outros momentos em que há falta de funcionários.

O público atendido por esta unidade escolar é bastante heterogêneo<sup>24</sup> no matutino, e mais homogêneo<sup>25</sup> no vespertino e noturno. Fazemos alusão a esta realidade, pois entendemos que estas características interferem no processo ensino-aprendizagem.

No matutino e noturno ofertam apenas Ensino Médio, já no vespertino nos deparamos com turmas de Ensino Fundamental II e Médio.

Entre os jovens do matutino, alguns possuem realidade socioeconômica que lhes permitem apenas estudar, os poucos que trabalham o fazem em projetos como Pró cerrado, Jovem Aprendiz e CIEE<sup>26</sup>, ou seja, não são corresponsáveis pela realidade financeira familiar, o fazem por necessidades pessoais de consumo e/ou adquirir experiência para facilitar o acesso a trabalhos futuros.

---

<sup>24</sup> Há jovens de diferentes extratos socioeconômicos, porém com pouca defasagem entre a idade e série.

<sup>25</sup> Os estudantes possuem realidade social e econômica semelhantes, em geral de baixa renda, com grande defasagem entre idade e série.

<sup>26</sup> Centro de Integração Empresa-Escola, como os demais projetos citados, articula a entrada do jovem em programas de estágio remunerado. Busca integrar aprendizado profissional à geração de emprego e renda para os menores atendidos por estes programas. (CIEE, 2017).

No período vespertino, a maioria dos jovens também não trabalha, o próprio turno de estudo dificulta que isto aconteça. Neste turno, encontramos turmas de Ensino Fundamental II, com adolescentes e jovens. Identificamos que os casos de indisciplina e envolvimento com drogas estão mais presentes e visíveis neste grupo, contudo não é o turno com maior índice de evasão e repetência. Membros do grupo gestor declaram desconhecer o motivo desta realidade, não sabem dizer se acontece pela facilidade ao acesso às drogas, já que há uma grande movimentação de pessoas no entorno da escola; se por falta de informação e/ou orientação a respeito do consumo e seus efeitos ou mesmo, a imaturidade destes aprendizes, fazendo com que se tornem mais vulneráveis, enquanto os jovens mais maduros já conseguem estabelecer certos limites ao uso ou mesmo, comércio de drogas entre os pares, e não o fazem dentro do espaço escolar ou o fazem com mais discrição e em menor intensidade que os adolescentes.

O grupo de estudantes do noturno é formado por grande número de jovens e adultos trabalhadores, por isto a escolha por este turno – poderem trabalhar. Outros, ali estão por não terem concluído os estudos na idade convencional, em virtude de motivos diversos, dentre eles, gravidez precoce, mudanças constantes de moradia, dentre outros. Neste turno, a questão da drogadição aparece mais fora dos muros da escola que dentro deles, pois o horário facilita o comércio e o acesso às drogas. Contudo, por vezes não as consomem dentro da escola ou o fazem em frequência menor que os adolescentes do vespertino, por exemplo.

Questionados sobre a atuação da família junto aos alunos desta unidade escolar, relataram variar conforme o turno, série e idade do jovem. Os indivíduos das séries iniciais recebem um pouco mais de atenção da família, mas, à medida que avançam nas séries e em idade, é comum as famílias se ausentarem e esquivarem dos assuntos escolares. A presença das famílias é notada quando a indisciplina envolve agressões ou danos ao patrimônio, fora isto não se envolvem de maneira satisfatória.

Quanto à atuação do Conselho Tutelar, esta foi alvo de muitas ponderações, tanto no que se refere a problemas de natureza escolar, quanto àqueles relativos à própria integridade física e moral do jovem. A escola narrou ter buscado algumas vezes por aquela equipe, mas não obteve o apoio solicitado, contudo reconhecem que este órgão possui limitações de ordem técnica e de ordem prática. Portanto, admitem que tentam buscar soluções por conta própria.

### **3.2.2 Col. 2 ( Macrozona Vila Brasília)**

A unidade escolar 2 está em um setor que representa uma nova centralidade no município de Aparecida (centralidade Buriti), com um padrão econômico maior em relação às



demais regiões do município (IBGE, 2010). Apesar de no próprio setor não haver a presença de escolas municipais, CMEI's e departamento de polícia, isto não parece comprometer a realidade educacional daquela área, pois, por se localizar na área conurbada, conta com equipamentos e serviços públicos e privados, como clínicas e hospitais, departamentos de polícia ou universidades, de bairros próximos, que fazem parte da cidade de Goiânia ou mesmo, de outros setores de Aparecida com os quais limita.

Este setor conta com a presença de agências bancárias, concessionárias, estabelecimentos comerciais diversos, *shopping center*, órgãos governamentais – INSS, Vapt Vupt<sup>27</sup>, está ao lado de uma das principais avenidas do município (Avenida Rio Verde), que serve de limite e ligação entre Goiânia e Aparecida, e próximo a um terminal de ônibus. Assim se beneficia de ampla rede de transporte coletivo.

A escola possui boa infraestrutura, com salas amplas e arejadas, quadra coberta, sala de vídeo e biblioteca. Possui um total de trinta e uma (31) turmas, distribuídas nos três períodos: matutino, vespertino e noturno, atendendo um público de cerca de mil cento e onze (1.111) alunos. Seu corpo de funcionários conta com maior número de trabalhadores efetivos (40), que aqueles em contrato temporário (14), o que garante à gestão possibilidade de planejar e executar certas ações sem grandes dificuldades. Porém, destacam que a demora da administração da rede escolar, em contratar os funcionários temporários, causa transtornos ao cotidiano daquela unidade, o que ocorre sempre no início dos semestres, quando, em geral, ficam sem o profissional por até três meses, seja ele professor, auxiliar de serviços gerais ou administrativo.

No que se refere às características do grupo de alunos, verificamos ser um público bastante heterogêneo, o que se destaca principalmente entre os turnos. Cada turno apresenta características diversas um do outro.

O matutino tem apenas Ensino Médio, em um total de treze (13) turmas, com muito menores de idade, que não trabalham, ou mesmo, alguns que fazem parte de projetos como aprendizes, os quais se apresentam mais envolvidos e interessados em concluir esta etapa de ensino, o que pode ser comprovado pela taxa de evasão, menor que em outros turnos e outras unidades escolares. Este grupo apresenta extrato socioeconômico mediano, contando com apoio financeiro dos genitores. Inclusive, a secretária da unidade relatou haver número significativo destes jovens fazendo cursinho pré-vestibular, em outro turno, pago pela família. Porquanto, vale destacar que os jovens do turno matutino que trabalham, em geral, não o fazem por necessidade eminente, como se sustentarem ou contribuírem com a renda familiar – situação

---

<sup>27</sup> Local que reúne em um só espaço vários órgãos públicos: CELG, SANEAGO, DETRAN, IPASGO, dentre outros.

comum entre os jovens do turno noturno – mas sim, trabalham pelo desejo de consumirem, tendo em vista que o sustento é feito pela família, que não raro transfere aos jovens a responsabilidade de adquirirem os bens considerados supérfluos.

A equipe do vespertino, conta com seis (06) turmas de Ensino Fundamental II e sete (07) de Ensino Médio. Eles declaram que seu maior desafio é ter um grupo de idades e interesses distintos vivendo juntos no mesmo espaço – por esse motivo, optaram por trabalhar apenas com Ensino Médio a partir de 2017. Entre o grupo de alunos do vespertino não há jovens trabalhadores nem mesmo estagiários, as turmas são menos numerosas, o que, de certo modo, facilita a atividade docente. A exemplo dos aprendizes do matutino, o grupo do vespertino também possui extrato sócio econômico mediano, contudo, o matutino ainda se apresenta com condições econômicas melhores.

No turno noturno são cinco (05) turmas de Ensino Médio, com um grupo mais homogêneo do que aquele visto nos outros turnos. O grupo do noturno é composto, em sua maioria, por jovens trabalhadores, cerca de 90% dos alunos. Em geral, esses trabalhadores chegam à escola cansados, por isso saem mais cedo ou mesmo faltam muito às aulas. Como resultado dessa realidade, não obtém o aprendizado necessário e não atingem notas suficientes para aprovação, diante disto, vão gradativamente abandonando a escola.

Neste turno, a maioria dos aprendizes não é do setor onde está a escola, nem mesmo de setores próximos, a maior parte vem de setores distantes, aproveitando que saem do trabalho e já ficam na escola, uma vez que esta fica em localização beneficiada pela presença de várias linhas de transporte coletivo.

É no turno noturno onde há mais evasão e um grau maior de atos de violência: agressões, roubos e furto, dentro da escola e em seu entorno. O que se agrava em alguns dias da semana (terça, quinta e sexta feira) em virtude da realização de feiras livres em áreas próximas da escola. Nos dias de feiras, os aprendizes deixam a escola para se alimentarem, realizarem compras ou mesmo se divertirem naqueles locais. Esta realidade contribui para afastar os alunos do contexto escolar.

Em virtude dos constantes casos de violência no turno noturno, a escola apresenta dificuldades em manter um quadro de professores permanente, não raro uma disciplina ou outra está sem professor, o que causa transtornos, pois, não havendo sequência no ritmo das aulas, os jovens optam por ir embora mais cedo e pouco a pouco vão se sentindo desestimulados. Já cansados da rotina de trabalho, também se cansam de ficar na escola sem que seus objetivos de estarem naquele espaço sejam atingidos.

Outro aspecto apresentado sobre a realidade escolar foi que, alguns jovens se matriculam e permanecem na escola até efetivarem matrícula (cerca de dois ou três meses) para, desta maneira, conseguirem obter o passe livre estudantil e poderem utilizar transporte coletivo de maneira gratuita ou pagando meia passagem. De posse dessa “carteirinha”, abandonam a escola, porém retornam no semestre seguinte para poderem renovar esse documento, e mais uma vez, ausentarem-se.

Perguntado sobre a presença de policiamento no entorno da escola durante o turno noturno, obtivemos a informação de que raras são as vezes que policiais aparecem naquela área, aumentando a sensação de insegurança entre todos que frequentam a escola, em virtude das diferentes situações de violências ali vividas.

Outra pergunta foi em relação ao que é feito quando se deparam com alunos já qualificados como evadidos. A informação é de que telefonam para o evadido, ou familiares quando menor de idade, questionando o motivo do abandono escolar e buscando fazer com que retornem à escola. Contudo disseram ter pouco êxito ao buscar pelo apoio familiar, pois, em geral, os aprendizes do noturno são maiores de idade e parece haver entendimento de que, se o jovem trabalha, já possui autonomia, e, portanto, não há muito o que ser feito no que tange a seu desempenho escolar, cabendo a ele mesmo resolver este impasse. Nos turnos matutino e vespertino, quando a presença dos familiares é solicitada pela escola, os responsáveis costumam dar um retorno, porém, ainda persistem casos em que o chamado da escola é ignorado, ou mesmo, que os familiares aparecem com a exigência de que a conversa seja breve, o que dificulta o diálogo entre família e escola.

Questionados se buscam apoio em outros órgãos, como o Conselho Tutelar, responderam que o procuram, mas que sua atuação no noturno é pequena, pois, como dito anteriormente, a maioria dos aprendizes são maiores de idade e não é de incumbência deste órgão. Contudo, em relação aos mais jovens, definiram a atuação do Conselho Tutelar como insuficiente.

Membros da equipe gestora narram que, em anos anteriores a escola tinha tido bastante alunos e era vista com respeito pela comunidade. Contudo, a situação tem mudado, o número de matrículas vem diminuído e a imagem daquela escola diante da comunidade se desgastando, em especial em virtude de casos de violência que ocorrem no entorno da escola, principalmente no turno noturno, como furtos, roubos, danos a carros e motos estacionadas nas imediações da escola, brigas entre os alunos ou destes com pessoas externas à escola, consumo de drogas, lícitas e/ou ilícitas, que aumentam os atos de violência.

### 3.2.3 Col. 3 (Macrozona Papillon)

No entorno da escola 3, encontramos estabelecimentos comerciais diversos, clínicas odontológicas, escritórios de advocacia, contabilidade, dentre outros. Nesse bairro há duas escolas estaduais, duas municipais, uma unidade básica de saúde, nenhum CMEI, nem posto policial e está distante de terminal de ônibus coletivo, porém o fato de ser cortado por uma das avenidas principais da cidade, lhe confere situação, de certa forma, positiva, se comparado a outros setores, tendo em vista uma boa presença de transporte coletivo nas proximidades dessa via. Contudo ao se distanciar desse eixo central, nos deparamos com uma região marcada por vazios geográficos, áreas grandes, formadas por lotes baldios ocupados por matagais, que comprometem a segurança dos moradores locais.

O prédio da escola é antigo e há muito não passa por reformas, apresentando, paredes, telhados e piso desgastados pelo tempo e pelo uso, deixando aquele espaço com uma aparência pouco agradável e atraente.

Ali encontramos, além das salas de aula, sala de vídeo, todas pequenas e uma biblioteca, com um espaço um pouco maior. Não há quadra para práticas esportivas, nem mesmo um local preparado para esta finalidade, mas apenas um espaço a céu aberto reservado para estas atividades.

Na escola 3 há, mil cento e trinta e três estudantes (1.133), divididos em trinta e sete (37) turmas, distribuídas nos turnos: matutino, vespertino e noturno, ocupando treze (13) salas. Seu quadro de servidores conta com mais professores efetivos (21) que temporários (14).

A escola iniciou a implantação gradativa do Ensino Médio, dessa forma, têm apenas três (03) turmas de 1º anos e duas (02) de 2º anos no turno matutino no ano de 2016. Em anos anteriores se dedicavam apenas ao Ensino Fundamental II. Inclusive, era a única escola da região a ofertar a modalidade de ensino para jovens e adultos (EJA), com turmas de Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

Como em outras unidades escolares, cada turno apresenta perfis distintos um do outro. No matutino, as turmas possuem características semelhantes, com pouco desnível entre a idade e série, bem como, há a presença de jovens trabalhadores, seja como estagiários ou mesmo em condição fixa, trabalhando no comércio local. Há, também aqueles que ajudam em tarefas domésticas e cuidam de irmãos menores. Vale destacar que ao contrário das escolas 1 e 2, os jovens desta unidade escolar que trabalham, são corresponsáveis pelo sustento de suas famílias.

No turno vespertino, encontramos crianças e adolescentes. Foi nesse turno que nos deparamos com mais dificuldades disciplinares, como desrespeito a colegas e funcionários da escola, brigas, pequenos furtos e envolvimento com drogas.

O noturno apresentou perfil semelhante ao de outras escolas, com grande número de jovens trabalhadores, que para ali se dirigem após o dia de trabalho. Muitos são do próprio setor, e outros, de setores próximos. Uma realidade ali presente e mencionada de forma menos contundente nas outras unidades escolares, é a presença de indivíduos encaminhados pelo judiciário, pois estão cumprindo medidas sócio-educativas. A gestora mencionou o desafio que é lidar com estes jovens, e de como eles apresentam dificuldade em seguir regras e cumprir as atribuições escolares, causando transtornos com os demais alunos, com funcionários da escola e mesmo, comprometendo seus estudos.

É no noturno que encontramos os maiores índices de evasão, motivados por diferentes causas, dentre elas, contínuas mudanças de endereço e também a dificuldade de se conciliar estudo e trabalho, somado a isto a evasão dos estudantes que cumprem medidas sócio-educativas.

De acordo com a gestão, diante desse quadro buscam com frequência apoio junto às famílias, as quais, muitas vezes, comparecem e se dispõem a tomar atitudes para tentar reverter a situação-problema, porém, as medidas adotadas parecem não ter muita eficiência, pois os problemas persistem. Ao questionarmos sobre a atuação do Conselho Tutelar nesses casos, ouvimos que pouco fazem. A gestora afirmou reconhecer as dificuldades de pessoal e material por que passa aquele órgão, e que, portanto, prefere tentar agir com apoio da comunidade escolar e quando possível, dos familiares.

Um dado que nos chamou a atenção nessa unidade escolar foi o grande número de transferências, ao que fomos informados, se tratar principalmente de estudantes vindos de outras regiões do país, que se mudam com grande frequência, em busca de aluguéis mais adequados a suas rendas, ou mesmo, retornam para seus locais de origem, tornando grande o fluxo de entrada e saída de alunos. Conseqüentemente, a evasão podia ser colocada no mesmo patamar que as transferências, porém se o jovem se transferiu, entendemos que ele permanece estudando, com possibilidade de concluir a etapa de estudo, já o evadido, não, este se encontra em situação que o coloca ainda mais vulnerável do que já está, em decorrência de sua condição sócio-espacial.

Vale destacar que a realidade dos estudantes da mencionada unidade escolar se assemelha a de outros setores segregados da cidade: são indivíduos de extrato econômico desfavorecido (de acordo com a gestora cerca de 90% dos estudantes são carentes, oriundos de

camadas populares) e não brancos. Muitos são migrantes vindos de estados da região norte e nordeste do país, na já conhecida saga em busca de melhores oportunidades de vida, mas, impossibilitados de ocuparem bons locais de habitação, acabam por procurar as áreas mais afastadas, onde conseguem alugueis compatíveis com suas rendas.

Nessa escola foi mencionada a realidade familiar dos alunos como parte das dificuldades pedagógicas ali presente: seus núcleos familiares tendem a ser numerosos, e não raro vivem somente com a mãe ou avós. São comuns os casos de pais que deixaram as mães e foram constituir outras famílias, ou mesmo, de mães que deixaram os filhos com as avós porque se uniram a outros homens, os quais não se relacionam bem com os filhos do primeiro casamento. Enfim, muitas histórias de múltiplos abandonos: materno e paterno.

Outra característica apontada pela gestora, que marca as famílias dos estudantes desta unidade escolar, é o grande número de pessoas envolvidas com drogas, seja ela o tabaco, o álcool ou drogas ilícitas. Por essa razão, é comum que, o primeiro contato com as drogas, aconteça em casa, pelas mãos de um parente próximo: irmão, tio, pai, mãe ou outros. Logo, é esta realidade que se reproduz no espaço intraescolar, como nos alertou a gestora: “aqui temos que aprender a conviver com a violência e, principalmente, com os traficantes”.

#### **3.2.4 Col. 4 (Macrozona Buriti Sereno)**

No bairro em que fica a escola há um pequeno comércio que atende necessidades básicas e imediatas, tendo os moradores que se deslocarem até outros bairros caso busquem por uma maior diversidade de produtos. Conta com poucos equipamentos e serviços públicos e com uma realidade social complexa. Nesse bairro encontramos um CMEI, duas escolas municipais, que atendem a primeira fase do Ensino Fundamental I e uma escola estadual de Ensino Fundamental II e Médio. No que tange à área da saúde, conta com duas unidades básicas de saúde, para realização de atendimentos primários, após triagem, se necessário, os atendidos são encaminhados para outras unidades de saúde que tenham atendimento mais completo. Na área da segurança, possui um departamento de polícia, o que é visto como positivo pelos funcionários da escola e pelos estudantes, pois acreditam que a presença desse departamento resguarda os moradores do bairro de atos de violência.

Quanto ao lazer, verificamos que não há espaços públicos para este fim, como praças e/ou quadras esportivas, pois, a quadra usada pela comunidade é aquela da escola visitada.

Algumas áreas do bairro contam com boa oferta de transporte coletivo, em geral aquelas próximas às avenidas que cortam o setor, áreas distantes desses eixos, tem sua mobilidade comprometida.

A escola em análise se beneficia dessa rede de transporte, pois fica próxima a uma das avenidas que cortam o setor, o que facilita o deslocamento de boa parte de seus alunos, os quais, em sua maioria, não são do setor em que se localiza a instituição, mas nela buscam se matricular em virtude do trabalho que está se desenvolvendo ali ser considerado de boa qualidade.

Essa unidade escolar está em um novo prédio desde agosto de 2012, contando com dezesseis salas (16), porém, logo após a mudança de prédio, constatou-se que a quantidade de salas não era suficiente para atender à demanda, o que levou a necessidade de construir mais quatro salas na área do antigo prédio, anexo à nova unidade. O novo espaço é amplo e arejado, possui refeitório, quadra coberta, sala de vídeo e biblioteca. Relatos da comunidade escolar demonstram haver relação entre a mudança físico espacial da escola e melhorias nas relações dos alunos com a escola e as práticas de ensino-aprendizagem ali desenvolvidas.

Nos turnos matutino e noturno só há turmas de Ensino Médio com um total de vinte e quatro turmas (24), e no vespertino, dezessete (17) turmas de Ensino Fundamental II, em um total de mil quatrocentos e trinta e sete aprendizes (1.437). São jovens de diferentes setores da região, contudo, possuem, em geral, o mesmo perfil étnico e sócio econômico, o que confere certa homogeneidade aos discentes desta unidade escolar.

Seu quadro de professores é de cinquenta e uma (51) pessoas, deste total, a maior parte é de trabalhadores em regime temporário (29), o que, como já mencionado, é um fato que compromete o cotidiano escolar.

Encontramos na escola quarenta e uma turmas (41), distribuídas nos três turnos, matutino, vespertino e noturno.

As turmas do matutino são formadas por grupo de jovens que estão na série adequada para suas idades, poucos trabalham e alguns fazem parte de projetos de jovem aprendiz e/ou trabalham como estagiários. Os professores declaram que trabalhar nesse turno é satisfatório, com poucas situações de indisciplina, inclusive narram com alegria casos de aprovação em vestibulares de universidades públicas, o que em suas visões tem sido positivo para a escola e servido como estímulo para os estudantes daquela unidade. Disseram haver entre os alunos deste turno alguns usuários de drogas, porém são poucos e como já são conhecidos, o trabalho junto a eles não é tão difícil.

No vespertino estão os alunos menores, que não trabalham e que em geral estão dentro da idade esperada para a série que cursam. É nesse turno em que ocorrem mais atos de indisciplina, contudo não foi mencionado casos de envolvimento com drogas.

Como relatado em outras unidades escolares, o turno noturno é aquele em que a permanência dos jovens no espaço escolar e a evasão são mais desafiadores. A realidade de trabalho foi apontada como a maior concorrente com os estudos. Somada a ela, mas em número menor, o uso de drogas. Uma realidade que nos chamou a atenção foi que, muitos jovens se matriculam no matutino, mas à medida que conseguem emprego, se transferem para o noturno, promovendo um esvaziamento das turmas no matutino e aumento de turmas no noturno. Porém, quando o cotidiano de dupla jornada de trabalho e estudo se torna mais intenso, optam por deixar a escola, esvaziando também o noturno. Enfim, no primeiro e segundo semestre a escola experimenta realidades bastante diferentes.

Ações como buscar contato com os familiares ou mesmo com o jovem evadido são práticas constantes, porém sem muito sucesso, pois em geral são jovens mais maduros ou relatam ser difícil conciliar trabalho e estudo.

Quando questionamos a equipe gestora sobre o apoio do Conselho Tutelar e de órgãos de segurança, declararam que a proximidade espacial com o departamento de polícia é considerada positiva, pois inibe atos de violência e/ou vandalismo junto à escola. Já com relação ao Conselho Tutelar, a visão é diferente, tendo em vista que reconhecem os limites concretos para atuação desse órgão, como número de pessoal insuficiente e falta de recursos materiais para atender à demanda. Dessa forma não vem o Conselho Tutelar como capaz de intervir de maneira positiva e efetiva nas ações que deles necessitam os assuntos da escola.

A equipe gestora narrou que a escola viveu momentos difíceis no que se refere às drogas e casos de violência, mas que naquele momento passava por mudanças nesta realidade, pois desenvolveram estratégias para minimizar aquelas situações. Dentre as medidas adotadas, figura a mudança na rotina dos alunos, por exemplo, a retirada do horário de recreio<sup>28</sup>. Esta medida foi tomada no sentido de dificultar a entrada das drogas, que era feita durante o período do recreio. Assim os alunos saem para lanche no refeitório em grupos de três turmas e lá permanecem por 15 minutos. Além disso, são os alunos que trocam de sala e não os professores, como acontece normalmente. Dessa forma, eles saem de sala a cada 50 minutos e realizam pequenas caminhadas, o que promove certo dinamismo na rotina escolar. A decisão para estas

---

<sup>28</sup> Medida também adotada em escolas de outros locais: bairros e cidades.



medidas partiu de discussões feitas junto aos aprendizes e seus familiares, que entenderam a necessidade de tal medida e reconhecem a importância da mesma.

Além dos benefícios intraescolares, outro ponto, visto como positivo, foi que, com o fim do período do recreio, as aulas terminam mais cedo, o que favorece àqueles jovens que precisam ir para o trabalho, no caso do turno matutino, ou mesmo retornar para casa. Diante dessa realidade de mudanças, o número de interessados em se vincularem àquela unidade escolar cresceu, gerando inclusive uma lista de espera por vagas.

A escola está desenvolvendo também projetos e adotando medidas que buscam melhorar a aparência do espaço escolar e, desta maneira, estender o vínculo dos aprendizes com aquele local; dentre estas medidas figuram a jardinagem e a horta comunitária. Narrativas de sucesso a partir da implementação destas ações, foram numerosas, por parte de alunos e funcionários.

### **3.2.5 Col. 5 (Macrozona Paraíso)**

A escola 5 se localiza em um setor marcado por muitas vulnerabilidades. Geograficamente, nos deparamos com grandes espaços com lotes vazios, onde cresce o mato, e com ele a insegurança e a violência, inclusive nos arredores da escola. O bairro está distante do centro da cidade, que, como mencionado anteriormente, é onde se concentram os órgãos públicos; distante também de terminal de transporte coletivo. Há um pequeno comércio, que cobre as necessidades imediatas. Não possui praças, nem espaços de lazer ou cultura. Não conta com posto policial, e no que tange à saúde, há apenas uma unidade básica de saúde. Na área da educação conta com apenas uma escola estadual, uma escola municipal (de alfabetização ao 5º ano) e não há CMEI's, ou seja, as crianças da Educação Infantil estão em situação de desamparo pelo poder público. As famílias que necessitam desse serviço têm que se dirigir a bairros próximos, porém na maioria dos casos, não dispõem de recursos para isso.

Vale, contudo, destacar que no setor há duas unidades escolares de Educação Infantil e uma de I Fase mantidas por instituições religiosas, são elas que atendem as crianças em situação de desamparo, porém está claro que, somente estas instituições não são capazes de cobrir toda a demanda, nem tampouco, eximem o poder público de suas obrigações.

Membros da equipe gestora da escola narram que estas ausências no bairro comprometem o bom desenvolvimento das crianças e conseqüentemente, de adolescentes e jovens, já que ao ficarem em casa, estão suscetíveis a vivenciarem toda espécie de situação adversa. Falam com pesar sobre a realidade que circunda os moradores do bairro e como esta realidade é desconsiderada pelo poder público.

No que se refere à escola, ela possui mil e oitenta e seis estudantes (1.086) divididos em quarenta e cinco (45) turmas, distribuídas nos três turnos (matutino, vespertino e noturno), ocupando vinte (20) salas de aulas.

A área onde está a escola é grande, além do prédio escolar há uma quadra de esportes a céu aberto e em estado precário, e, um terreno amplo sem edificações. Na parte construída as salas são pequenas, de aulas e de vídeo, e biblioteca um pouco maior que as demais salas, todas foram reformadas em período recente. Seu corpo de funcionários é composto em maior número por contratos temporário (33), o que, sabemos, compromete o bom desenvolvimento das práticas pedagógicas, e apenas vinte e quatro (24) efetivos.

Os estudantes são, na maioria, do próprio setor, o que lhes confere características semelhantes, formando um grupo de perfil homogêneo. O turno matutino conta com um grupo de alunos mais jovens, adequados à idade/série. Destes, poucos trabalham, os que o fazem é no pequeno comércio local, ou mesmo, relatam ficar em casa para ajudar a cuidar da casa e/ou de irmãos menores, e este foi apontado como um dos motivos para evasão, já que faltam muitas vezes para cuidar dos irmãos; outro são os casos de gravidez precoce e o envolvimento com as drogas. Nesse turno já se verifica uma presença significativa de jovens envolvidos com drogas, seja na condição de usuário ou com alguma etapa de sua comercialização. Diante desta realidade a gestão disse estar sempre atenta, e buscando apoio da família e Conselho Tutelar, porém declararam nem sempre ter sucesso.

Apesar da drogadição estar presente nos três turnos, é o vespertino que mais preocupa a comunidade escolar, primeiro pela grande incidência de casos e o nível de envolvimento em que já se encontram os estudantes, segundo por que são crianças e adolescentes, de idade entre 11 e 15 anos. Os desafios crescem em virtude do fato de, junto ao consumo e comercialização das drogas, aparecerem atos de rebeldia, contestação às regras, violência e mesmo, pequenos furtos. Assim, a equipe gestora acaba dedicando mais tempo à resolução de conflitos e atos indisciplinados, do que à construção de práticas pedagógicas significativas, fazendo com que a escola deixe de cumprir seu papel como poderia ou mesmo, deveria.

O noturno conta com mais de 90% de estudantes trabalhadores, uma realidade difícil, pois entendemos, são pessoas que saem cedo de casa, para trabalhar em locais distantes de seu setor de origem e ao findar o dia de serviço, ainda buscam manter vínculo com a escola. Unida a esta realidade de trabalhadores, a presença de ações violentas no entorno da escola, causam medo e insegurança, tornando os índices de evasão grandes, mas já esperados.

Dirigentes da escola disseram tentar realizar uma dinâmica diferente dentro da escola durante o turno noturno, com poucas aulas expositivas e mais exercícios, em especial com

atividades em duplas ou grupos, que podem contribuir para manter o jovem trabalhador na escola, porém tem pouco sucesso. A insegurança e o cansaço, aliados às exigências domésticas fazem com que muitos deixem os estudos.

No que tange ao apoio da família, pouco se consegue, haja vista que, também estão em condição que carece de atenção e porque não tem muito a oferecer no que se refere ao cuidado e apoio. O Conselho Tutelar pouco responde por suas atribuições junto àquela unidade escolar, contudo, como em outras escolas, a gestão reconhece os limites e limitações deste conselho. Portanto, as ações ali desenvolvidas, são produto de determinações específicas, nascidas de demandas cotidianas e tomadas em conjunto pelos que ali trabalham.

Outro ponto mencionado, que merece atenção, se refere às características preponderantes entre as famílias dos estudantes daquela unidade escolar. São jovens que moram apenas com as mães por que os pais estão presos ou deixaram a casa para formar outra família; com as avós, por que os pais saíram de casa, as mães iniciaram um novo relacionamento e os filhos da primeira relação não conviviam bem com o padrasto; em lares multiparentais, onde convivem com suas mães, tias, primos e avós, em um só espaço, na maioria das vezes insuficiente para tantas pessoas. Enfim, situações de abandono e conflitos permeiam o cotidiano daqueles sujeitos.

Outra característica de algumas famílias dos estudantes se relaciona ao uso de drogas, seja ela o tabaco, álcool ou outras drogas. É comum, por parte da gestão, a narrativa de que em casa uma ou mais pessoa usam algum tipo de droga e em geral é ali mesmo, no ambiente doméstico que as crianças e jovens tem o primeiro contato com aquelas substâncias, dali para escola não há barreiras.

A equipe gestora desenvolveu algumas ações na tentativa de mudar o perfil da escola, dentre elas realizaram um dia de pintura do prédio, contando com a participação de alunos e seus familiares, professores e demais funcionários. Outra atividade foi o projeto de grafite no muro externo, que contou com a participação não só da comunidade escolar, mas de grafiteiros profissionais que repassaram algumas técnicas de seus trabalhos para os participantes, este momento foi noticiado em rede televisiva, o que serviu de estímulo para o grupo; projeto de jardinagem e de reorganização da biblioteca, estes dois últimos sob responsabilidade de alunos e professores.

Estes trabalhos foram avaliados como positivos por todos os envolvidos, inclusive declaram haver diminuído os atos de depredação ao espaço escolar, que eram rotineiros.

Enfim, através do levantamento dessa realidade encontramos alguns indicativos a respeito dos processos de evasão ocorridos nas escolas investigadas. Além destas informações,

outras foram obtidas nos relatórios de fechamento do ano letivo, em especial aquelas referentes aos números de evasão.

Nesse levantamento de dados, optamos por nos ater às séries do Ensino Médio, em virtude da idade do grupo por nós estudado: jovens entre 15 e 24 anos.

Através dos dados encontrados, sobre os números de evasão por escola, série e turno, algumas análises foram possíveis. Vejamos.

**Tabela 7 – Realidade discente de cinco escolas públicas estaduais do município de Aparecida de Goiânia**

<b>REALIDADE DISCENTE DE CINCO ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA - 2016</b>					
<b>DADOS</b>	<b>ESCOLAS ANALISADAS</b>				
	<b>Nº 1</b>	<b>Nº 2</b>	<b>Nº 3</b>	<b>Nº 4</b>	<b>Nº 5</b>
<b>Nº ALUNOS</b>	2.216	1.111	1.133	1.437	1.086
<b>NÚMERO DE TURMAS</b>	1º Matut. 12 Vesp. 04 Notur. 03.	1º Matut. 05 Vesp. 03 Notur. 01	1º Matut. 03 _____ _____	1º Matut. 09 _____ Notur. 02	1º Matut.04 _____ _____
	2º Matut. 10 Vesp. 01 Notur. 03	2º Matut. 04 Vesp. 03 Notur. 02	2º Matut. 02 _____ _____	2º Matut. 04 _____ Notur. 03	2º Matut. 03 _____ _____
	3º Matut. 10 Vesp. 01 Notur. 04	3º Matut. 04 Vesp. 01 Notur. 02	_____ _____ _____	3º Matut. 03 _____ Notur. 03	3º Matut. 01 _____ _____
	_____	_____	EJA Notur. 05	_____	EJA – Notur. 1º ano – 02 2º ano – 02 3º ano - 02
<b>EVADIDOS POR SÉRIE</b>	1º Matut. 32 Vesp. 14 Notur. 60	1º Matut.22 Vesp. 21 Notur. 17	1º Matut. 19 _____ Notur. 29	1º Matut. 41 _____ Notur. 38	1º Matut. 19 _____ Notur. 43
	2º Matut. 19 Vesp. 01 Notur. 32	2º Matut. 04 Vesp. 09 Notur. 20	2º Matut. 07 _____ Notur. 15	2º Matut. 18 _____ Notur. 34	2º Matut. 12 _____ Notur. 34
	3º Matu. 09 Vesp. 03 Notur. 25	3º Matut. 12 Vesp. 04 Notur. 20	3º _____ _____ Notur. 09	3º Matut. 06 _____ Notur. 21	3º Matut. 04 _____ Notur. 20

Fonte: Secretaria Estadual de Educação de Goiás 2016.

O primeiro item que observamos foi o índice de evasão por série. Nos primeiros anos do Ensino Médio a evasão é bem maior que nas outras séries dessa etapa. Esta situação pode ser explicada por diferentes perspectivas, como o fato de ser uma série inicial muitos desistem pensando que irá demorar para concluir esta etapa de estudo; outros desistem, pois coincide com a idade/momento em que entram no mercado de trabalho de forma efetiva e assim as

demandas do trabalho acabam por serem maiores e mais significativas do que os estudos; há ainda de se mencionar o fato de serem mais jovens e ainda desconsiderarem a importância dos estudos para sua formação pessoal e profissional. Estas ponderações se confirmam quando vemos a queda no índice de evasão no 3º ano, quando a maturidade permite ao jovem refletir melhor sobre a necessidade de estudar, trabalhar, ou mesmo, entendem que já estão no final dessa etapa de estudo, portanto é necessário esforço e empenho para que isto ocorra, inclusive enfrentando a dupla jornada de trabalho e estudo.

O segundo item se refere ao turno em que as situações de evasão são mais frequentes, conforme a Tabela 8.

**Tabela 8** – Índice de evasão em cinco escolas públicas estaduais de Aparecida de Goiânia

<b>ÍNDICE DE EVASÃO EM CINCO ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA - 2016</b>						
<b>EVASÃO POR TURMA E TURNO %</b>	<b>ESCOLAS ANALISADAS</b>					
	<b>SÉRIE/TURNOS</b>	<b>Nº 1</b>	<b>Nº 2</b>	<b>Nº 3</b>	<b>Nº 4</b>	<b>Nº 5</b>
	<b>1º MATUTINO</b>	2,6	4,4	6,3	4,5	3,5
	<b>VESPERTINO</b>	3,5	3,6	_____	_____	_____
	<b>NOTURNO</b>	20	17	14,5	19	21,5
	<b>2º MATUTINO</b>	1,9	1	3,5	4,5	4
	<b>VESPERTINO</b>	1	3	_____	_____	_____
	<b>NOTURNO</b>	10,6	10	7,5	11,3	16
	<b>3º MATUTINO</b>	1	3	_____	2	4
	<b>VESPERTINO</b>	3	4	_____	_____	_____
<b>NOTURNO</b>	6,5	10	9	7	10	

Fonte: Secretaria Estadual de Educação 2016.

Através da apresentação desses índices, podemos visualizar a diferença no número de evasão entre os turnos. A evasão nas turmas do noturno, onde estão os jovens trabalhadores, é expressiva, enquanto no turno matutino é menor, fato que se repete em todas as escolas investigadas. Suas causas também já foram aqui apresentadas: necessidade de trabalhar, constantes mudanças de endereços, gravidez, drogas, dentre outros.

Quando tomamos os dados em percentual de abandono através do número de alunos que evadem, considerando o número de turmas por série e turnos, verificamos novamente a reprodução espacial no plano escolar, pois nas escolas 3, 4 e 5, que se localizam em áreas periféricas, os índices de evasão são maiores que nas escolas 1 e 2, que possuem localização privilegiada.

Pela leitura dos dados verificamos que, as escolas 4 e 5, mais distantes da área conurbada e mesmo, do centro da cidade, são as que apresentam maior índice de evasão, numa clara reprodução escolar da espacialização construída em Aparecida: nas franjas do tecido urbano se concentram pessoas de menores rendas; com menores oportunidades de acesso a serviços e equipamentos públicos, dentre eles boas escolas – com estrutura física apropriada e práticas pedagógicas significativas, que promovam um vínculo entre aquele espaço e os estudantes, o que é menos negativo na escola nº 4.

Entendemos assim, que a reprodução do processo de urbanização aparecidense sobre a realidade escolar traz para os estudantes, os mesmos resultados daquele processo sobre a população: exclusão, marginalização e possibilidades limitadas de reverter este quadro, tendo em vista ser esta realidade produto de uma conjuntura e não, somente, um problema local. Para Frigotto (2004, p. 182), nas grandes capitais há um número significativo de jovens

violentados de tal modo em seu meio e em suas condições de vida, que se enquadram numa situação que, no mundo da física, se denomina *ponto de não reversibilidade*. Trata-se de grupos de jovens que foram tão desumanizados e socialmente violentados que se tornaram presas fáceis do mercado da prostituição infanto-juvenil ou das gangues que nada têm a perder ou se constituem em um exército de soldados do tráfico.

Assim, conhecemos parte do contexto sócio-espacial da juventude aparecidense e nele as múltiplas formas de violência a que foram e estão submetidas as populações de baixa renda, situações que são produtos de escolhas do poder público, carregadas de intencionalidades, de descasos e abandonos com a vida dessas populações. Ações que são medidas e executadas com propósitos previamente definidos. E, como alerta Frigotto (2004), nesse contexto os jovens desumanizados por suas condições sócio espaciais, se tornam presas para a drogadição e, ao se aproximarem das drogas, é comum se afastarem da escola.

Como apresentado no Capítulo 2, seguido à necessidade de trabalhar, o envolvimento com as drogas é apontado como o segundo motivo para evasão escolar. São jovens que, após o primeiro contato com a droga, e em virtude dos contextos sócio-espaciais em que vivem, veem suas expectativas de estudo diminuídas e sem motivação para buscarem viver de outras formas. Em geral, indivíduos que fazem uso de drogas apresentam perfis semelhante: em estado de drogadição se afastam de todos os espaços e situações que podem lhes exigir reflexão sobre seu estado e/ou sugerir mudanças em seu modo de agir. Isto faz com que se afastem de seu núcleo familiar, da escola e até do tratamento de saúde, aumentando sua condição de vulnerável.

Pensar a respeito do jovem aparecidense que se envolve com drogas e evade da escola passa por múltiplos cenários, não há como pensar cada problema de maneira isolada, como também “não há como mudar uma realidade se não a compreendemos, se não reconhecemos quem são os grupos e indivíduos mais vulneráveis do ponto de vista social, econômico, cultural e psicológico” (SOARES, p. 142, 145). E acrescentamos às palavras de Soares (2006) do ponto de vista espacial: É necessário ampliar o olhar e, então, agir.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando entender quais seriam os contextos que contribuíam para a evasão escolar em Aparecida de Goiânia e até que ponto essa situação se conectava aos cenários de drogadição ali presentes, compreendemos que deveríamos conhecer quem eram os sujeitos que abandonavam a escola, quais dentre eles estavam em situação de drogadição e quais seriam suas realidades de vida; bem como, até que ponto essa realidade contribuía para a forma como esses sujeitos tinham contato com as drogas e como se relacionavam com a escola.

Concordando com Marx (1978), de que a produção dos indivíduos é determinada socialmente, entendemos que nosso ponto de partida deveria ser o conhecimento da comunidade em que esses sujeitos se tornaram quem são. Por isso, nos debruçamos sobre a compreensão do processo de urbanização de Aparecida de Goiânia, desde sua fundação em 1922, passando pela construção de Goiânia na década de 1930 e posteriormente os resultados da metropolização dessa região sobre as áreas que a circundam, a partir de 1999.

A realidade aqui apresentada não deixa dúvidas sobre como a lógica capitalista se fez presente no processo de urbanização goiano no século XX, especialmente após a mudança da capital goiana para Goiânia. Nessa lógica, cada espaço do território urbano (re)produz as características primordiais desse sistema: divisão social e desigualdades, expressas nos lugares, na presença de bens e serviços (ou não), e nos resultados que essa realidade promove sobre os corpos ali constituídos, enfim um crescente desenvolvimento de espaços e oportunidades desiguais.

A desigualdade está expressa na tessitura da metrópole goianiense, desde sua fundação, quando migrantes que para ali se mudavam em busca de trabalho e melhores oportunidades de vida se viram forçados a fixarem suas residências em áreas afastadas da nova capital. Assim, o processo de urbanização de Goiânia avança sobre os municípios que a circundam, fazendo desses locais um contínuo e crescente sorvedouro de pessoas de baixa renda.

Serão nesses espaços, nas franjas do tecido urbano, onde impera o descaso e o abandono, em que o acesso a moradia, transporte, água tratada e rede de esgoto são precários; onde a renda de quase 50% das famílias não atinge dois salários mínimos, que encontraremos os sujeitos jovens que mais evadem da escola pública e onde muitos se envolvem com as drogas, sejam elas lícitas e/ou ilícitas.

Os corpos formados nesses espaços trazem em si as marcas desse descaso e abandono. Neste contexto, as pessoas tendem a não se perceberem e/ou reconhecerem como parte da sociedade em que vivem, passando a viver às margens dessa sociedade e desse sistema,



chegando muitas vezes até mesmo a se acharem menos que os demais: menos importante, menos gente, haja vista terem menos direitos e oportunidades. E sentindo-se menos, não identificando sua importância individual e social, se entregam a “pontos de fuga”, que, não raro, a torna acolhida e integrada, de certa forma, a seus pares: seja participando de alguma organização socialmente aceita ou não, como gangs e quadrilhas, se envolvendo com situações de violência, drogadição ou mesmo, criminalidade.

Nesse contexto de múltiplos abandonos e exclusões, a escola deixa de ter sentido. Essa instituição, da maneira como está organizada, não tem por costume dialogar com a comunidade em que está inserida, nem mesmo com aqueles que a frequentam cotidianamente. Os fazeres didáticos e pedagógicos formais, rigidamente organizados, não atraem. Ao contrário, afastam e/ou mesmo excluem o sujeito que se constituiu em espaços urbanos desprovidos de quaisquer cuidados, organização e regras, características estas que marcam o ambiente escolar.

Dessa forma, também se constroem os altos índices de evasão escolar registrados na educação pública de Aparecida de Goiânia: com segregação sócio-espacial e um estado (burguês) que promove situações de descaso, no limite exato para se criar as condições de sustentação do sistema capitalista, quer seja: a produção de pessoas que trazem em si as marcas dessa segregação, desse abandono, numa crescente produção de desigualdades e marginalizações, mantendo assim a contínua oferta de mão de obra barata e desqualificada, produzindo ao fim a mais valia e o lucro, objetivo primeiro do capitalista.

Os estudantes de três, das cinco escolas públicas aqui apresentadas ilustram essa realidade: jovens de baixa renda, de setores periféricos, estudando em escolas com pouca infraestrutura e poucos recursos materiais e humanos, muitos jovens trabalhadores, vindos de lares marcados por múltiplos abandonos e vulnerabilidades, que, sem uma formação mais consistente se entregam a trabalhos mal remunerados.

É também neste cenário que se criam situações que favorecem o envolvimento dos jovens com as drogas, pois é através delas, de sua produção, comercialização e/ou consumo, que muitos jovens conseguem se sentir parte de algo, se sentirem aceitos, criando, cada um, uma identidade que fortalece seu *self*, fazendo-os acreditar serem capazes de enfrentar a realidade que os circunda de maneira mais segura e autônoma. Contudo, essa identidade forjada em contextos vulneráveis não o torna socialmente aceito e integrado a outros espaços, distantes e diferentes daqueles em que este sujeito se tornou quem é, ao contrário, serve de elemento de distinção e exclusão, de não pertencimento àquele grupo definido *a priori* como socialmente adequado aos padrões sociais e não estando adequado aos padrões pré-determinados e aceitos

como mais adequados é mais uma vez excluído ou mesmo execrado pela sociedade e pelo estado que o criou.

O jovem pardo, de baixa renda, vivendo abaixo da linha de pobreza, morador da periferia de Aparecida de Goiânia, não tem habitação digna; não tem um bairro com bens e serviços necessários ao bem-estar da população, como: unidades de saúde ou mesmo escolas em diferentes níveis de ensino e, quando as tem, não há vagas para todos que nela deveriam estar. São jovens alijados da condição de sujeitos, não são cidadãos e mesmo a escola, espaço criado com o discurso de ser para todos e todas, de uma pretensa universalização do ensino, da maneira como se organiza, não tem condições de acolhê-los e ajudá-los a superar tantas carências.

Logo, aos jovens das áreas segregadas, restam poucas possibilidades de construção de uma identidade que os tornem capazes de enfrentar a dura realidade que está posta sobre si, de forma saudável e segura, seu destino parece estar *a priori* determinado pelo local que habita.

## REFERÊNCIAS

ABLAS, Luís Augusto de Queiroz; FAVA, Vera Lúcia. **Dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro** -Vol. II – São Paulo: IPE-USP, 1985.

ALVES, Fátima; FRANCO, Creso e RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Segregação residencial e desigualdade escolar no Rio de Janeiro. In: **A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina**. RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; KATZMAN Ruben – Rio de Janeiro: Letra Capital: FAPERJ; Montevideu, Uruguai: IPPES, 2008.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **A produção do território goiano: economia, urbanização, metropolização**. 2ª ed. – Goiânia: Editora UFG, 2016.

\_\_\_\_\_. **A região como arena política**. Goiânia: Vieira, 2007.

ARRUDA, Marcel Segalla Bueno. **A cracolândia muito além do crack**. (Tese) USP, 2014.

**ATLAS DIGITAL DE ENFRENTAMENTO AO ALCOOL, CRACK E OUTRAS DROGAS EM APARECIDA DE GOIÂNIA**. Anápolis; UEG, 2017.

BAPTISTA, Tadeu João Ribeiro; ZANOLLA, Sílvia Rosa da Silva; Corpo, estética e ideologia: um diálogo com a ideia de beleza natural. **Movimento**, Porto Alegre, v. 22, n. 3, 999-1010, jul./set. de 2016.

BRANDÃO, Beatriz. Corpos errantes em movimento e o simulacro da ordem: tramas, trajetos e vivências de “cracudos” nas ruas do Rio de Janeiro. **Revista Vozes dos Vales**. UFVJM. Nº 06. Ano III. Minas Gerais, 2014.

BRASIL – Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_1ed.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf). Acesso em: 30 mar. 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto-lei nº 3.059**, de 14 de fevereiro de 1941. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3059-14-fevereiro-1941-413001-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 set. 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo. Ed. Hucitec, 1996.

CARMO, José Martins. **Fatores determinantes para a sobrevivência e o sucesso das micro e pequenas empresas (MPEM) do setor industrial – um enfoque para o município de Aparecida de Goiânia - período de 2009/2014**. (Dissertação). Faculdade Alves de Faria (ALFA) 2015

CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA - ESCOLA. Disponível em: <http://www.ciee.org.br/portal/institucional/oquee.asp>. Acesso em: 30 jun. 2017

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**.- Porto Alegre. ARTMED Editora, 2000.

CHAUL, Nars Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 4ª ed. – Goiânia: Editora UFG, 2015.

CHAVEIRO, Eguimar. A metrópole contemporânea: pontos para uma reflexão. In: **Revista de Geografia** (UFPE) V. 29, No. 2, 2012.

\_\_\_\_\_. **Goiânia reinventada**. Goiânia: Editora da PUC-GO/Kelps, 2011.

CONCEIÇÃO Maria Aparecida. Migrações para Goiânia: a marcha para o oeste continua. **Anais do II Seminário de pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais** (UFG, 2011).

CUCHE, Denys. **A Noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999, p. 175 – 202 e 237 – 244.

DAYREL, Juarez. Juventude, socialização e escola. In: **Família, escola e juventude: olhares cruzados Brasil-Portugal**. Juarez Dayrel...[et al], (org.) - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: O minidicionário da língua portuguesa**. 6ª edição, Curitiba: Ed. Positivo, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. Org. NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

GEOGRAFIA CONCEITOS E TEMAS. **Migração pendular e transumânica**. Disponível em: <http://conceitosetemas.blogspot.com.br/2012/10/migracao-pendular-e-transumancia.html>. Acesso em 30 mar. 2017.

GROPPO, Antônio Luís. **Juventudes: sociologia, culturas e movimento**. Universidade Federal de Alfenas. Alfenas. MG, 2016.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2011.

INFOPÉDIA. **Dicionário Porto editora**. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/adicto>. Acesso em: 30 set. 2017.

**IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/aparecida-de-goiania/panorama>. Acesso em: 2017.

KOLINSKI, Mariane C. e RIBEIRO Luiz César de Queiroz. A metropolização da questão social e as desigualdades de oportunidades no Brasil. In: **Desigualdades urbanas, desigualdades escolares**.(Org.) RIBEIRO, Luiz César de Queiroz.. [et al] – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles: IPPUR/UFRJ, 2010.

LEFEBVRE. Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **A produção do espaço**. éd.Paris: Éditions Anthropos, 2000. Primeira versão: início - fev.2006.

LIMA, Leandro Oliveira de. **A metropolização e o mercado imobiliário: análise da produção do espaço a partir dos condomínios de chácaras da RMG.** (Tese) Goiânia: UFG, 2014.

LÓPEZ, Nestor. A escola e o bairro. Reflexões sobre o caráter territorial dos processos educacionais nas cidades. In: **A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina.** (Org) QUEIROZ, Luiz César de Queiroz; KATZMAN, Ruben – Rio de Janeiro: Letra Capital: FAPERJ; Montevideu, Uruguai: IPPES, 2008.

MACIEL, Dulce Portilho. Estado e território na hinterlândia brasileira: as ações da Fundação Brasil Central (FBC) - 1943-1967. In: **Território, cidades e cultura no Cerrado.** MELLO, Marcelo de; OLIVEIRA, Eliézer C.; SILVA, Ademir Luiz da. (Org.). Anápolis: Editora da UEG, 2012, v. 01, p. 39-64.

MACHADO, Carla. Pânico Moral: Para uma Revisão do Conceito. **Interacções** número 7. pp. 60-80. © do Autor 2004.

MEC – Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC.** Disponível em: <<http://www.fnede.gov.br/programas/bolsas-e-auxilios/eixos-de-atuacao/lista-de-programas/item/6433-pacto-nacional-pela-alfabetiza%EF%BF%BD%EF%BF%BD-da-idade-certa-%EF%BF%BD-pnaic>>. Acesso em 30 set. 2017.

MELLO, Marcelo de. Goiânia e os diálogos (re)produtores de um “corpo híbrido”. **Boletim Goiano Geografia (Online).** Goiânia, v. 34, n. 3, p. 465-479, set./dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Goiânia: entre a esquizofrenia urbana e os devaneios quixoteanos. **Boletim de Geografia,** Maringá, v. 34, n. 1, p. 130-140, 2016.

\_\_\_\_\_ e SAFADI Sandro de Oliveira. A drogadição juvenil no espaço urbano de Aparecida de Goiânia: corpos e cidades em (des) encontros. In: **Os jovens e suas espacialidades.** Org. PAULA, Flávia Maria de Assis, et al – Goiânia:/Editora Espaço Acadêmico, 2016.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2002.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do nosso tempo.** 2008 Ano VII – v. 8 p. 129-153 n ° 8.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **As representações do medo e das catástrofes em Goiás.** (Tese) Brasília: UNB, 2006.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES: Instituto nacional de Ciência e Tecnologia. Disponível em: [http://www.observatoriodasmetroles.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=46&Itemid=142&lang=pt#](http://www.observatoriodasmetroles.net/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=142&lang=pt#). Acesso em: 30 set. 2017.

OBSERVATÓRIO JOVEM – UFF. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/hist%C3%B3rico>. Acesso em: 30 set. 2017.

PÁDUA, Andréia Aparecida Silva de. **Migração, expansão demográfica e desenvolvimento econômico em Goiás.** (Dissertação) PUC – GO. 2008

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude - alguns contributos. **Análise Social**, vol. XXV (105-106), 1990 (1º, 2º), 139-165.

\_\_\_\_\_. **Jovens e cidadania.** Sociologia, problemas e práticas, n.º 49, 2005, pp. 53-70.

PANORAMA DA MIGRAÇÃO EM GOIÁS. Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Disponível em: [http://www.imb.go.gov.br/down/panorama da migracao em goias.pdf](http://www.imb.go.gov.br/down/panorama_da_migracao_em_goiias.pdf). Acesso em: 30 set. 2017.

PATTO, Maria Helena. O fracasso escolar como objeto de estudo: Anotações sobre as características de um discurso. **Caderno de pesquisa.** São Paulo (65): 72-77, maio 1988.

PAULA, Flávia Maria de Assis. **Jovens migrantes na metrópole de Goiânia: práticas espaciais, (re)territorializações e redes de sociabilidade.** (Tese) UFG, Goiânia, 2013.

\_\_\_\_\_. **Descentralização e segregação sócio-espacial em Goiânia:** uma análise das centralidades dos setores Bueno, Oeste e Marista. 2003. (Dissertação) UFG, Goiânia, 2003.

PEREGRINO, Mônica. Novas desigualdades criadas pela expansão escolar na década de 1990: efeitos sobre a instituição. In: **Família, escola e juventude: olhares cruzados Brasil-Portugal.** Org. DAYREL, Juarez [et al] - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

PINTO José Vandério Cirqueira. **Fragmentação da metrópole: constituição da região metropolitana de Goiânia e suas implicações no espaço intraurbano de Aparecida de Goiânia** (Dissertação) – UFG Goiânia, 2009.

PIRES, Maria da Conceição Francisca. Vitória no começo do século XX: modernidade e modernização na construção da capital capixaba. **SAECULUM – Revista de História**[14]; João Pessoa, jan./ jun. 2006.

PLANO ESTRATÉGICO MUNICIPAL PARA ASSENTAMENTO SUBNORMAIS (PEMAS). Aparecida de Goiânia, 2002.

QUE DROGA. Disponível em: <http://www.quedroga.com.br/toxicos/ecstasy/comment-page-5>. Acesso em: 30 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <http://www.quedroga.com.br/toxicos/acido>. Acesso em: 30 nov. 2017.

RAUPP, Luciane e SAPIRO-MINILTSKI, Clary. Adolescência, drogadição e políticas públicas: recortes no contemporâneo. **Estudos de Psicologia.** Campinas. 26(4) 445-454. outubro – dezembro, 2009.

REVISTA EDUCAÇÃO. **Existe idade certa?** Disponível em: <http://www.revistaeducacao.com.br/existe-idade-certa/>. Acesso em 30 set. 2017.

SANDES, Noé Freire e ARRAIS, Cristiano Alencar. História e memória em Goiás no século XIX, uma consciência da mágoa e da esperança. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 29, nº 51, p.847-861, set/dez, 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**- Rio de Janeiro: Record, 2008

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**- São Paulo: Edusp, 2013.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. Hucitec.São Paulo 1988.

SANTOS, Lucas Maia. **A produção do espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia e a dinâmica metropolitana de Goiânia: de 1960 aos anos 2000**. (Dissertação) Goiânia: UFG, 2008.

SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados. **Definições**. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=defi>>. Acesso em 30 set. 2017.

SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS. Presidência da República, Casa civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm). Acesso em: 30 set. 2017.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, José Francisco; RIGOTTI, José Irineu Rangel; ANDRADE, Luciana Teixeira de. As desigualdades socioespaciais e o efeito das escolas públicas de Belo Horizonte. In. **A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina**. Luiz César de Queiroz Ribeiro & Ruben Kaztman. – Rio de Janeiro: Letra Capital: FAPERJ; Montevideu, Uruguai: IPPES, 2008.

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. Org. NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes. **O desafio metropolitano**- 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial** - 2ª ed – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SPOSITO, Marília Pontes. Indagações sobre a juventude e escola no Brasil: institucionalização tradicional e novos significados. **JOVENes, Revista de estudos sobre juventud**. Ano 9 nº 22. México, DF, Jan-Jun 2005. P. 2001-227.

\_\_\_\_\_. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: **Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 8 7-174.

STOCO, Sérgio e ALMEIDA, Luana Costa. Escolas municipais de Campinas e vulnerabilidade sociodemográfica: primeiras aproximações. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 48 set.-dez. 2011.

TORRES, Haroldo da Gama [et al]. Educação na periferia de São Paulo: Como pensar as desigualdades educacionais? In: **A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina**. Luiz César de Queiroz Ribeiro & Ruben Kaztman. – Rio de Janeiro: Letra Capital: FAPERJ; Montevideú, Uruguai: IPPES, 2008.

UNICEF. O direito de ser adolescente: **Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades**. Situação da adolescência brasileira. – Brasília, DF 2011.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2ª ed. São Paulo. Studio Nobel. 2001.

WIKIPÉDIA. **A enciclopédia livre**. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade\\_dormit%C3%B3rio](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade_dormit%C3%B3rio) Acesso em: 30 mar. 2017.

WILSON, Robert H. A interação da forma urbana e a política pública: o caso da educação pública. In: **A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina**. Luiz César de Queiroz Ribeiro & Ruben Kaztman. – Rio de Janeiro: Letra Capital: FAPERJ; Montevideú, Uruguai: IPPES, 2008.